



SETE LAGOAS/MG

DIAGNÓSTICO SOCIAL DA POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



Pesquisa de Percepção



SETE LAGOAS/MG

DIAGNÓSTICO SOCIAL DA POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Pesquisa de Percepção



SETE LAGOAS/MG

DIAGNÓSTICO SOCIAL DA POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Pesquisa de Percepção

Idealização:



Realização:



Financiamento:

FIA

Fundo para a Infância e
Adolescência

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Diagnóstico social da criança e do adolescente
do município de Sete Lagoas/MG : pesquisa de
percepção : volume 2. -- Joinville, SC :
Painel Pesquisas e Consultoria, 2024.

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-93177-42-2

1. Assistência social 2. Ciências sociais
3. Crianças e adolescentes - Direitos - Brasil
4. Direitos fundamentais - Brasil 5. Estatuto da
Criança e do Adolescente (ECA) 6. Indicadores sociais
7. Pesquisa - Metodologia 8. Políticas públicas
9. Trabalho infantil.

24-204203

CDD-362.70981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Crianças e adolescentes : Direitos :
Bem-estar social 362.70981

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CPI)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Diagnóstico social da criança e do adolescente do município de Sete Lagoas/MG

Volume 2

1ª Edição, Sete Lagoas, MG – Paine! Pesquisas e Consultoria, 2024

24-204203

CDD-362.70981

Paine! Pesquisas e Consultoria

Ficha Técnica

Direção Executiva

Ermelinda Maria Uber

Coordenação Geral

Maria Helena Provenzano

Gerente de Projetos

Margareth Victória Kolb

Coordenação da Coleta de Dados

Deise de Souza Barros

Análise de Dados

Alan Patrick Xavier dos Santos

William Spiess

Pesquisa e Análise Qualitativa

Gabriella Vasconcelos Ferreira

Revisão da Análise Estatística

Deise de Souza Barros

Revisão Textual e Ortográfica

Lucas Amorim

Apoio Administrativo e Logística

Diana Maria Garbin

Lohane Renata de Castro Pereira

Identidade Visual e Diagramação

Isabela Bortoletto Bozzola

Prefeitura Municipal de Sete Lagoas/MG

GESTORES MUNICIPAIS

Duílio de Castro Faria
Prefeito Municipal

Euro de Andrade Lanza
Vice-Prefeito

Andreza Patrícia machado de Oliveira
Secretária Municipal de Governo

Edna Aparecida Fernandes Moysés
Superintendente de Arrecadação e Receitas

Fernando Otávio Ferreira Coelho
Superintendente Geral de Rendas Mobiliárias

Carlos Alberto Coelho
Superintendente geral de Contabilidade

Márcio Ferreira Aguiar
Coordenador de Tecnologia da Informação

Rafael Vitor Abreu de Carvalho
Coordenador de Comunicação

Gustavo Henrique Dias Reis
Secretário de Municipal Adjunto de Administração

Roselene Alves Teixeira
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Renato Gomes
Secretário Municipal Adjunto de Educação

Fabício Frederihi Fonseca
Secretário Adjunto de Esportes e Lazer

Gislene Inocência Silva Carvalho
Secretária Adjunta de Cultura

Antônio Garcia Maciel
Secretário Municipal de Obras, Segurança, Trânsito e Transporte

Wagner Augusto de Oliveira
Secretário Adjunto de Segurança, Trânsito e Transporte

Edmundo Diniz Alves
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico e Turismo

Gilberto Pereira da Silva
Secretário Adjunto de Desenvolvimento Econômico

Mário Luiz de Oliveira
Secretário Adjunto de Turismo

Marcelo Fernandes
Secretário Municipal de saúde

Luciene Carvalho Chaves
Secretária Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

Dr. Helisson Paiva Rocha
Procurador Geral do Município

Itamar Cota Pimentel
Consultor de Licitações e Compras

Dr. Duilliam Nascimento Santos
Controlador Geral do Município

Vanessa Lopes Alves Ferreira
Ouvidora Geral do Município

Robson Machado
Presidente do SAAE

Fabricio Nascimento
Presidente da Codesel

Sérgio Andrade
Comandante Geral da Guarda Civil Municipal

Rafael Olavo de Carvalho
Secretário de Administração, Fazenda e Comunicação Social

Cláudio Henrique Nacif Gonçalves
Presidente da FUMEP

Comissão de Seleção e Monitoramento do CMDCA

Magda Thomé Speltz

Representante da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos

Fabiana Ferro Gutierrez

Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Maria Aparecida da Matta

Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Rachel Branco e Ribeiro

Representante da Sociedade Civil

Cinara Maria Mateus Calazans

Representante Sociedade Civil

PARTICIPAÇÕES DOS CONSELHEIROS

Amauri Artimos da Matta

Representante Sociedade Civil

Marina dos Santos Cafaggi

Representante Sociedade Civil

Maria de Lourdes Avelar

Representante Sociedade Civil

FISCAL DO CONTRATO

Lorrâni Lourença de Freitas

Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos

O Direito das Crianças

Toda criança no mundo, deve ser bem protegida

Contra os rigores do tempo, contra os rigores da vida.

*Criança tem que ter nome, criança tem que ter lar
Ter saúde e não ter fome, ter segurança e estudar.*

*Não é questão de querer, nem questão de concordar
Os direitos das crianças, todos têm de respeitar.*

*Tem direito à atenção, direito de não ter medos
Direito a livros e a pão, direito de ter brinquedos.*

*Mas criança também tem, o direito de sorrir.
Correr na beira do mar, ter lápis de colorir...*

*Ver uma estrela cadente, filme que tenha robô,
Ganhar um lindo presente, ouvir histórias do avô.*

*Descer do escorregador, fazer bolha de sabão,
Sorvete, se faz calor, brincar de adivinhação.*

*Morango com chantilly, ver mágico de cartola,
O canto do bem-te-vi, bola, bola, bola, bola!*

*Lamber fundo da panela, ser tratada com afeição
Ser alegre e tagarela, poder também dizer não!*

*Carrinho, jogos, bonecas, montar um jogo de armar,
Amarelinha, petecas, e uma corda de pular.*

Ruth Rocha

PREFÁCIO 1

A Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Sete Lagoas-MG possui dentro de sua estrutura organizacional e de política pública serviços específicos para o atendimento de crianças e adolescentes.

O respectivo atendimento é baseado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Sendo as portas de entrada destes serviços os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS).

Cabe salientar então, que o presente Diagnóstico Social da Política da Criança e Adolescente, elaborado pela empresa Paineis Pesquisas e Consultoria, será uma importante ferramenta para desenvolvimento e aprimoramento da política da criança e do adolescente no âmbito do município de Sete Lagoas, tendo em vista que os dados estatísticos apresentados pela referida empresa proporcionará com precisão a atuação dos atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA, favorecendo a identificação e atuação nas situações de vulnerabilidade e risco social que envolvam criança e adolescente e procurando garantir com mais eficácia a proteção integral à criança e ao adolescente, conforme disposto no artigo 227 da nossa Carta Magna

E por fim, a Secretaria Municipal de Assistência Social considera crianças e adolescentes como um dos públicos prioritários no desenvolvimento da Política de Assistência Social no âmbito municipal, e espera que o diagnóstico supracitado seja uma ferramenta eficaz para se garantir a prioridade absoluta em todas as ações de governo às crianças e aos adolescentes do nosso município.

Luciene Carvalho Chaves

Secretária Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

PREFÁCIO 2¹

O presente Diagnóstico Social da Política da Criança e Adolescente, elaborado pela Paineira Pesquisas e Consultoria, atende a uma reivindicação antiga do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Sete Lagoas (CMDCA/SL).

Coletaram-se os dados sobre a rede de atendimento das crianças e adolescentes nas instituições públicas e privadas integrantes do Sistema de Direitos e Garantias, a partir dos eixos estratégicos da defesa², promoção³, e controle⁴, além de contextualizá-los com outros dados estatísticos de fontes oficiais disponíveis.⁵

Com isso, a pesquisa mostra, no primeiro volume, por meio do perfil demográfico e socioeconômico da população⁶, os indicadores sociais do município e os níveis de prioridade dos desafios a enfrentar (baixo, médio e alto), por região, para que as políticas públicas sejam planejadas, executadas e avaliadas com a maior precisão possível. Consideraram-se os direitos fundamentais à vida e saúde⁷; à educação, esporte, cultura e lazer⁸; à convivência familiar e comunitária⁹; à liberdade, respeito e dignidade (esses 4 agrupados, em tabela única, por regiões)¹⁰; e à profissionalização e à proteção no trabalho¹¹. Em seguida, o estudo apresenta o ranking geral dos indicadores sociais, por região¹². Destaca, também, o atendimento prestado nos Programas e Projetos das OSCS (Organizações da Sociedade Civil)¹³, e traz as considerações finais¹⁴.

O diagnóstico aborda, no segundo volume, a pesquisa de campo, quantitativa, feita com crianças e adolescentes, dando o perfil dos entrevistados – número e idade dos respondentes, cor, gênero e deficiência¹⁵ –, e o conhecimento que eles têm do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Conselho Tutelar (CT) e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)¹⁶. Seguindo os mesmos critérios acima, o trabalho expõe os indicadores sociais do município e os níveis de prioridade dos desafios a enfrentar (baixo, médio e alto), por região,

¹ Aos volumes I e II.

² Vol. I, pág. 46.

³ Vol. I, págs. 47 e 48.

⁴ Vol. I, pág. 49.

⁵ Vol. I, pág. 28

⁶ Indicadores sociais e níveis de prioridade, por região: a) **perfil demográfico e socioeconômico** (Vol. I, pág. 44) – Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas/IBGE, 2010 e 2023 (total da população).

⁷ **Direito à vida e saúde** (Vol. I, pág. 82) – Fonte: IBGE, 2010; SINASC, SINAN, SIM e SIH/MS, 2022; CAPS AD, 2022.

⁸ **Direito à educação, esporte, cultura e lazer** (Vol. I, pág. 98) – Fonte: IBGE, 2010; Censo Escolar, 2022; SMEEC, 2022 e 2023.

⁹ **Direito à convivência familiar e comunitária** (Vol. I, pág. 126) – Fonte: IBGE, 2010; CECAD (CadÚnico), 2022; SRMA (PAIF/CRAS), 2022; SISC (SCFV/CRAS), 2022 e 2023; SRMA (PAEIF/CREAS); SMASDH (Acolhimento). Institucional), 2022.

¹⁰ **Direito à liberdade, respeito e dignidade** (Vol. I, pág. 139) – Fonte: IBGE, 2010; Conselho Tutelar, 2022; SEJUSP/MG, 2022; SINAN, 2022; CREAS, SEJUSP/SUASE (Centro Socioeducativo de Sete Lagoas), 2022.

¹¹ **Direito à profissionalização e proteção no trabalho**: a) Razão de dependência jovem (Vol. I, pág. 141); Adolescentes no mercado formal de trabalho (Vol. I, págs. 142 a 145); c) Crianças e adolescentes beneficiárias do BPC (Vol. I, pág. 146) – Fonte: IBGE, 2010; RAIS e CAGED (Ministério da Cidadania), 2021; BPC, 2022; neste tópico os indicadores não foram agrupados em tabela única, por regiões.

¹² **Ranking geral de indicadores** (Vol. I, pág. 147).

¹³ Vol. I, págs. 149 e 150.

¹⁴ Vol. I, págs. 151 a 153.

¹⁵ Vol. II, págs. 34 e 35.

¹⁶ Vol. II, págs. 36 e 37.

considerando os direitos fundamentais à vida e saúde¹⁷; liberdade, respeito e dignidade¹⁸; à convivência familiar e comunitária¹⁹; e à profissionalização e proteção no trabalho²⁰, agrupados, em tabela única, por regiões²¹; mostra a relação existente entre dois indicadores sociais – cruzamento de dados através da distribuição qui-quadrado²² – envolvendo as situações de violência sofridas pelos entrevistados²³ e os casos relacionadas ao trabalho infantil²⁴; enfim, apresenta as considerações finais sobre a pesquisa quantitativa²⁵.

O diagnóstico realiza, ainda, pesquisas de campo, qualitativas, por meio de grupos focais – de adolescentes²⁶, das famílias²⁷ e dos profissionais da rede de atendimento²⁸ – para aprofundar os temas abordados e estimular o diálogo colaborativo, utilizando, da mesma forma, os eixos de direitos trazidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Por fim, traz as recomendações finais²⁹.

O trabalho executado descortina a situação atual e aponta os caminhos a serem percorridos, como prioritários, para transformar a realidade em que se encontram as crianças e adolescentes de nosso município.

Enfim, alcança o objetivo pretendido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Sete Lagoas (CMDCA/SL), que é o de conhecer a realidade da política municipal dos direitos da criança e adolescente, e atuar para que ela avance, ainda mais, na proteção integral e prioritária de nossas crianças e adolescentes, tanto nos atendimentos prestados, como nos recursos a ela disponibilizados, de modo que não haja retrocesso nas ações estatais³⁰.

Esperamos que a sociedade e o poder público possam fazer um bom uso deste Diagnóstico Social da Política da Criança e Adolescente.

Sete Lagoas, 26 de fevereiro de 2024.

Amauri Artimos da Matta
Presidente do CMDCA/SL

¹⁷ Vol. II, págs. 38 a 43.

¹⁸ Vol. II, págs. 44 a 57.

¹⁹ Vol. II, págs. 58 a 63.

²⁰ Vol. II, págs. 64 a 93.

²¹ Vol. II, págs. 94 a 96.

²² Vol. II, pág. 97.

²³ Vol. II, págs. 98 a 102.

²⁴ Vol. II, págs. 102 a 105.

²⁵ Vol. II, págs. 106 a 108.

²⁶ Vol. II, págs. 109 a 118.

²⁷ Vol. II, págs. 118 a 123.

²⁸ Vol. II, págs. 124 a 132.

²⁹ Vol. II, págs. 133 e 134.

³⁰ Conforme os princípios da proibição do retrocesso social (CF, arts. 1º, III, 3º, 5º, 170 e 193) e da implementação progressiva dos direitos sociais (CF, arts. 3º, 170 e 193), previstos expressamente no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (art. 2º, §1º), Convenção Americana de Direitos Humanos (art. 26) e Protocolo Adicional à Convenção Americana de Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (art. 1º), ratificados pelo Brasil – (ALESSANDRA GOTTI, Direitos sociais: fundamentos, regime jurídico, implementação e aferição, pág. 328. São Paulo: Editora Saraiva, 2012, 346 páginas).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CAPS	Centro de Apoio Psicossocial
CECAD	Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único
CID-10	Código Internacional de doenças
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EF	Ensino Fundamental
EM	Ensino Médio
FEE	Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
FICAI	Fichas de Comunicação de Aluno Infrequente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INEP	Instituto Nacional Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes Bases da Educação
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MC	Ministério da Cidadania
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
MG	Estado de Minas Gerais
MP	Ministério Público
MSE	Medida Socioeducativa
MS	Ministério da Saúde
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho

OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEFI	Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PIT	Plano Individual de Trabalho
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RDJ	Razão de Dependência Jovem
RDT	Razão de Dependência Total
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEJUSP	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SGDCA	Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente
SIM	Sistema de Mortalidade
SINAN	Sistema de Notificação de Agravos
SINASC	Sistema de Nascidos Vivos
SM	Salário-Mínimo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UNICEF	United Nations International Child Emergency Fund

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	18
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	20
2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DIREITOS PRECONIZADOS PELO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM FOCO NO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO	24
2.2. O CONCEITO DE TRABALHO INFANTIL	25
3. DIVISÃO TERRITORIAL.....	28
4. METODOLOGIA	31
4.1. METODOLOGIA DA PESQUISA QUANTITATIVA	31
4.2. METODOLOGIA DA PESQUISA QUALITATIVA	32
4.3. TÉCNICAS ESTATÍSTICAS DE ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS	33
5. PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	34
6. VIDA E SAÚDE.....	38
6.1. ENTREVISTADOS QUE NÃO SABEM PREVENIR DST'S.....	39
6.2. USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS LÍCITAS E ILÍCITAS	41
7. LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE.....	44
7.1. ENTREVISTADOS QUE JÁ SOFRERAM ALGUMA FORMA DE VIOLÊNCIA	44
7.2. ENTREVISTADOS QUE JÁ SOFRERAM PRECONCEITO OU BULLYING	46
7.3. ENTREVISTADOS CONFRONTADOS COM INSULTOS E GRITOS HOSTIS	48
7.4. ENTREVISTADOS QUE SOFRERAM AMEAÇA	50
7.5. ENTREVISTADOS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA FÍSICA.....	52
7.6. ENTREVISTADOS VÍTIMAS DE NEGLIGÊNCIA OU ABANDONO	54
7.7. ENTREVISTADOS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL.....	56
8. CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	58
8.1. ENTREVISTADOS QUE NÃO GOSTAM DE MORAR NO MUNICÍPIO	59
8.2. ENTREVISTADOS QUE NÃO PARTICIPAM DE GRUPOS SOCIAIS	62
8.3. ENTREVISTADOS QUE NÃO SE SENTEM ACOLHIDOS EM CASA	63
9. PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO	64
9.1. ATIVIDADES REALIZADAS NO CONTRATURNO ESCOLAR.....	65
9.2. ENTREVISTADOS QUE PASSAM A MAIOR PARTE DO TEMPO NA RUA	66
9.3. ENTREVISTADOS QUE PASSAM A MAIOR PARTE DO TEMPO SOZINHOS	67
9.4. ENTREVISTADOS QUE NÃO REALIZAM ATIVIDADE DE CONTRATURNO	68
9.5. ENTREVISTADOS INTERESSADOS EM ATIVIDADES ESPORTIVAS	70
9.6. ENTREVISTADOS INTERESSADOS EM CURSOS DE IDIOMA.....	72
9.7. ENTREVISTADOS INTERESSADOS EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES	74

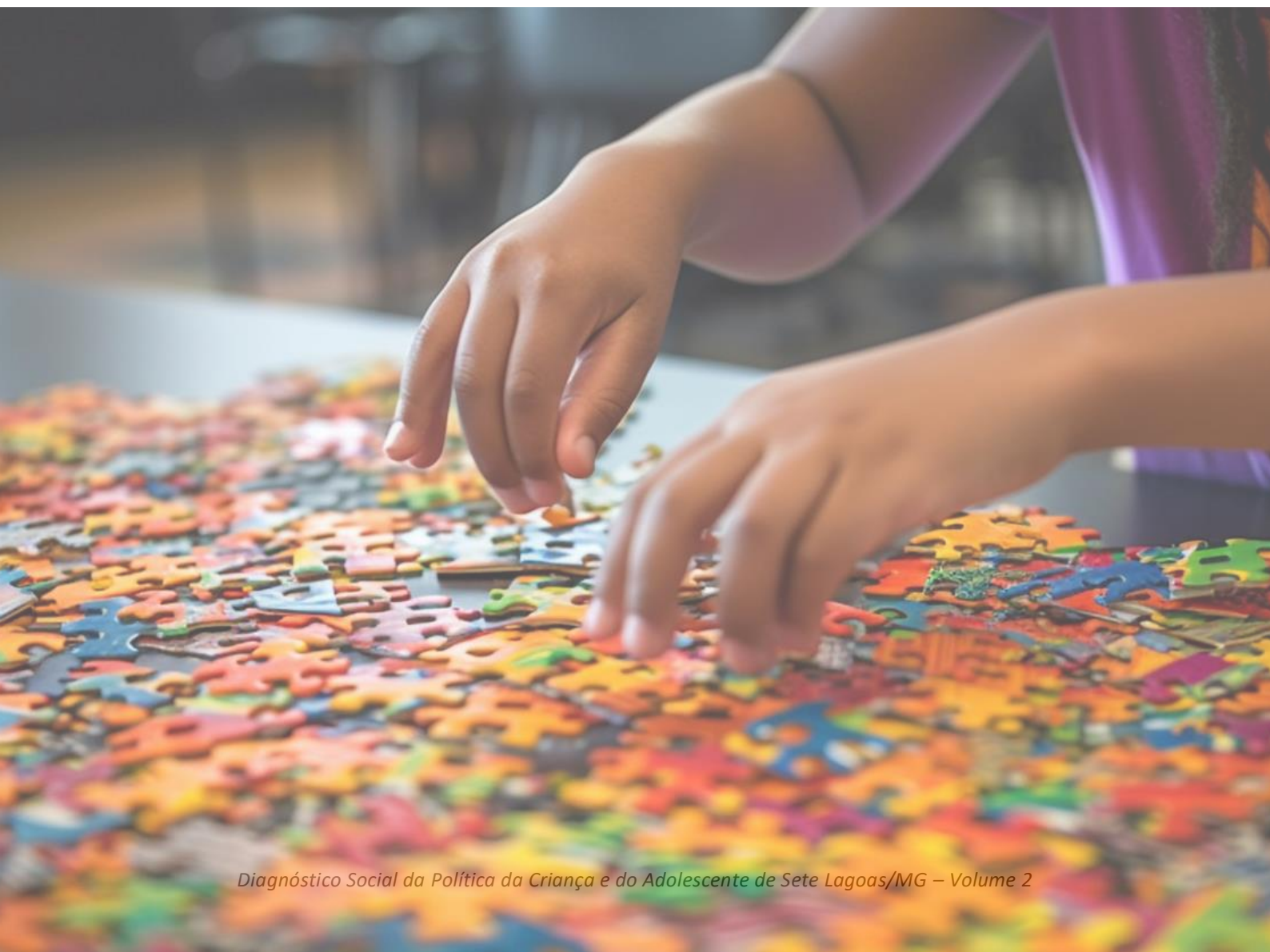
9.8. ENTREVISTADOS INTERESSADOS EM ATIVIDADES CULTURAIS.....	76
9.9. PROGRAMA JOVEM APRENDIZ	78
9.9.1. ENTREVISTADOS QUE PARTICIPAM DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ.....	79
9.9.2. ENTREVISTADOS QUE ESTÃO PROCURANDO EMPREGO	80
10. ATIVIDADES RELACIONADAS AO TRABALHO INFANTIL.....	81
10.1. CASOS DE TRABALHO INFANTIL EM ATIVIDADES CULINÁRIAS	82
10.2. CASOS DE TRABALHO INFANTIL EM ATIVIDADES DOMÉSTICAS	84
10.3. CASOS DE TRABALHO INFANTIL NO CUIDADO DE DEPENDENTES	85
10.4. CASOS DE TRABALHO INFANTIL EM ATIVIDADES DE LAVAÇÃO, OFICINAS MECÂNICAS, CONSTRUÇÃO CIVIL, JARDINAGEM ETC.	86
10.5. CASOS DE TRABALHO INFANTIL EM ATIVIDADES DE COLETA DE RECICLÁVEIS.....	87
10.6. CASOS DE TRABALHO INFANTIL EM ATIVIDADES DE ESCRITÓRIO	88
10.7. CASOS DE TRABALHO INFANTIL EM VENDAS E ATENDIMENTO	89
10.8. CASOS DE TRABALHO INFANTIL EM ATIVIDADES RURAIS	90
10.9. ENTREVISTADOS QUE REALIZAM ATIVIDADE IRREGULAR DE MENDICÂNCIA.....	91
10.10. ENTREVISTADOS ENVOLVIDOS COM O TRÁFICO DE DROGAS	92
10.11. ENTREVISTADOS ENVOLVIDOS EM EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL	93
11. MAPA SOCIAL DOS INDICADORES DA PESQUISA QUANTITATIVA	94
12. CRUZAMENTO DE DADOS ATRAVÉS DA DISTRIBUIÇÃO QUI-QUADRADO.....	97
12.1. SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA SOFRIDAS PELOS ENTREVISTADOS	98
12.2. SITUAÇÕES RELACIONADAS AO TRABALHO INFANTIL	102
13. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A PESQUISA QUANTITATIVA	106
14. PESQUISA QUALITATIVA SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇOS NA ÁREA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	109
14.1. GRUPO FOCAL COM ADOLESCENTES.....	109
14.1.1. A ORGANIZAÇÃO	109
14.1.2. PERFIL DOS ADOLESCENTES	110
14.1.3. CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	110
14.1.4. VIDA E SAÚDE	111
14.1.5. ESCOLA	114
14.1.6. PROFISSIONALIZAÇÃO E TRABALHO	117
14.1.7. ESPORTE, CULTURA E LAZER	117
14.1.8. LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE.....	118
14.2. GRUPO FOCAL COM FAMÍLIAS.....	118
14.2.1. A ORGANIZAÇÃO	118
14.2.2. CARACTERIZAÇÃO DOS PAIS E/OU RESPONSÁVEIS	118

14.2.3. CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	119
14.2.4. ESCOLA	121
14.2.5. SAÚDE.....	122
14.2.6. PROFISSIONALIZAÇÃO E ESTUDO	122
14.2.7. ESPORTE, CULTURA E LAZER	123
14.2.8. O QUE ESPERA PARA O FUTURO DE SEUS FILHOS E FILHAS?.....	123
14.3. GRUPO FOCAL COM O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE (SGDCA) 124	
14.3.1. A ORGANIZAÇÃO	124
14.3.2. PERCEPÇÃO QUANTO AO TEMA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE.....	124
14.3.3. ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO E DO SGDCA	125
14.3.4. A ATUAÇÃO DOS TÉCNICOS E EQUIPAMENTOS DENTRO DA POLÍTICA PÚBLICA	127
15. RECOMENDAÇÕES.....	133
16. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	135

1. APRESENTAÇÃO

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 assegurou direitos fundamentais e reconheceu crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Seguindo esse reconhecimento, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi criado em 1990. O ECA reforça a proteção integral e estabelece os direitos básicos das crianças e adolescentes, estruturando-se em torno de cinco eixos: vida e saúde, educação e lazer, dignidade e liberdade, convivência familiar, e profissionalização.

Para garantir a efetivação desses direitos, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança do Adolescente (CONANDA) foi criado em 1991, formado por representantes governamentais e da sociedade civil. Reconhecendo a igualdade como princípio fundamental, políticas públicas devem considerar as especificidades das crianças e adolescentes, buscando minimizar desigualdades econômicas e sociais.



O Diagnóstico Social da Criança e do Adolescente com foco na identificação do Trabalho Infantil é uma iniciativa que representa um marco na efetivação dos direitos da criança e do adolescente no município. Fruto da iniciativa da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, este projeto tem o objetivo de auxiliar tanto entidades governamentais quanto não governamentais na criação e implementação de políticas públicas voltadas para a infância e adolescência. Ele fornece informações detalhadas sobre a realidade vivenciada pelas crianças e adolescentes residentes no município.

A concepção deste projeto visa apresentar uma visão geral, baseada em território, das crianças e adolescentes do município, utilizando indicadores sociais e dados gerais. A meta é identificar a quantidade e o perfil dos jovens expostos ao trabalho infantil e outras violações de seus direitos fundamentais, conforme estipulado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O conteúdo foi desenvolvido a partir da coleta e análise de dados secundários, informações da rede de atendimento e de pesquisas realizadas com crianças e adolescentes, com o intuito de identificar situações de trabalho infantil e outros aspectos relacionados à promoção de seus direitos, como acesso a atividades culturais, esportivas, educacionais e profissionalizantes.

Para a construção deste diagnóstico, utilizou-se como base o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lista TIP, dando ênfase às Orientações Técnicas para a gestão de programas de erradicação do trabalho infantil. Também foram consideradas diretrizes específicas contidas no termo de referência do edital.

Ao longo da execução, foram realizadas reuniões de planejamento e articulação com os membros da Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico, garantindo um caráter construtivo e integrativo na definição e implementação das diretrizes para sua conclusão.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A positivação dos direitos humanos no ordenamento jurídico é fruto de uma trajetória de conquistas históricas. Para José de Farias Tavares (2001), no contexto dos direitos da criança e do adolescente, esse movimento não é diferente, tendo como marco a Declaração dos Direitos da Criança (ONU, 1959), que tratou de explicitamente reconhecer a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e, por sua condição peculiar de desenvolvimento, merecerem proteção e atenção especializada e prioritária, ao que ficou conhecida como a doutrina da proteção integral.

A trajetória evolutiva para tal conquista teve seus primeiros indícios no contexto internacional ainda com a Liga das Nações³¹, na Declaração de Genebra de 1924 e de 1933. Outros marcos ainda foram importantes, como a criação da primeira organização internacional voltada especificamente para os cuidados com a infância, a *United Nations International Child Emergency Fund* (UNICEF) em 1946; a Declaração dos Direitos e Deveres do Homem em 1948; a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em 1969.

Esta trajetória culminou com um tratado de monumental importância, a Convenção dos Direitos da Criança subscrita de 1989 - mas que iniciou em 1979, declarado o Ano Internacional da Criança - a qual é fundada em três princípios basilares: I) a proteção especial e integral como ser em desenvolvimento, II) a prioridade em preservar a convivência familiar, por ser este lugar ideal para seu desenvolvimento III) o comprometimento das nações subscritoras da convenção em assegurar tais direitos com prioridade absoluta.

É neste cenário que se inicia a trajetória do reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeito de direitos no Brasil. A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um marco no ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo por preocupar-se em assegurar direitos fundamentais e essenciais a todos, e estabelecer mecanismos para garantir o cumprimento de tais direitos (Machado, 2003). No mesmo espírito de inovação, foram introduzidos ao corpo constitucional aspectos próprios do princípio da proteção integral, através do artigo 227, que os reconhece como sujeitos de direito e como indivíduos em processo de formação, atribuindo como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar seus direitos, “além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Paulo Afonso Garrido de Paula (2002) organiza a evolução do tratamento da criança e do adolescente no ordenamento jurídico brasileiro em quatro fases distintas. A primeira fase é caracterizada pela absoluta ausência de normas jurídicas específicas que tratam dos interesses de crianças e adolescentes. Já na segunda fase, a de imputação criminal, as legislações passam a mencionar as crianças e adolescentes, porém apenas para tratar de sua responsabilização pela prática de infração penal. Na terceira fase, a do sistema tutelar, há a preocupação com a integração

³¹ Organização Internacional criada em 1919 no contexto pós-guerra destinado à preservação da paz e à resolução dos conflitos internacionais. A liga se dissolveu no ano seguinte a criação da Organização das Nações Unidas em 1945, transferindo a ela suas responsabilidades e competências.

sociofamiliar, em que é concedido ao juiz ampla discricionariedade de atuação, com tutela reflexa de seus interesses pessoais para atuar enquanto representante e no papel de “pai de família”. E por fim, na quarta fase, denominada de fase da proteção integral, é incorporado a legislação nacional um novo modelo de atenção e proteção às crianças e adolescentes, em oposição ao que vigia até então, através da introdução de aspectos próprios da Doutrina de Proteção Integral. É nesta última fase, e dois anos após a promulgação da Constituição Federal, que surge o Estatuto da Criança e do Adolescente, por meio da Lei nº 8.069/1990.

De forma inovadora o Estatuto rompeu obstáculos e se tornou um instrumento de quebra e mudança de paradigma na realidade das crianças e adolescentes perante a sociedade, rompendo com concepção de serem “simples objetos de intervenção no mundo adulto, colocando-os como titulares de direitos comuns a toda e qualquer pessoa, bem como de direitos especiais decorrentes da condição peculiar de pessoas em processos de desenvolvimento”. (Curry; Garrido de Paula; Marçura; 2002, p. 21).

A criação do ECA representa um marco legal e regulatório dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, reafirmando o compromisso assumido com a inserção do Artigo 227 na Constituição Federal de 1988 de proteção especial e integral, oferecendo-lhes um novo “status”, a de serem reconhecidos como sujeitos e protagonistas de seus direitos e deveres. Portanto, este instrumento normativo veio para colocar em prática as garantias e direitos positivados, reafirmando o compromisso da família, comunidade, da sociedade em geral e do poder público em garantir com prioridade absoluta “a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.” (Artigo 4º do ECA).

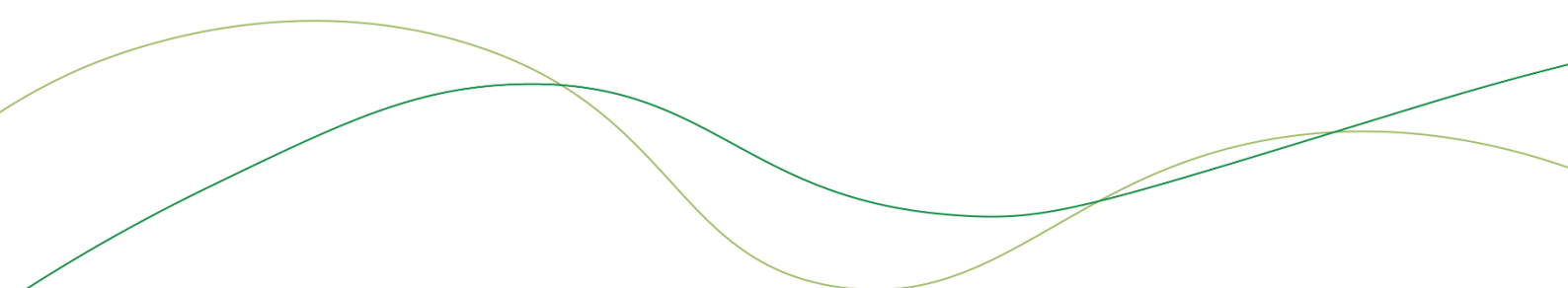
Em seu bojo, fundamenta-se em dois princípios norteadores, o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente e o de sua prioridade absoluta na defesa, garantia e promoção de seus direitos fundamentais. Em vários artigos do Estatuto, a presença do princípio da proteção integral se mostra visível, como a criação do Conselho Tutelar; a implantação do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), com objetivo de efetivar e assegurar a operacionalização de seus direitos; o direito a dignidade e ao respeito, protegendo o direito de imagem, a identidade, intimidade e vida privada da criança e do adolescente envolvidos na prática de ato infracional; a tratativa das medidas de proteção e medidas socioeducativas; e inúmeros outros dispositivos.

Além disso, ao longo do Estatuto são estruturados dispositivos para tratar da operacionalização de ações e políticas públicas a partir de cinco eixos de direitos – o qual serviu para estruturar a organização dos capítulos e apresentação deste Diagnóstico – quais sejam: I) vida e saúde; II) educação, à cultura, esporte e lazer; III) dignidade, respeito e liberdade; IV) convivência familiar e comunitária; V) profissionalização e a proteção no trabalho.

A atribuição, o compromisso e a responsabilidade do poder público em garantir tais direitos vai além do seu reconhecimento e positivação no âmbito jurídico, pois sua efetivação compreende a elaboração e execução de políticas públicas assertivas. Neste intento, em 1991 foi criado o

Conselho Nacional dos Direitos da Criança do Adolescente (CONANDA), por meio da Lei nº 8.242/91. Os Conselhos de Direito - seja no âmbito nacional, estadual ou municipal – são órgãos paritários, ou seja, são formados por representantes do governo e da sociedade civil, e ocupam um lugar fundamental na materialização dos direitos via políticas públicas (CNJ, 2016).

A igualdade de todos, princípio este fundamental positivado no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, é efetivada através do olhar para as diferenças de forma equitativa. Assim, leis e políticas públicas não podem estar alheias à realidade das crianças e adolescentes – atentando-se principalmente para as diferenças individuais, culturais e sociais dentro do território - razão pelo qual a realização deste Diagnóstico é de suma importância, e portanto, sociedade civil e Estado devem empregar esforços para que as informações aqui produzidas gerem resultados, através da articulação e o do desdobramento de ações capazes de oportunizar a transformação da realidade social das crianças e adolescentes residentes no Município, de modo a intentar minimizar os contrastes e desigualdades econômicas e sociais progressivamente.



Linha do tempo dos marcos jurídicos no tema dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes

- 1988 — Constituição Federal da República Federativa do Brasil
- 1990 — Lei nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
Decreto nº 99.710 – Ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança
- 1991 — Lei nº 8.242 – Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente-Conanda
- 1993 — Lei nº 8.742 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS
- 1996 — Lei nº 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) – ação com apoio da OIT para combater o trabalho de crianças em carvoarias na região do MS
- 1999 — Ampliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) para os demais Estados brasileiros
- 2000 — Decreto nº 3.597 – Promulga a Convenção OIT nº 182 – sobre a Proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação
- 2002 — Decreto nº 4.134 – Promulga a Convenção nº 138 e a Recomendação nº 146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego
Portaria nº 365 – Institui a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI)
- 2004 — Lei nº 10.836 – Criação do Programa Bolsa Família
Decreto nº 5.007 – Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de criança, a prostituição infantil e a pornografia infantil
Decreto nº 5.015 – Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional
Decreto nº 5.017 – Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças
- 2005 — Instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
Portaria GM/MDS nº 666 – Integração entre o Programa Bolsa Família (PBF) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)
- 2006 — Resolução Conanda nº 113 – Institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
Decreto nº 5.948 – Aprova a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
- 2008 — Lei nº 11.829 – Combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil e pedofilia na internet
Lei nº 11.692 – Projovem
Decreto nº 6.481 – Trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e da ação imediata para sua eliminação
- 2009 — Res. CIT nº 7 – Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda
- 2011 — Lei nº 12.513 – Pronatec
Lei nº 12.435 – Regulamenta o Sistema Único de Assistência Social, com a integração do PETI na Política de Assistência Social
Res. Conanda nº 148 – Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador
- 2013 — Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) incluindo o atendimento de crianças e adolescentes em situação de trabalho
Res. Conanda nº 159 – Participação de crianças e adolescentes em espaços de discussão sobre os seus direitos
Lei nº 12.933 – Benefício de meia-entrada em espetáculos artístico-culturais e esportivos
- 2014 — Redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)
Lei nº 13.010 – Estabelece o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou tratamento cruel ou degradante
- 2015 — Dec. nº 8.537 – Estatuto da Juventude: meia-entrada em eventos culturais e esportivos para estudantes e jovens de baixa renda e a reserva de vagas no transporte interestadual para jovens de baixa renda
- 2019 - 2022 — III Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador

2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DIREITOS PRECONIZADOS PELO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM FOCO NO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO

Aprofundando-se na temática do direito à profissionalização e à proteção no trabalho e observando os aspectos sociais e culturais, é possível constatar que o trabalho infantil faz parte da história do Brasil – com a exploração da mão de obra escravocrata indígena e africana – perpetuando-se com o surgimento da industrialização, em que crianças e adolescentes foram absorvidos pelo sistema fabril, com longas jornadas de trabalho, condições insalubres e perigosas, entre outras violações. Associados a estes aspectos, ainda há outros fatores que propiciam a entrada precoce no mercado de trabalho, como a mentalidade equivocada de que o trabalho prematuro previne a criminalidade, o uso de drogas ilícitas e garante um futuro profissional; a desigualdade de renda; o racismo estrutural e a imposição de papéis de gênero.

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, mais de três milhões de crianças e adolescentes trabalham, sendo que mais de um milhão e 600 mil deles possuem menos de 16 anos. Percebe-se que atualmente o trabalho infantil se concentra em atividades de difícil fiscalização e apresenta-se principalmente em atividades informais, na agricultura familiar, no aliciamento pelo tráfico, em formas de exploração sexual, no trabalho doméstico, e em atividades produtivas familiares. Essas formas de trabalho são naturalizadas ou invisíveis, e muitas vezes não são notificadas na rede de atendimento, pois nem sequer são percebidas como trabalho infantil pela sociedade ou até mesmo por gestores públicos.

Investigando a legislação vigente, nota-se que a conquista histórica dos avanços jurídicos no que tange aos direitos das crianças e adolescentes representaram avanços no movimento de combate ao trabalho infantil, fundamentando políticas públicas em âmbito nacional para seu enfrentamento como é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

O programa teve início em 1996, como uma ação do Governo Federal apoiada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), para combater o trabalho de crianças em carvoarias da região de Três Lagoas (MS), tendo sido ampliado progressivamente aos demais estados do país. A partir de então, foi progressivamente alcançando todos os estados do país e ganhando espaço nas políticas públicas da assistência social, principalmente com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) a partir de 2005. O programa foi redesenhado em 2014 e sua nova configuração está pautada na realização de ações estratégicas voltadas ao enfrentamento das novas configurações do trabalho infantil no Brasil, no fortalecimento do programa e na qualificação e atuação da rede de proteção do SUAS.

Em 2015, as ações de combate e enfrentamento ao trabalho infantil são reforçadas pelo governo brasileiro com a assinatura da Declaração da ONU “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, cujo teor estabelece os 17 Objetivos do

Desenvolvimento Sustentável – ODS³², desdobrados em 169 metas, das quais se destaca a 8.7, a seguir transcrita *in verbis*:

“Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicação do trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.”³³

O alcance das metas contidas nos ODS é um grande desafio a ser enfrentado pelo Estado brasileiro, e exige esforço não só de todas as esferas de governo – federal, estadual e municipal – mas cooperação de toda a sociedade civil, da qual fazem parte empregadores, sistema de justiça e entidades fiscalizadoras, instituições de ensino, dentre outras, para que o país consiga avançar no fortalecimento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o qual compreende o fomento à educação e à participação em atividades culturais e esportivas, o atendimento e acompanhamento das famílias que necessitam do suporte à renda, à qualificação profissional, para que o jovem seja inserido no mercado de trabalho, na idade correta e em atividades de trabalho regulares.

2.2. O CONCEITO DE TRABALHO INFANTIL

De acordo com a legislação vigente e com o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador, o conceito de trabalho infantil é atribuído à execução de atividades de sobrevivência e/ou econômicas, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 (dezesesseis) anos – ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos – independentemente da sua condição ocupacional, cujas atividades sejam incompatíveis com o seu desenvolvimento e cujos horários e locais não permitam a frequência escolar.

³² Essa declaração foi assinada pelos 193 Estados-Membros da Assembleia Geral da ONU, durante sessão em 25 de setembro de 2015.

³³ <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

Quadro 1: Situações de trabalho por faixa etária, conforme a legislação vigente

1. **0 a 13 anos** – Proibição de qualquer forma de trabalho infantil (Art. 60 do ECA);
2. **14 a 16 anos** – Proibição de qualquer forma de trabalho infantil, salvo na condição de aprendiz (Art. 7º, XXXIII da CF; Art. 403 da CLT);
3. **16 a 18 anos** – Permissão restrita, sendo proibidas as atividades consideradas noturnas (entre 22h e 5h na região urbana e entre 20h e 4h na rural), perigosas, insalubres, penosas, realizadas em locais prejudiciais à formação e ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social de adolescentes, enquadradas na Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), aprovada pelo Decreto nº 6.481/2008, ou ainda a critério do juízo competente (Art. 7º, XXXIII da CF; Art. 402 e 404 da CLT).

A inserção do adolescente no mercado de trabalho é positiva quando realizada na idade certa e de forma regular, sendo uma excelente ferramenta para o amadurecimento pessoal e o desenvolvimento de competências como responsabilização, respeito, educação financeira entre outros. Todavia, as situações irregulares de trabalho tendem a prejudicar o desenvolvimento pleno da criança e do adolescente, em função dos riscos aos quais estão expostos, em que se destacam:

- **Prejuízos à saúde:** por estarem expostos ao sol forte, a doenças, locais com pouca ou nenhuma higiene, sem a proteção necessária, ou ainda por executarem atividades incompatíveis com sua idade e que possam comprometer sua formação física.
- **Infrequência e evasão escolar:** pelo comprometimento do desempenho estudantil seja em função do cansaço em virtude de jornada dupla, ocasionando o distanciamento ou abandono escolar, ou por enxergar a atividade do trabalho como um meio alternativo de subsistência.
- **Exposição a riscos:** por estarem desprotegidos, acabam expostos a uma série de riscos e acidentes, abrindo espaço para outras violações, tais como o abuso psicológico e sexual, e também ao envolvimento com atividades ilícitas.

Quadro 2: Tipos de trabalho infantil definidos pelo Decreto de nº 6.481/2008

Trabalho realizado na rua	•Caracteriza-se por atividades como venda e comércio de artigos ambulantes, flanelinhas e “guardadores de carro”, pelo transporte de coisas e objetos, coleta de materiais reciclados, dentre outros.
Trabalho infantil doméstico	•O trabalho doméstico é uma das formas mais comuns e tradicionais de trabalho infantil e também a mais difícil de ser identificada, por ser realizado entre muros domiciliares, em que crianças e adolescentes executam atividades de natureza doméstica (incluindo cuidar de crianças). Pode ser realizado de duas formas: na casa de terceiros ou parentes; ou na casa da própria família, quando a criança ou adolescente assume responsabilidades típicas de um adulto, incompatível com o seu processo de desenvolvimento.
Trabalho em atividades ilícitas	•Nesta forma de trabalho crianças e adolescentes são utilizados para a prática de ilícitos graves, como o tráfico de drogas, a pornografia e a exploração sexual comercial. É considerado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como uma das piores formas de trabalho, em cuja relação podem ser observados requisitos como subordinação, continuidade, remuneração e pessoalidade.
Trabalho informal, eventual ou sazonal	•A legislação brasileira não permite a realização de qualquer trabalho antes da idade mínima permitida – de 16 anos, exceto na condição de aprendiz que é de 14 anos – e também exige a vinculação empregatícia, ou seja, o registro em Carteira de Trabalho para menores de 18 anos. Assim, mesmo que o trabalho não seja permanente, ou tenha pequena carga horária, ou seja em determinada época do ano, se ele não tiver preenchido ambos os requisitos – de idade mínima e do registro formal – será considerado trabalho infantil, por ser informal e irregular.
Trabalho perigoso, insalubre ou prejudicial	•A realização de trabalhos perigosos ou insalubres é expressamente proibida a crianças ou adolescentes, por compreenderem atividades (definidas em lei própria) que, devido à sua natureza e circunstâncias em que são executados, possam comprometer ou prejudicar o seu desenvolvimento, a saúde, a segurança ou a moral.
Trabalho noturno	•O trabalho noturno é liberado a partir dos 18 anos de idade, cujo conceito compreende atividades realizadas entre as 22h até as 5h da manhã do dia seguinte para a zona urbana, e das 20h às 4h na zona rural.
Trabalho prejudicial à sua formação moral	•Previsto pelo art. 405, § 3º, da CLT, compreende quaisquer formas de trabalho que venham a comprometer ou prejudicar a formação moral da criança ou adolescente, como venda de bebidas alcóolicas, realizadas em teatros, cinemas, boates, cassinos, cabarés, dancings e estabelecimentos análogos; ou outras atividades enquadradas pelo juízo da autoridade competente.
Trabalhos virtuais	•Essa modalidade por ser recente ainda exige debate e estudos sobre os limites da participação de crianças e adolescentes nos meios virtuais como: blogs, vlogs, campeonatos de videogame on-line, páginas em sites de relacionamentos que atraem anunciantes, prestação de serviços pela internet, entre outras atividades similares.

3. DIVISÃO TERRITORIAL

A definição territorial das regiões geográficas é a primeira etapa deste importante projeto de pesquisa social, sendo imprescindível para a apresentação dos resultados, pois possibilita que eles sejam comparados entre si de modo a identificar as potencialidades, oportunidades e fragilidades existentes em cada unidade geográfica.

O espaço reproduz a totalidade através das transformações determinadas pela sociedade, modos de produção, distribuição da população, entre outras necessidades, desempenham funções evolutivas na formação econômica e social, influencia na sua construção e também é influenciado nas demais estruturas de modo que torna um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS apud SAQUET; SILVA, 2008, p.10-11).

A importância do conceito de território na perspectiva de Santos (apud SAQUET; SILVA, 2008) coaduna com a notoriedade do conceito para a Política Pública de Assistência Social, que objetiva tanto observar e conhecer o território ou os territórios (e microterritórios) geográficos em que atua, atentando para as especificidades de cada “chão”, quanto às relações vivenciadas nesses espaços. Isso equivale a dizer que a perspectiva, sob a qual o conceito de território foi utilizado neste diagnóstico, alternará entre as características do Município e as vivências estabelecidas entre os indivíduos e todo o universo coexistente.

Ressalta-se que um diagnóstico sério, conciso e capaz de produzir resultados transformadores para o subsídio e direcionamento assertivo de políticas públicas, requer uma metodologia de execução que contemple a territorialização pautada na realidade social do Município, já que os dados obtidos apenas pela média municipal mascaram as diferenças sociais e econômicas existentes entre os bairros e áreas, limitando e engessando as ações do poder público.

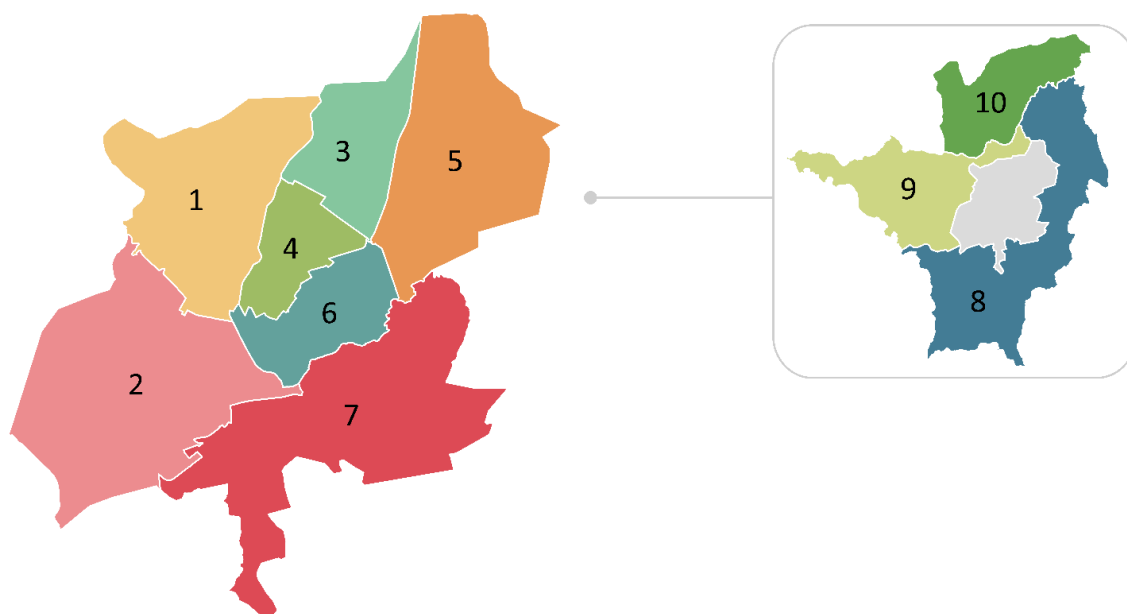
Considerando que a principal fonte para estudos e pesquisas do Brasil é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão público responsável pela gestão de geociências, estatísticas sociais, demográficas e econômicas do país - cuja sistematização e divulgação dos dados oficiais é organizada por setor censitário³⁴ - a divisão territorial deste diagnóstico foi estruturada a partir dos bairros e localidades, respeitando a delimitação geográfica dos setores censitários do IBGE.

³⁴ Setor Censitário é unidade territorial de coleta das operações censitárias, definido pelo IBGE, com limites físicos identificados, em áreas contínuas e respeitando a divisão político-administrativa do Brasil (IBGE, 2019).

Com o apoio da comissão de acompanhamento do diagnóstico da Secretaria Municipal de Assistência Social de Sete Lagoas, a divisão territorial para fins deste diagnóstico resultou em **dez unidades geográficas** com perfil demográfico e socioeconômico homogêneo entre si conforme quadro a seguir:

Região	CRAS	Bairros, Localidades, Loteamentos e Comunidades	Situação
Região 1	CRAS I	Alvorada; Chácara Titamar; Iraque; Jardim Angélica; JK; Manoá; Nossa Senhora das Graças; Nossa Senhora do Carmo; Nova Serrana; Panorama; Papavento; Planalto; Portal da Serra; Residencial Goiabeiras; Residencial Villágio; Santa Cruz; Santa Helena; Santa Rita de Cássia; São Francisco de Assis; Vale do Sol.	Urbano
Região 2		Santa Luzia; Bairro Catarina; Campo de Aviação; Canaan; Cedro Cachoeira; Centro; Chácara do Paiva; COHAB Honorina Pontes; Eldorado; Henrique Nery; Jardim Amélia; Jardim Arizona; Jardim Cambuí; Jardim Universitário; Mangabeira; Ouro Branco; Recanto da Serra; Retiro da Serra; Santa Eliza; Santa Rosa; Santo Antônio; São Cristóvão; São Jorge; Sindicato Rural; Vila Ipê; Vila Santa Helena; Vila São Dimas.	Urbano
Região 3	CRAS II	Belo Vale; Bernardo Vasconcelos; Nova Cidade; Jardim dos Pequês; Kwait; Luxemburgo; Orozimbo Macedo; Recanto dos Sonhos; Verde Vale.	Urbano
Região 4		Aeroporto Industrial; Alex Paiva; Bairro da Glória; Bairro Jardim Europa; Bom Jardim; Chácara do Lago; Esperança; Funcionários; Interlagos; New York; Nova Cidade; Recanto do Yassú; Santa Marcelina; Santa Terezinha; São Pedro.	Urbano
Região 5	CRAS IV	Bela Vista; Boa Esperança; Canadá; Condomínio Lagoa Azul; Golden Ville; Jardim Primavera; Montreal 2; Nossa Senhora de Lourdes; Ondina Vasconcelos de Oliveira; Residencial Bouganville; Residencial Campestre; Residencial Dona Silvia; Santa Felicidade.	Urbano
Região 6		Boa Vista; Braz Filizola; Brejinho; Emília; Fátima; Montreal 1; Olinto Alvim; São João; São Vicente; Vila Brasil.	Urbano
Região 7	CRAS III	Alto Coqueiral; Anchieta; Bandeirantes; Brasília; Brejão; CDI 2; Chacreamento Dona Lili; Chacreamento Esplanada do Moinho; Chacreamento Lagos do Moinho; Cidade Del Rey; Colorado; Dante Lanza; Distrito Industrial; Dona Nora; Esmeraldas; Fazenda Mata Grande; Florida; Industrial; Indústrias; Iporanga; Itapoã 1 ; Itapoã 2; Maria Amélia; Mata Grande; Monte Carlo; Monte Carmelo; Morro do Claro; Novo Horizonte; Padre Teodoro; Portal do Moinho; Progresso; Recanto do Cedro; Residencial Blue Garden; Residencial Da Vinci; Residencial Ermitage; Residencial Parque das Nogueiras; Santa Maria; Santa Rita; São Geraldo; São José; São Sebastião; Vale das Palmeiras; Vale do Aritana; Vapabuçu; Várzea; Village da Serra.	Urbano
Região 8	Distrito de Fazenda Velha	Distrito de Fazenda Velha; Fazenda Velha; Machado; Matos de Baixo; Morro Redondo; Paredão; Pedras; Poço de São Carlos; Quintas da Varginha; Quintas do Lago; Retiro das Oliveiras; Seven Business Park; Várzea da Lagoa.	Rural
Região 9	Distrito Barreiro	Distrito Barreiro de Sete Lagoas; Barreiro de Baixo; Barreiro de Cima; Bom Jesus; Fazenda Recanto; Flora Barreiro; Lontra; Lontrinha; Recanto da Gineta; Recanto São José; Residencial Pousada do Sol; Riacho do Campo.	Rural
Região 10	Distrito Silva Xavier	Distrito Silva Xavier.	Rural

Mapa 1: Visão geral da divisão territorial das regiões do Município



Legenda das Regiões Geográficas

1	CRAS I - Alvorada; Chácaras Titamar	5	CRAS IV - Bela Vista; Boa Esperança	8	Distrito de Fazenda Velha
2	CRAS I - Santa Luzia; Catarina;	6	CRAS IV - Boa Vista; Braz Filizola	9	Distrito Barreiro
3	CRAS II - Belo Vale; Nova Cidade	7	CRAS III - Alto Coqueiral; Anchieta	10	Distrito Silva Xavier
4	CRAS II - Aeroporto Industrial; Alex Paiva				

4. METODOLOGIA

4.1. METODOLOGIA DA PESQUISA QUANTITATIVA

A pesquisa de campo, de caráter quantitativo, foi conduzida pela equipe da Paineis Pesquisas e compreende dados coletados em abordagem direta para investigar o perfil e percepções de vida das crianças e dos adolescentes com base nos direitos fundamentais do ECA. A metodologia seguiu critérios de sigilo e neutralidade, evitando interferências de familiares, amigos ou conhecidos. Dessa forma, as crianças e adolescentes entrevistados puderam se sentir à vontade para expressar suas opiniões de forma autodeclaratória sobre os seguintes temas: perfil do entrevistado, atividades realizadas no contraturno, atividades relacionadas ao trabalho com aprofundamento por tipo de atividade e condição, sobre os direitos à Vida e Saúde, direito à Liberdade, Respeito e Dignidade e ao direito à Convivência Familiar e Comunitária. A pesquisa foi realizada nas escolas da rede municipal e estadual do município, com consentimento dos diretores e presença dos professores em sala de aula durante a abordagem. O Questionário semiestruturado foi elaborado conjuntamente pela contratante Paineis Pesquisas e Consultoria e Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico.

A coleta dos dados em campo foi realizada no período de 22 de agosto até 11 de setembro de 2023, utilizando um total de sessenta (60) tablets, por meio de abordagem presencial de acordo com os estratos da amostra de cada região. Os pesquisadores responsáveis pela coleta no campo foram capacitados e orientados para que mantivessem postura acolhedora, imparcial e sigilosa para proporcionar um ambiente seguro e confiável de modo que os entrevistados pudessem sentir-se à vontade para responder as perguntas do questionário.

Com base na metodologia utilizada a pesquisa resultou em uma amostra de 3.548 questionários, com confiança de 99% e erro amostral de 2,0%. A pesquisa teve dois objetivos: a identificação de crianças e adolescentes em situações irregulares de trabalho, por tipo de atividade e incidência por território o que permitirá a atuação futura da rede de atendimento de forma pontual no enfrentamento e erradicação do trabalho infantil no Município, o perfil e percepção dos adolescentes sobre os Direitos Fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Quadro 3: Características da pesquisa quantitativa:

Método	Quantitativo
Universo	Alunos entre 10 e 17 anos
Unidade amostral	Situação urbana ou rural
Amostragem	Aleatória
Estratificação	Região e idade
Tamanho da amostra	3.548
Erro	2,0%
Confiança	99% (z = 2,58)

4.2. METODOLOGIA DA PESQUISA QUALITATIVA

Já a pesquisa de caráter qualitativo, abordagem por meio de grupo focal, aprofunda temas já abordados na pesquisa de percepção e inclui outros de interesse, além de estimular o diálogo colaborativo dos participantes. A escolha deste critério de investigação fundamenta-se no objetivo proposto, o de conhecer a realidade do município sem limitar-se ou contrapor nos números quantitativos apresentados, mas como forma de complementar e enriquecer este estudo.

Foram realizados 03 grupos focais sendo, 01 com adolescentes de 12 a 17 anos, 01 com pais e responsáveis e 1 com representantes da rede de atendimento do Sistema de Garantia de Direitos do município.

Segundo Minayo (2004) em função do cunho essencialmente valorativo desta abordagem, a amostra em relação ao número de grupos ou de entrevistados não é o foco principal, já que este método se preocupa em estudar e compreender de modo subjetivo as particularidades e experiências individuais - os sentimentos, valores, ideologias e motivações – que permeiam os entrevistados e traçam a sua visão de mundo em relação aos pontos pesquisados.

4.3. TÉCNICAS ESTATÍSTICAS DE ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Todos os dados coletados foram tratados e processados a partir de técnicas estatísticas, com o objetivo de traduzir e mensurar em números os aspectos da realidade social do Município. Para tanto, serão apresentados no formato de indicadores sociais, análises descritivas e complementares, em conjunto com tabelas, gráficos e infográficos, de modo a facilitar a sua visualização e compreensão.

Os indicadores são proporcionalmente calculados com base no total da população residente em cada região territorial - o que permite compará-las de forma equalizada – por meio de percentuais ou em taxas por habitantes, por mil ou cem mil. Sua classificação será apresentada em *Quantil - separatriz que divide o intervalo de frequência de uma população, ou de uma amostra, em partes iguais*. Os mais comuns têm nomes especiais, conforme o número de partes em que são divididos:

- *Percentil* para 100 grupos ou partes, cada uma com 1% dos dados;
- *Quintil* para 5 grupos ou partes, cada uma com 20% dos dados;
- *Quartil* para 4 grupos ou partes, cada uma com 25% dos dados;
- *Tercil* para 3 grupos ou partes, cada uma com 33,3% dos dados.

Assim, considerando o número de divisões territoriais, priorizou-se a utilização do *Tercil*³⁵, ilustrado no Quadro 2. Todavia, nas situações em que houver taxas ou percentuais iguais a "zero", os dados serão apresentados em divisões menores, para maior uniformidade na classificação dos grupos.

Quadro 4: Ilustração do método *Tercil*.

Primeiro Tercil	Segundo Tercil	Terceiro Tercil
É o agrupamento de até 33,3 % dos valores da amostra ordenada	É o agrupamento de 33,3% a 66,6% dos valores da amostra ordenada	É o agrupamento dos valores acima de 66,6% da amostra ordenada
Baixo Indicadores na extremidade inferior da mediana (Até 33,3%)	Médio Indicadores em torno da mediana (De 33,3% até 66,6%)	Alto Indicadores na extremidade superior à mediana (De 66,6% até 100%)

Também será apresentado o cálculo que mostra a diferença proporcional entre o maior e o menor indicador diferente de zero, com o objetivo de evidenciar seu intervalo. Para tanto, serão desprezados os indicadores iguais a 0 (zero).

Fórmula para cálculo da diferença entre as regiões:

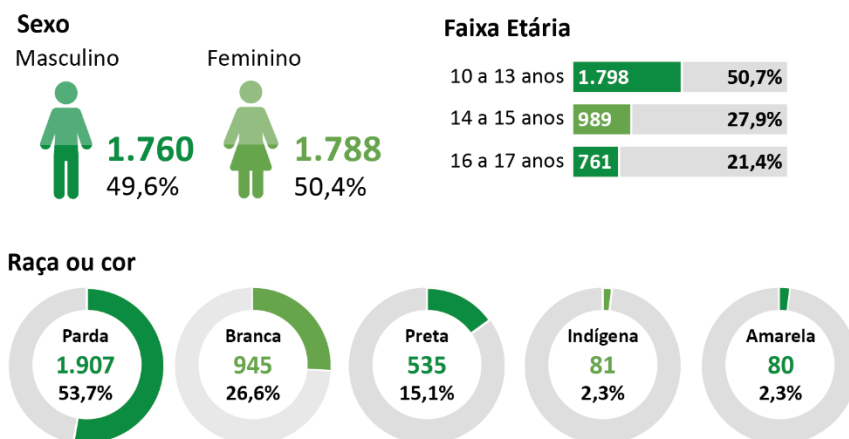
$$\frac{\text{Maior indicador}}{\text{Menor indicador}} = \text{Razão}^{36}$$

³⁵ TRIOLA, MARIO FERREIRA. Introdução à Estatística. 7ª Edição. 1999 – Versão traduzida para a língua portuguesa.

³⁶ A razão mostra a variação entre o maior e o menor valor do indicador entre as regiões.

5. PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Dos 3.548 respondentes predomina a faixa etária de 10 a 13 anos de idade com 50,7% a cor parda com 53,7% do total de entrevistados. A região 7 do CRAS III aparece com a maior percentual de respondentes.



Como se sente?	Citações	%
Menina	413	50,7%
Menino	366	44,9%
Não quero responder	23	2,8%
Não sei	13	1,6%
Respondentes	815	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023

(*) A pergunta foi feita apenas para crianças de 10 e 11 anos

Identidade de gênero	Citações	%
Cisgênero (se reconhece com o gênero/sexo de nascimento)	2.133	78,0%
Não sei	243	8,9%
Não quero responder	211	7,7%
Outro	57	2,1%
Não-binário (não se reconhece com o gênero homem e com o gênero mulher e/ou se reconhece com os dois gêneros)	52	1,9%
Transgênero (não se reconhece com o gênero/sexo de nascimento)	37	1,4%
Respondentes	2.733	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023

(*) A pergunta foi feita apenas para maiores de 12 anos

A amostra foi estratificada por região geográfica com base na população de crianças e adolescentes residente em cada região em conformidade com os dados do IBGE do censo de 2010.

Região Geográfica	Nome da Região Geográfica	População de 0 a 17 anos	AMOSTRA	Proporção %
Região 01	CRAS I - Alvorada; Chácaras Titamar	8.853	603	17,0%
Região 02	CRAS I - Santa Luzia; Catarina;	8.142	393	11,1%
Região 03	CRAS II - Belo Vale; Cidade Nova	8.436	439	12,4%
Região 04	CRAS II - Aeroporto Industrial; Alex Paiva	5.470	363	10,2%
Região 05	CRAS IV - Bela Vista; Boa Esperança	5.535	487	13,7%
Região 06	CRAS IV - Boa Vista; Braz Filizola	6.420	310	8,7%
Região 07	CRAS III - Alto Coqueiral; Anchieta	11.802	779	22,0%
Região 08	Zona Rural de Sete Lagoas	890	58	1,6%
Região 09	Distrito Barreiro	1.399	96	2,7%
Região 10	Distrito Silva Xavier	328	20	0,6%
Respondentes		57.275	3.548	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023

Sobre o tema deficiência, 120 (3,4%) entrevistados responderam afirmativamente, destacando-se nesta variável a intelectual 45 (1,3%) e física 32 (0,9%) sobre o total de 3.548 entrevistados.

Possui deficiência?	Citações	%
Não	3.428	96,6%
Sim	120	3,4%
Respondentes	3.548	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023

Que tipo de deficiência?	Citações	%
Intelectual	45	37,5%
Física	32	26,7%
Múltiplas	18	15,0%
Visual	17	14,2%
Auditiva	8	6,7%
Respondentes	120	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023

Complementando o tema perfil do entrevistado, a pesquisa abordou sobre o conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Do total de entrevistados 2.028 (57,2%) declararam conhecer o ECA. Entre os 42,8% que não conhecem a faixa de idade de 10 a 13 anos, aparece com o maior percentual (25,7%) que desconhecem o Estatuto. A Escola e a Internet são as principais fontes de informação sobre o ECA.

Já ouviu falar sobre o ECA?	De 10 a 13 anos		De 14 a 15 anos		De 16 a 17 anos		Total	
	Citações	%	Citações	%	Citações	%	Citações	%
Não	912	25,7%	384	10,8%	224	6,3%	1.520	42,8%
Sim	886	25,0%	605	17,1%	537	15,1%	2.028	57,2%
Respondentes	1.798	50,7%	989	27,9%	761	21,4%	3.548	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023

Onde ouviu falar sobre o ECA?	Citações	%
Escola	1.450	71,5%
Internet	861	42,5%
TV	617	30,4%
Casa	479	23,6%
Outro	62	3,1%
Respondentes	2.028	(*)

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023

(*) A pergunta admite mais de uma opção de resposta

Quanto ao conhecimento do Conselho Tutelar o percentual de conhecimento supera significativamente o conhecimento do ECA. Dos 3.548 entrevistados 3.395 (95,7%) já ouviram falar do Conselho Tutelar e a Escola se destaca como maior fonte desta informação com 75,8% de citações.

Já ouviu falar do Conselho Tutelar?	De 10 a 13 anos		De 14 a 15 anos		De 16 a 17 anos		Total	
	Citações	%	Citações	%	Citações	%	Citações	%
Não	113	3,2%	25	0,7%	15	0,4%	153	4,3%
Sim	1.685	47,5%	964	27,2%	746	21,0%	3.395	95,7%
Respondentes	1.798	50,7%	989	27,9%	761	21,4%	3.548	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023

Onde ouviu falar do Conselho Tutelar?	Citações	%
Escola	2.572	75,8%
Casa	1.975	58,2%
Internet	1.358	40,0%
TV	1.259	37,1%
Outro	62	1,8%
Respondentes	3.395	(*)

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023

(*) A pergunta admite mais de uma opção de resposta

Quanto ao Conselho Municipal do Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) o percentual de conhecimento é de 46,0%, menor se comparado ao ECA e Conselho Tutelar. Como fonte de informação a Escola se destaca e na segunda posição com percentuais próximos, aparece a Internet, Televisão e Casa.

Já ouviu falar sobre o CMDCA?	De 10 a 13 anos		De 14 a 15 anos		De 16 a 17 anos		Total	
	Citações	%	Citações	%	Citações	%	Citações	%
Não	973	27,4%	545	15,4%	399	11,2%	1.917	54,0%
Sim	825	23,3%	444	12,5%	362	10,2%	1.631	46,0%
Respondentes	1.798	50,7%	989	27,9%	761	21,4%	3.548	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023

Onde ouviu falar sobre o CMDCA?	Citações	%
Escola	1.015	62,2%
Internet	564	34,6%
TV	513	31,5%
Casa	501	30,7%
Outro	20	1,2%
Respondentes	1.631	(*)

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023

(*) A pergunta admite mais de uma opção de resposta



6. VIDA E SAÚDE

A pesquisa de campo empreendida por nosso município, sob o arcabouço do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), se debruçou sobre uma gama de questões cruciais para compreender a saúde emocional e física de crianças e adolescentes. As perguntas foram elaboradas para capturar dados sobre como os jovens se sentem na maior parte do tempo, mapeando o estado emocional geral e identificando possíveis distúrbios de humor que podem exigir atenção especializada.

Questões sobre o uso de substâncias, como álcool, maconha, cigarros, vapes, crack e cocaína, buscaram entender os padrões e a prevalência do consumo dessas substâncias na juventude. Além disso, aspectos como fugas de casa, tentativas de suicídio, automedicação, autolesão e transtornos alimentares como bulimia foram incluídos para oferecer um retrato mais abrangente das questões de saúde emocional enfrentadas.

A inclusão dessas dimensões é de vital importância para as políticas públicas, pois fornece um panorama mais completo das necessidades de nossos jovens. Os dados coletados são fundamentais para direcionar recursos e criar estratégias de intervenção que possam oferecer suporte e prevenção. Este capítulo não pretende tirar conclusões precipitadas dos dados, mas sim apresentar a complexidade e a variedade das questões investigadas, sublinhando a importância de abordagens informadas e sensíveis às necessidades emocionais de crianças e adolescentes em nossa comunidade.

Ao destacar essas dimensões, o município demonstra um compromisso com uma compreensão holística da saúde, que abrange bem-estar físico, mental e social, conforme estipulado pela Organização Mundial da Saúde. Este capítulo servirá como um recurso essencial para profissionais, formuladores de políticas e a comunidade em geral, enfatizando a necessidade de políticas públicas que estejam equipadas para responder às complexidades da saúde emocional na infância e na adolescência.

6.1. ENTREVISTADOS QUE NÃO SABEM PREVENIR DST'S

As regiões 7 do CRAS III, Região 9 e 10 se destacam com alta prioridade de atenção sobre orientação de como se prevenir das doenças sexualmente transmissíveis (DST'S).

Regiões	Total da amostra	Não sabem prevenir DST'S	Indicador (%)
Região 8	58	4	6,9%
Região 2	393	64	16,3%
Região 1	603	110	18,2%
Região 4	363	70	19,3%
Região 5	487	100	20,5%
Região 3	439	92	21,0%
Região 6	310	65	21,0%
Região 7	779	171	22,0%
Região 9	96	24	25,0%
Região 10	20	6	30,0%
Município	3.548	706	19,9%

Definição: citações de não sabem prevenir de DST'S, dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 8	6,9%
Média	Sete Lagoas	19,9%
Maior Valor	Região 10	30,0%

4,3 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

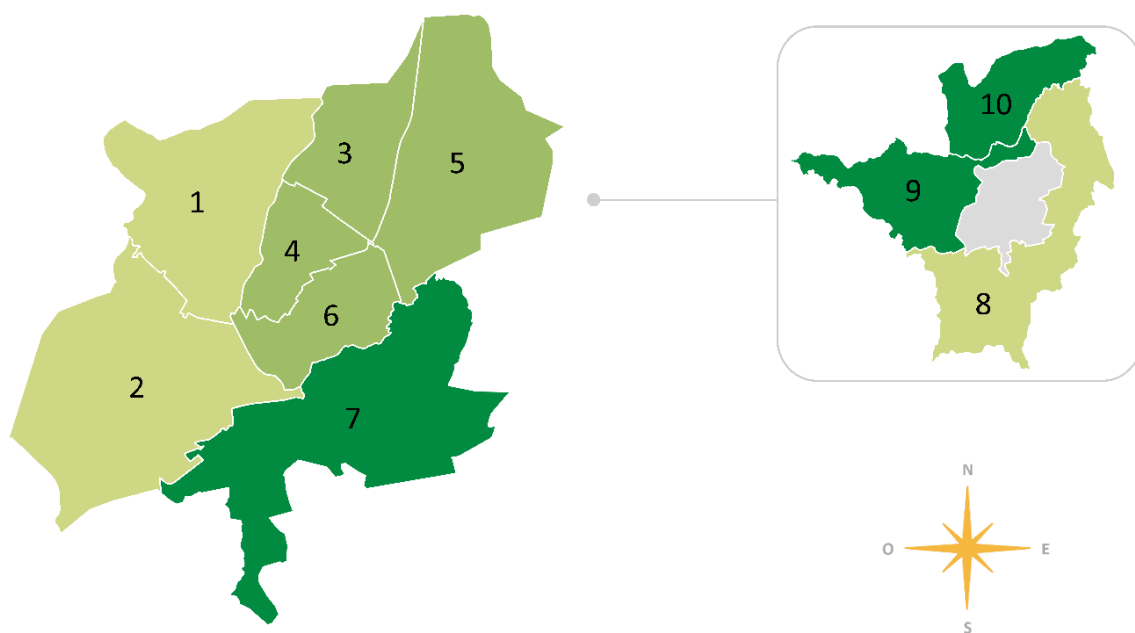
Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023.

Recebeu orientação sobre o assunto?	Citações	%
Não	459	65,0%
Sim	247	35,0%
Respondentes	706	100,0%

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023



Legenda das Regiões Geográficas

1	CRAS I - Alvorada; Chácaras Titamar	5	CRAS IV - Bela Vista; Boa Esperança	8	Distrito de Fazenda Velha
2	CRAS I - Santa Luzia; Catarina;	6	CRAS IV - Boa Vista; Braz Filizola	9	Distrito Barreiro
3	CRAS II - Belo Vale; Nova Cidade	7	CRAS III - Alto Coqueiral; Anchieta	10	Distrito Silva Xavier
4	CRAS II - Aeroporto Industrial; Alex Paiva				

Quando abordados sobre como se sentem na maior parte do tempo a maioria, 2.197 (61,9%) dos respondentes, se sentem felizes ou tranquilos 1.183 (33,3%). Contudo quando reportam outras sensações a ansiedade se destaca com 31% de citações, seguida pela tristeza e raiva com percentual em torno de 11%.

Como se sente na maior parte do tempo?	Citações	%
Feliz	2.197	61,9%
Tranquilo	1.183	33,3%
Ansioso	1.099	31,0%
Triste	416	11,7%
Com raiva	390	11,0%
Não sei	196	5,5%
Indiferente/apático	132	3,7%
Angustiado	110	3,1%
Com medo	67	1,9%
Eufórico	64	1,8%
Outros	57	1,6%
Bipolar	3	0,1%
Cansado	3	0,1%
Em estresse	2	0,1%
Calmo	1	0,0%
Com fome	1	0,0%
Respondentes	3.548	(*)

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023

(*) A pergunta admite mais de uma opção de resposta

Na pergunta sobre situações vivenciadas que a tabela abaixo reporta, 2.592 (73,1%) dos entrevistados citaram nenhuma das ações. Entre os que citaram ter vivenciado alguma das ações abordadas na pesquisa, a autolesão é citada por 605 (17,1%) crianças e adolescentes entrevistados.

Já vivenciou alguma dessas ações?	Citações	%
Nenhuma dessas ações	2.592	73,1%
Autolesão (se cortou ou feriu de propósito)	605	17,1%
Fuga de casa	205	5,8%
Automedicação	189	5,3%
Tentativa de suicídio	163	4,6%
Bulimia	88	2,5%
Participação em jogos de desafio (baleia azul, momo etc.)	78	2,2%
Anorexia	58	1,6%
Aborto	16	0,5%
Respondentes	3.548	(*)

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023

(*) A pergunta admite mais de uma opção de resposta

6.2. USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS LÍCITAS E ILÍCITAS

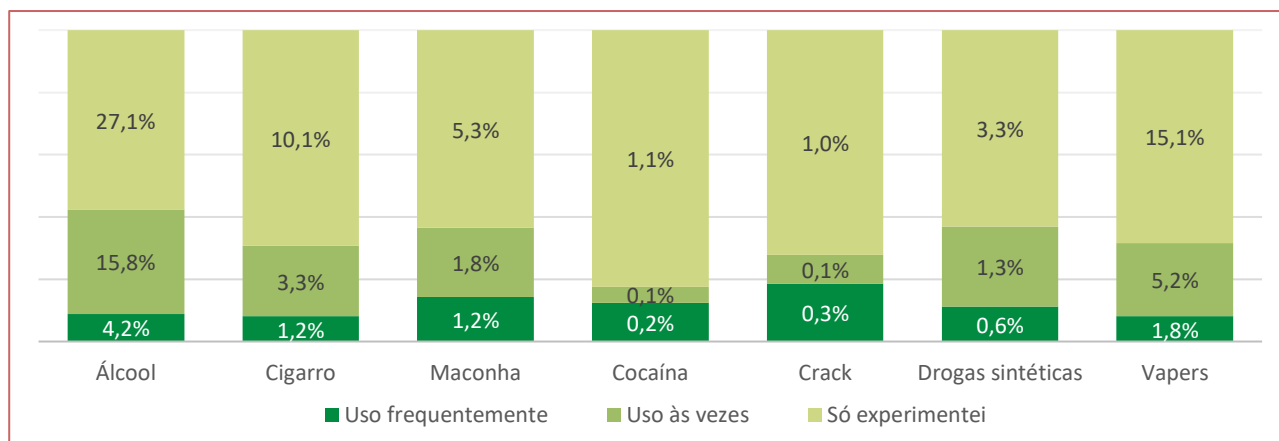
Os entrevistados que declararam ter utilizado álcool, cigarro, e outros tipos de drogas, foi indagada sobre a frequência de uso. O álcool é o mais citado de todas as drogas, “só experimentei” 27,1%, “uso às vezes” 15,8% e “uso frequentemente” 4,2%. O vapor é o segundo mais citado, “só experimentei” 15,1%, “uso às vezes” 5,2% e “uso frequentemente” 1,8%.

Na frequência de uso “só experimentei” destacam-se as ilícitas: maconha e drogas sintéticas; e as lícitas pela nossa legislação: álcool, vapor e cigarro, sinalizando a curiosidade que o público infante juvenil tem em “experimentar”. O destaque no total geral, do uso de “álcool” e “vapor” pelos entrevistados da amostra, remete à necessidade de campanhas de orientação por parte do gestor da saúde pública, sobre os impactos na saúde e desenvolvimento físico e psíquico das crianças e adolescentes para minimizar esta prática.

Já experimentou ou usa alguma dessas drogas?	Citações	%
Álcool	1.430	47,1%
Cigarro	445	14,6%
Maconha	252	8,3%
Cocaína	40	1,3%
Crack	43	1,4%
Drogas sintéticas (extasy, bala/doce, lança perfume)	160	5,3%
Vapers (Cigarro eletrônico)	670	22,0%
Total de citações	3.040	(*)

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023

Frequência do uso das drogas	Só experimentei		Uso às vezes		Uso frequentemente		Total	
	Citações	%	Citações	%	Citações	%	Citações	%
Álcool	824	27,1%	479	15,8%	127	4,2%	1.430	47,1%
Cigarro	308	10,1%	101	3,3%	36	1,2%	445	14,6%
Maconha	160	5,3%	56	1,8%	36	1,2%	252	8,3%
Cocaína	33	1,1%	2	0,1%	5	0,2%	40	1,3%
Crack	31	1,0%	4	0,1%	8	0,3%	43	1,4%
Drogas sintéticas	101	3,3%	41	1,3%	18	0,6%	160	5,3%
Vapers	458	15,1%	158	5,2%	54	1,8%	670	22,0%
Total de citações	1.915	63,0%	841	27,7%	284	9,3%	3.040	100,0%



As próximas tabelas mostram por faixa de idade o uso e preferência de substâncias lícitas e ilícitas, citadas nesta pesquisa de percepção de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos.

O **ÁLCOOL** e o **CIGARRO**, apresentam percentuais de **uso às vezes** e **uso frequentemente** em todas as faixas de idade. O **ÁLCOOL** se destaca com maior uso nas idades de 14 e 15 anos (5,0% e 1,1%) e de 16 a 17 (6,5 e 2,0%). O **CIGARRO** aparece em todas as idades, com menor quantidade de citações.

Uso de ÁLCOOL , por faixa etária	De 10 a 13 anos		De 14 a 15 anos		De 16 a 17 anos		Total	
	Citações	%	Citações	%	Citações	%	Citações	%
Nunca experimentei	1.425	40,2%	461	13,0%	232	6,5%	2.118	59,7%
Só experimentei	283	8,0%	313	8,8%	228	6,4%	824	23,2%
Uso as vezes	73	2,1%	177	5,0%	229	6,5%	479	13,5%
Uso frequentemente	17	0,5%	38	1,1%	72	2,0%	127	3,6%
Respondentes	1.798	50,7%	989	27,9%	761	21,4%	3.548	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023

Uso de CIGARRO , por faixa etária	De 10 a 13 anos		De 14 a 15 anos		De 16 a 17 anos		Total	
	Citações	%	Citações	%	Citações	%	Citações	%
Nunca experimentei	1.715	48,3%	811	22,9%	577	16,3%	3.103	87,5%
Só experimentei	66	1,9%	121	3,4%	121	3,4%	308	8,7%
Uso as vezes	16	0,5%	42	1,2%	43	1,2%	101	2,8%
Uso frequentemente	1	0,03%	15	0,4%	20	0,6%	36	1,0%
Respondentes	1.798	50,7%	989	27,9%	761	21,4%	3.548	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023

O uso e frequência da **MACONHA** e da **COCAÍNA**, nas opções **uso às vezes** e **uso frequentemente**, citados pelos entrevistados, mostra o uso e frequência de uso em todas as faixas de idade.

Uso de MACONHA , por faixa etária	De 10 a 13 anos		De 14 a 15 anos		De 16 a 17 anos		Total	
	Citações	%	Citações	%	Citações	%	Citações	%
Nunca experimentei	1.761	49,6%	893	25,2%	642	18,1%	3.296	92,9%
Só experimentei	26	0,7%	57	1,6%	77	2,2%	160	4,5%
Uso as vezes	7	0,2%	26	0,7%	23	0,6%	56	1,6%
Uso frequentemente	4	0,1%	13	0,4%	19	0,5%	36	1,0%
Respondentes	1.798	50,7%	989	27,9%	761	21,4%	3.548	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023

Uso de COCAÍNA , por faixa etária	De 10 a 13 anos		De 14 a 15 anos		De 16 a 17 anos		Total	
	Citações	%	Citações	%	Citações	%	Citações	%
Nunca experimentei	1.785	50,3%	973	27,4%	750	21,1%	3.508	98,4%
Só experimentei	11	0,3%	13	0,4%	9	0,3%	33	0,9%
Uso as vezes	-	-	2	0,1%	-	-	2	0,1%
Uso frequentemente	2	0,1%	1	0,0%	19	0,5%	22	0,6%
Respondentes	1.798	50,7%	989	27,9%	761	21,4%	3.548	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023

O uso e frequência de uso do **CRACK** foi mais citado apenas na faixa de idade de 10 a 13 anos, na faixa de idade de 14 e 15 anos houve 4 citações e só experimentei e nenhuma citação da faixa de idade de 16 a 18 anos.

As **DROGAS SINTÉTICAS** e **VAPERS** foram citadas em todas as faixas de idade como **Uso às Vezes e Uso Frequentemente**, conforme mostram as tabelas que seguem.

Uso de CRACK, por faixa etária	De 10 a 13 anos		De 14 a 15 anos		De 16 a 17 anos		Total	
	Citações	%	Citações	%	Citações	%	Citações	%
Nunca experimentei	1.780	50,2%	975	27,5%	750	21,1%	3.505	98,8%
Só experimentei	13	0,4%	9	0,3%	9	0,3%	31	0,9%
Uso as vezes	3	0,1%	4	0,1%	1	0,0%	8	0,2%
Uso frequentemente	2	0,1%	1	0,0%	1	0,0%	4	0,1%
Respondentes	1.798	50,7%	989	27,9%	761	21,4%	3.548	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023

Uso de DROGAS SINTÉTICAS, por faixa etária	De 10 a 13 anos		De 14 a 15 anos		De 16 a 17 anos		Total	
	Citações	%	Citações	%	Citações	%	Citações	%
Nunca experimentei	1.755	49,5%	930	26,2%	703	19,8%	3.388	95,5%
Só experimentei	21	0,6%	39	1,1%	41	1,2%	101	2,8%
Uso as vezes	14	0,4%	15	0,4%	12	0,3%	41	1,2%
Uso frequentemente	8	0,2%	5	0,1%	5	0,1%	18	0,5%
Respondentes	1.798	50,7%	989	27,9%	761	21,4%	3.548	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023

Uso de VAPERS, por faixa etária	De 10 a 13 anos		De 14 a 15 anos		De 16 a 17 anos		Total	
	Citações	%	Citações	%	Citações	%	Citações	%
Nunca experimentei	1.641	46,3%	735	20,7%	502	14,1%	2.878	81,1%
Só experimentei	121	3,4%	165	4,7%	172	4,8%	458	12,9%
Uso as vezes	26	0,7%	75	2,1%	57	1,6%	158	4,5%
Uso frequentemente	10	0,3%	14	0,4%	30	0,8%	54	1,5%
Respondentes	1.798	50,7%	989	27,9%	761	21,4%	3.548	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023

7. LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE

Em consonância com o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), o eixo "Liberdade, Respeito e Dignidade" se mostra como uma das pedras angulares para a construção de um tecido social justo e humano. A pesquisa de campo realizada por nosso município abordou com profundidade os desafios enfrentados pelas crianças e adolescentes relacionados a violações desses direitos essenciais.

As perguntas formuladas buscaram desvendar a prevalência e as formas de preconceito e bullying, fenômenos que podem minar a autoestima e o desenvolvimento saudável de qualquer jovem. Também foram exploradas a incidência e as circunstâncias de violência verbal, física e sexual, além de situações de ameaça e negligência, que representam graves atentados contra a liberdade e a dignidade.

O relato das dimensões abordadas na pesquisa serve como um guia para a criação de estratégias eficazes de prevenção e intervenção. Ao trazer à tona esses aspectos, o município reconhece a urgência de políticas que promovam ambientes seguros, onde a liberdade, o respeito e a dignidade de cada criança e adolescente sejam protegidos e respeitados.

Além disso, essas questões são essenciais para a formulação de programas de educação e sensibilização que possam efetivamente combater o preconceito e o bullying dentro das escolas e comunidades. Da mesma forma, é imperativo que sejam desenvolvidas redes de apoio para as vítimas de violências, garantindo-lhes assistência e proteção imediatas.

Os dados coletados lançam luz sobre a realidade vivida por muitos jovens e servem como um apelo à ação para que a sociedade e o poder público fortaleçam os mecanismos de defesa dos direitos fundamentais da juventude. Este capítulo é, portanto, um convite à reflexão e à mobilização em prol de um município onde a liberdade, o respeito e a dignidade não sejam apenas ideais, mas experiências vividas diariamente por todas as crianças e adolescentes.

7.1. ENTREVISTADOS QUE JÁ SOFRERAM ALGUMA FORMA DE VIOLÊNCIA

Foi perguntado aos entrevistados se eles já sofreram algum tipo de violência (seja violência psicológica, sexual, física, na forma de ameaças/intimidação ou negligência). Dos 3.548 entrevistados, 1.161 (32,7%) afirmaram já ter sofrido alguma destas violências.

Sofreu algum tipo de violência?	Citações	%
Sim	1.161	32,7%
Não	2.387	67,3%
Respondentes	3.548	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023

Com relação ao tipo de violência sofrida, dos 1.161 entrevistados que afirmaram já ter sofrido violência, a maioria (83,9%) menciona a violência psicológica, em seguida são citadas a violência sexual (19,3%) e a violência física (17,4%). É importante ressaltar que o mesmo entrevistado pode ter sofrido mais de um tipo de violência.

Tipo de violência sofrida	Citações	%
Violência psicológica	974	83,9%
Violência sexual	224	19,3%
Violência física	202	17,4%
Ameaças/Intimidação	190	16,4%
Negligência	97	8,4%
Respondentes	1.161	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023

(*) Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

Com relação ao local, 74,6% dos entrevistados que sofreram violência, vivenciaram esta situação dentro da escola e 55,7% dentro da própria casa. Na escola destacam-se as situações de violência psicológica, enquanto a violência sexual ocorre com mais frequência na casa de outros familiares ou amigos.

Local onde sofreu violência	Na escola		Em casa		Casa de outros familiares ou amigos		Na rua ou em locais públicos		Total de citações	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Violência psicológica	635	54,7%	356	30,7%	114	9,8%	28	2,4%	974	83,9%
Violência sexual	47	4,0%	48	4,1%	105	9,0%	43	3,7%	224	19,3%
Violência física	79	6,8%	102	8,8%	23	2,0%	12	1,0%	202	17,4%
Ameaças/intimidação	88	7,6%	80	6,9%	31	2,7%	9	0,8%	190	16,4%
Negligência	17	1,5%	61	5,3%	23	2,0%	-	-	97	8,4%
Total de citações	866	74,6%	647	55,7%	296	25,5%	92	7,9%	1.161	(*)

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023

(*) Os entrevistados poderiam escolher mais de uma opção de resposta

Além das violências apresentadas até aqui, foi perguntado, também, se os entrevistados já sofreram preconceito ou bullying. Dos 3.548 entrevistados, 1.394 (39,3%) afirmaram já ter sofrido algum tipo de preconceito ou bullying.

Sofreu preconceito ou bullying?	Citações	%
Sim	1.394	39,3%
Não	2.154	60,7%
Respondentes	3.548	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023

O perfil dos entrevistados que declararam ter sofrido preconceito ou bullying, bem como as demais violências citadas até aqui, será apresentado nos indicadores a seguir.

7.2. ENTREVISTADOS QUE JÁ SOFRERAM PRECONCEITO OU BULLYING

Do total de 3.548 entrevistados 1.394 (39,3%) citaram ter sofrido preconceito ou bullying. Porém, muitos sofrem bullying por mais de um motivo. As regiões 1, 2 e 8 se destacam com a maior incidência ou alta prioridade de atenção neste indicador.

Regiões	Total da amostra	Citações de preconceito e bullying	Indicador (%)
Região 10	20	4	20,0%
Região 9	96	26	27,1%
Região 6	310	107	34,5%
Região 7	779	282	36,2%
Região 5	487	189	38,8%
Região 4	363	141	38,8%
Região 3	439	177	40,3%
Região 8	58	24	41,4%
Região 1	603	268	44,4%
Região 2	393	176	44,8%
Município	3.548	1.394	39,3%

Definição: entrevistados que citaram ter sofrido preconceito ou bullying, dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 10	20,0%
Média	Sete Lagoas	39,3%
Maior Valor	Região 2	44,8%

2,2 vezes

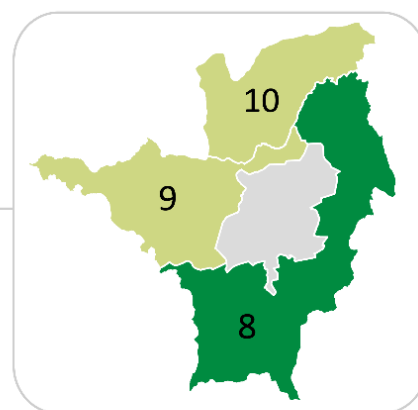
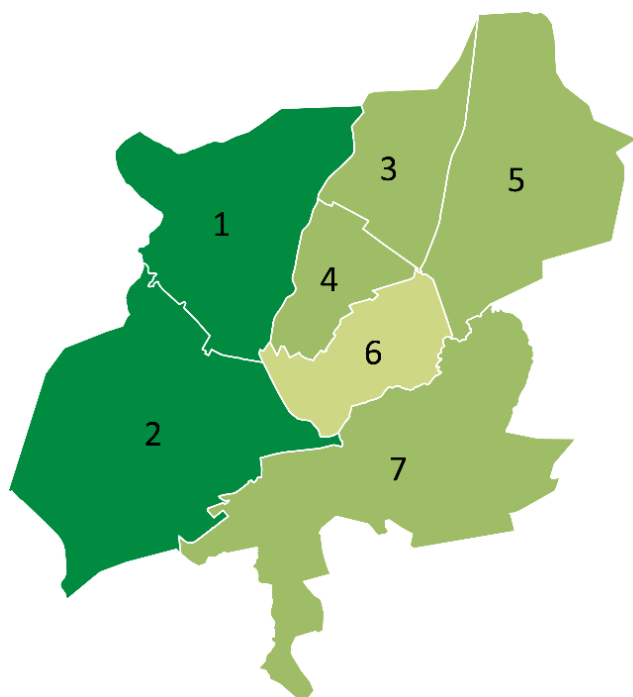
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2023

Nota: O entrevistado pode ter sofrido mais de um tipo de preconceito ou Bullying

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas

1	CRAS I - Alvorada; Chácara Titamar	5	CRAS IV - Bela Vista; Boa Esperança	8	Distrito de Fazenda Velha
2	CRAS I - Santa Luzia; Catarina;	6	CRAS IV - Boa Vista; Braz Filizola	9	Distrito Barreiro
3	CRAS II - Belo Vale; Nova Cidade	7	CRAS III - Alto Coqueiral; Anchieta	10	Distrito Silva Xavier
4	CRAS II - Aeroporto Industrial; Alex Paiva				

Os motivos principais do preconceito ou bullying citados pelos 1.394 entrevistados foram pela aparência física (52,5%), por ser obeso/gordo (24,7%) ou por ser magro demais (19,4%), e pela cor (21,0%). Com relação ao perfil dos entrevistados vítimas de preconceito ou bullying, destaca-se o sexo feminino (57,0%) e a faixa etária de 10 a 13 anos (44,3%).

Se sofreu preconceito ou bullying, qual o motivo?	Citações	%
Pela aparência física (altura, nariz, orelha, espinhas etc.)	733	52,5%
Por ser obeso/gordo	343	24,7%
Por sua cor	293	21,0%
Por ser magro demais	270	19,4%
Por ser tímido	149	10,7%
Por sua orientação sexual	123	8,8%
Por opção religiosa	114	8,2%
Por sua situação social	113	8,1%
Outros	101	7,2%
Por não ter namorado(a)	88	6,3%
Por causa do nome	80	5,7%
Por não saber ler ou ter outras dificuldades de aprendizado	54	3,9%
Por ter alguma deficiência	36	2,6%
Respondentes	1.394	(*)

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023.

(*): A pergunta admite mais de um tipo de preconceito ou Bullying

Sexo

Masculino



600
43,0%

Feminino



794
57,0%

Faixa Etária

10 a 13 anos	618	44,4%
14 a 15 anos	407	29,2%
16 a 17 anos	369	26,5%

7.3. ENTREVISTADOS CONFRONTADOS COM INSULTOS E GRITOS HOSTIS

A média geral de insultos e gritos hostis é de 27,5% e apresenta pequena variação em torno da média geral em todas as regiões, os destaques com as maiores taxas estão nas regiões 1, 3 e 4.

Regiões	Total da amostra	Citações de insultos e gritos hostis	Indicador (%)
Região 10	20	4	20,0%
Região 5	487	122	25,1%
Região 7	779	205	26,3%
Região 6	310	82	26,5%
Região 2	393	108	27,5%
Região 8	58	16	27,6%
Região 9	96	27	28,1%
Região 1	603	173	28,7%
Região 3	439	126	28,7%
Região 4	363	111	30,6%
Município	3.548	974	27,5%

Definição: entrevistados que citaram ter sido confrontados com insultos e gritos hostis, dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 10	20,0%
Média	Sete Lagoas	27,5%
Maior Valor	Região 3	30,6%

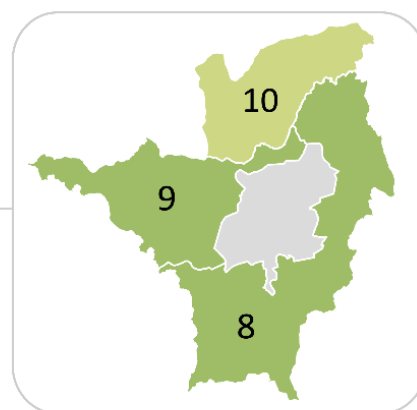
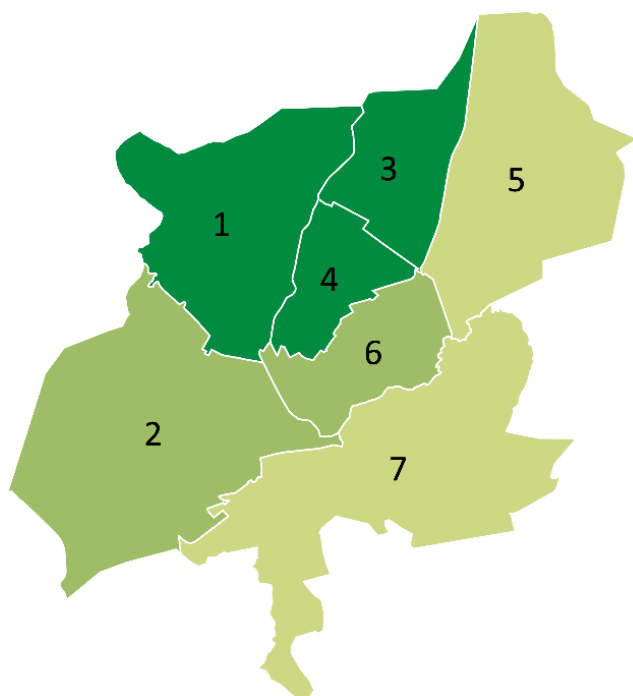
1,5 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023.

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas

1	CRAS I - Alvorada; Chácaras Titamar	5	CRAS IV - Bela Vista; Boa Esperança	8	Distrito de Fazenda Velha
2	CRAS I - Santa Luzia; Catarina;	6	CRAS IV - Boa Vista; Braz Filizola	9	Distrito Barreiro
3	CRAS II - Belo Vale; Nova Cidade	7	CRAS III - Alto Coqueiral; Anchieta	10	Distrito Silva Xavier
4	CRAS II - Aeroporto Industrial; Alex Paiva				

Dentre os entrevistados que disseram já ter sido confrontado com insultos e gritos hostis, a maior parte relatou que a violência ocorreu na escola (65,2%) ou em casa (36,6%). Com relação ao perfil destaca-se o sexo masculino (54,8%) e a faixa etária de 10 a 13 anos (49,7%).

Onde foi confrontado com insultos e gritos hostis?	Citações	%
Na escola	635	65,2%
Em casa	356	36,6%
Na casa de outros familiares ou amigos	114	11,7%
Na rua ou em locais públicos	28	2,9%
Respondentes	974	(*)

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023.

(*): A pergunta admite mais de uma opção de resposta

Sexo

Masculino



534
54,8%

Feminino



440
45,2%

Faixa Etária

10 a 13 anos	485	49,7%
14 a 15 anos	282	29,0%
16 a 17 anos	207	21,3%



7.4. ENTREVISTADOS QUE SOFRERAM AMEAÇA

As regiões 4, Distrito Barreiro e Distrito de Fazenda Velha, se destacam com as maiores taxas neste indicador.

	Regiões	Total da amostra	Citações de ameaças	Indicador (%)
	Região 5	487	16	3,3%
	Região 2	393	18	4,6%
	Região 7	779	37	4,7%
	Região 6	310	15	4,8%
	Região 10	20	1	5,0%
	Região 1	603	37	6,1%
	Região 3	439	28	6,4%
	Região 8	58	4	6,9%
	Região 9	96	7	7,3%
	Região 4	363	27	7,4%
	Município	3.548	190	5,4%

Definição: entrevistados que citaram ter sofrido ameaças, dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 5	3,3%
Média	Sete Lagoas	5,4%
Maior Valor	Região 3	7,4%

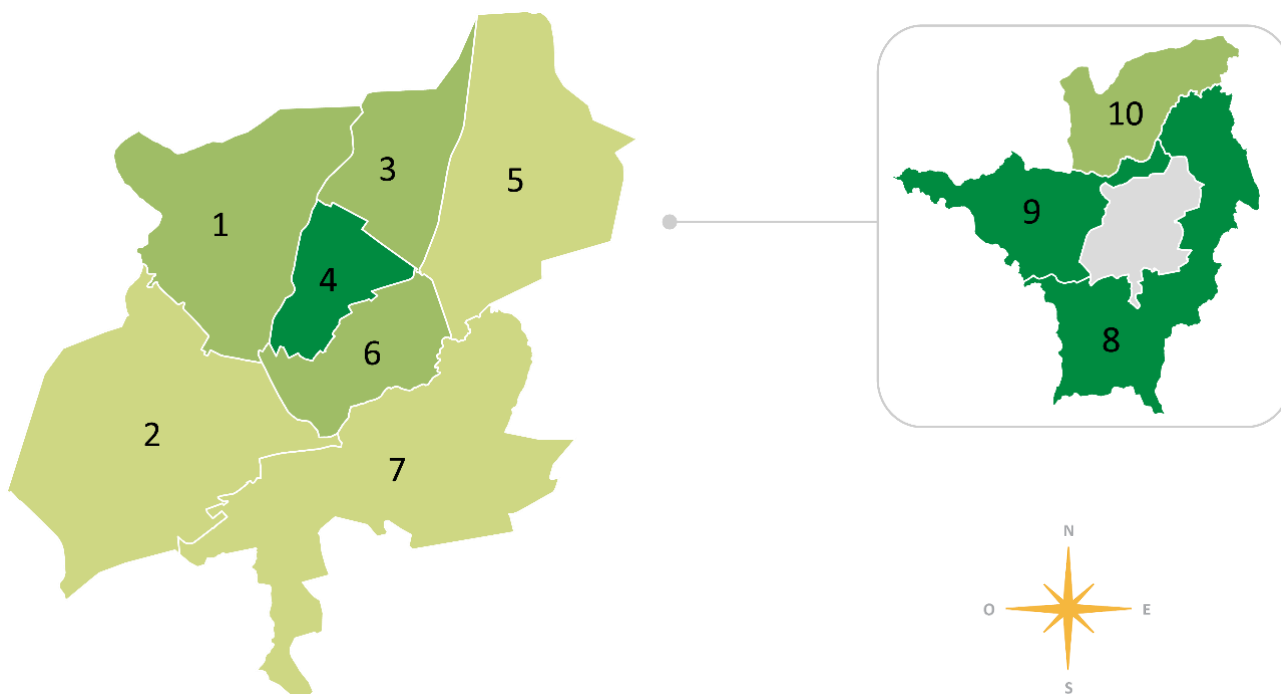
2,2 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023.

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas

1	CRAS I - Alvorada; Chácara Titamar	5	CRAS IV - Bela Vista; Boa Esperança	8	Distrito de Fazenda Velha
2	CRAS I - Santa Luzia; Catarina;	6	CRAS IV - Boa Vista; Braz Filizola	9	Distrito Barreiro
3	CRAS II - Belo Vale; Nova Cidade	7	CRAS III - Alto Coqueiral; Anchieta	10	Distrito Silva Xavier
4	CRAS II - Aeroporto Industrial; Alex Paiva				

Dentre os entrevistados que disseram já ter sofrido algum tipo de ameaça ou intimidação, a maior parte relatou que a violência ocorreu na escola (46,3%) ou em casa (42,1%). Com relação ao perfil destaca-se o sexo masculino (58,4%) e a faixa etária de 10 a 13 anos (56,8%).

Onde sofreu ameaça?	Citações	%
Na escola	88	46,3%
Em casa	80	42,1%
Na casa de outros familiares ou amigos	31	16,3%
Na rua ou em locais públicos	9	4,7%
Respondentes	190	(*)

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023.

(*): A pergunta admite mais de uma opção de resposta

Sexo

Masculino



111
58,4%

Feminino



79
41,6%

Faixa Etária

10 a 13 anos **108** 56,8%

14 a 15 anos **45** 23,7%

16 a 17 anos **37** 19,5%



7.5. ENTREVISTADOS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA FÍSICA

As regiões 1, 9 e 10 se destacam com as maiores taxas de violência física e prioritárias de atenção neste indicador.

Regiões	Total da amostra	Citações de violência física	Indicador (%)
Região 8	58	1	1,7%
Região 5	487	19	3,9%
Região 2	393	18	4,6%
Região 3	439	23	5,2%
Região 7	779	46	5,9%
Região 6	310	19	6,1%
Região 4	363	24	6,6%
Região 1	603	41	6,8%
Região 9	96	9	9,4%
Região 10	20	2	10,0%
Município	3.548	202	5,7%

Definição: entrevistados que citaram ter sofrido violência física, dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 8	1,7%
Média	Sete Lagoas	5,7%
Maior Valor	Região 10	10,0%

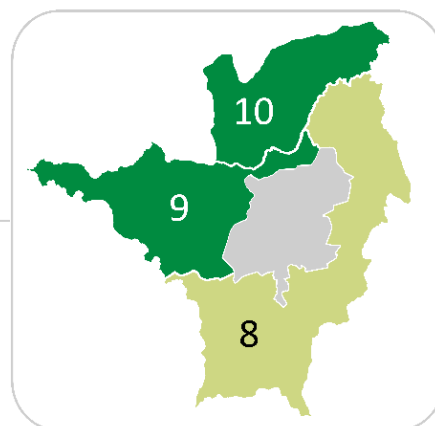
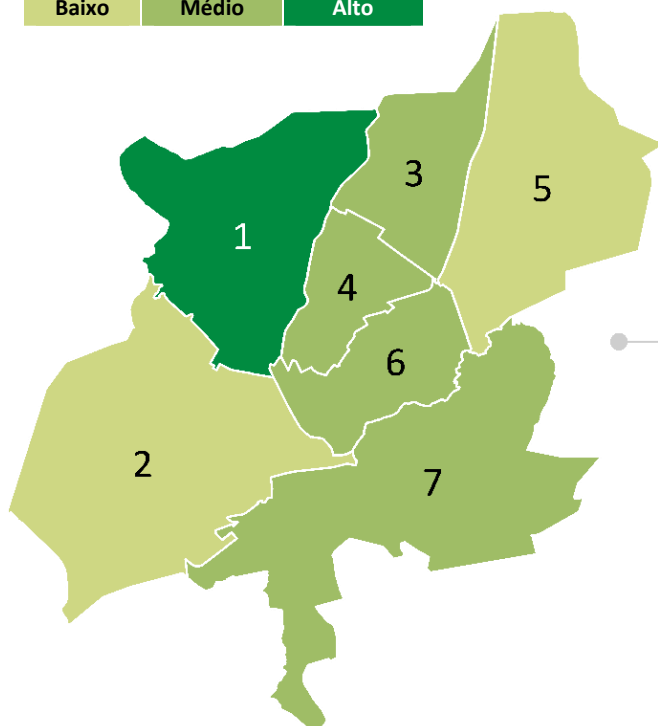
5,9 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023.

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas

1	CRAS I - Alvorada; Chácaras Titamar	5	CRAS IV - Bela Vista; Boa Esperança	8	Distrito de Fazenda Velha
2	CRAS I - Santa Luzia; Catarina;	6	CRAS IV - Boa Vista; Braz Filizola	9	Distrito Barreiro
3	CRAS II - Belo Vale; Nova Cidade	7	CRAS III - Alto Coqueiral; Anchieta	10	Distrito Silva Xavier
4	CRAS II - Aeroporto Industrial; Alex Paiva				

Dentre os entrevistados que disseram já ter sofrido violência física, a maior parte relatou que a violência ocorreu em casa (50,5%) ou na escola (39,1%). Com relação ao perfil destaca-se o sexo masculino (55,9%) e a faixa etária de 10 a 13 anos (58,0%).

Onde sofreu violência física?	Citações	%
Em casa	102	50,5%
Na escola	79	39,1%
Na casa de outros familiares ou amigos	23	11,4%
Na rua ou em locais públicos	12	5,9%
Respondentes	202	(*)

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023.

(*): A pergunta admite mais de uma opção de resposta

Sexo

Masculino



113
55,9%

Feminino



89
44,1%

Faixa Etária

10 a 13 anos	117	58,0%
14 a 15 anos	51	25,2%
16 a 17 anos	34	16,8%



7.6. ENTREVISTADOS VÍTIMAS DE NEGLIGÊNCIA OU ABANDONO

Entre os entrevistados que sofreram negligência ou abandono, a média geral é de 2,7 citações a cada cem entrevistados. Nas regiões 8, 9 e 10 não houve nenhuma citação.

	Regiões	Total da amostra	Citações de negligência e abandono	Indicador (%)
	Região 9	96	-	-
	Região 8	58	-	-
	Região 10	20	-	-
	Região 6	310	5	1,6%
	Região 1	603	15	2,5%
	Região 7	779	21	2,7%
	Região 2	393	11	2,8%
	Região 3	439	13	3,0%
	Região 4	363	13	3,6%
	Região 5	487	19	3,9%
	Município	3.548	97	2,7%

Definição: entrevistados que citaram negligência ou abandono, dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor

Região 6

1,6%

Média

Sete Lagoas

2,7%

Maior Valor

Região 4

3,9%

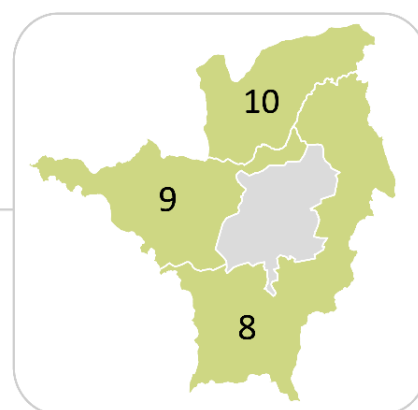
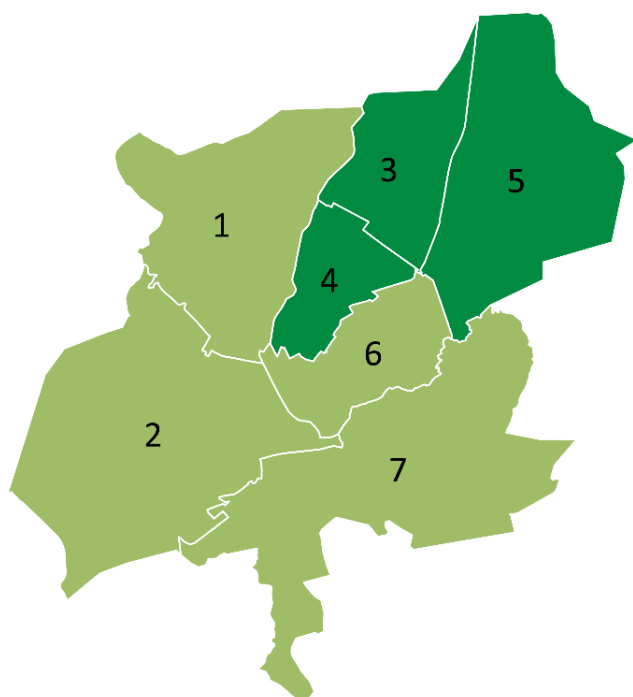
2,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023.

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas

1	CRAS I - Alvorada; Chácara Titamar	5	CRAS IV - Bela Vista; Boa Esperança	8	Distrito de Fazenda Velha
2	CRAS I - Santa Luzia; Catarina;	6	CRAS IV - Boa Vista; Braz Filizola	9	Distrito Barreiro
3	CRAS II - Belo Vale; Nova Cidade	7	CRAS III - Alto Coqueiral; Anchieta	10	Distrito Silva Xavier
4	CRAS II - Aeroporto Industrial; Alex Paiva				

Dentre os entrevistados que disseram ter sido vítimas de negligência ou abandono, a maior parte relatou que a violência ocorreu em casa (61,9%) ou na casa de outros familiares ou amigos (21,6%). Com relação ao perfil destaca-se o sexo masculino (51,5%) e a faixa etária de 10 a 13 anos (44,4%).

Onde sofreu negligência ou abandono?	Citações	%
Em casa	60	61,9%
Na casa de outros familiares ou amigos	21	21,6%
Na escola	13	13,4%
Na rua ou em locais públicos	3	3,1%
Respondentes	97	(*)

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023.

(*): A pergunta admite mais de uma opção de resposta

Sexo

Masculino



50
51,5%

Feminino



47
48,5%

Faixa Etária

10 a 13 anos	43	44,4%
14 a 15 anos	30	30,9%
16 a 17 anos	24	24,7%



7.7. ENTREVISTADOS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Entre as 224 citações de violência sexual, as regiões 2, 5 e 10 se destacam com as maiores taxas neste indicador.

Regiões	Total da amostra	Citações de violência sexual	Indicador (%)
Região 9	96	4	4,2%
Região 6	310	15	4,8%
Região 8	58	3	5,2%
Região 3	439	23	5,2%
Região 7	779	45	5,8%
Região 4	363	23	6,3%
Região 1	603	44	7,3%
Região 2	393	29	7,4%
Região 5	487	36	7,4%
Região 10	20	2	10,0%
Município	3.548	224	6,3%

Definição: citações de violência sexual, dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 9	4,2%
Média	Sete Lagoas	6,3%
Maior Valor	Região 10	10,0%

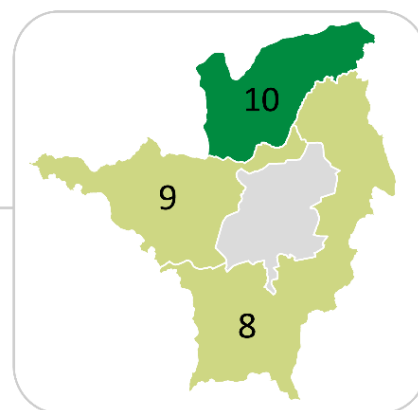
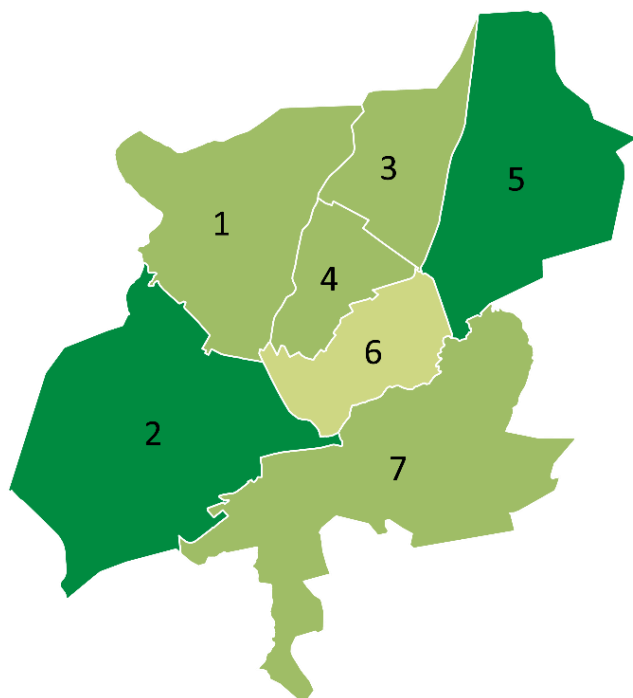
2,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas

1	CRAS I - Alvorada; Chácara Titamar	5	CRAS IV - Bela Vista; Boa Esperança	8	Distrito de Fazenda Velha
2	CRAS I - Santa Luzia; Catarina;	6	CRAS IV - Boa Vista; Braz Filizola	9	Distrito Barreiro
3	CRAS II - Belo Vale; Nova Cidade	7	CRAS III - Alto Coqueiral; Anchieta	10	Distrito Silva Xavier
4	CRAS II - Aeroporto Industrial; Alex Paiva				

Dentre os entrevistados que disseram ter sofrido violência sexual, a maior parte relatou que a violência ocorreu na casa de outros familiares ou amigos (46,4%) ou na própria casa (26,8%). Com relação ao perfil destaca-se o sexo feminino (71,9%) e percebe-se uma distribuição mais homogênea entre as faixas etárias.

Onde sofreu violência sexual?	Citações	%
Na casa de outros familiares ou amigos	104	46,4%
Em casa	60	26,8%
Na escola	42	18,8%
Na rua ou em locais públicos	37	16,5%
Respondentes	224	(*)

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023.

(*): A pergunta admite mais de uma opção de resposta

Sexo

Masculino



63

28,1%

Feminino



161

71,9%

Faixa Etária

10 a 13 anos	81	36,2%
14 a 15 anos	76	33,9%
16 a 17 anos	67	29,9%



8. CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Este capítulo dedica-se ao eixo "Convivência Familiar e Comunitária" do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, um pilar que sustenta a estrutura social de nosso município. A pesquisa de campo focou em elementos como o sentido de pertencimento ao município, a participação em grupos sociais e a sensação de acolhimento no lar. Apreciar o lugar onde se vive é fundamental para a formação da identidade e para o fortalecimento dos laços comunitários.

A inclusão de questões sobre a participação em grupos sociais visa compreender o nível de engajamento dos jovens em espaços coletivos, refletindo a vitalidade da nossa vida comunitária. Já a percepção de acolhimento em casa e os temas discutidos em família oferecem uma visão da qualidade do diálogo e do suporte emocional disponíveis para as crianças e adolescentes. Estes dados orientarão políticas públicas voltadas ao reforço dos vínculos familiares e comunitários, essenciais para o desenvolvimento social e individual.



8.1. ENTREVISTADOS QUE NÃO GOSTAM DE MORAR NO MUNICÍPIO

As regiões que mais se destacam com citações de “não gostar de morar no Município” são as que abrangem o CRAS I e o Distrito Silva Xavier.

Regiões	Total da amostra	Não gostam de morar no Município	Indicador (%)
Região 9	96	13	13,5%
Região 5	487	68	14,0%
Região 6	310	44	14,2%
Região 3	439	68	15,5%
Região 4	363	58	16,0%
Região 7	779	134	17,2%
Região 8	58	10	17,2%
Região 2	393	68	17,3%
Região 1	603	111	18,4%
Região 10	20	4	20,0%
Município	3.548	578	16,3%

Definição: citações de não gostar de morar no Município, dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 9	13,5%
Média	Sete Lagoas	16,3%
Maior Valor	Região 10	20,0%

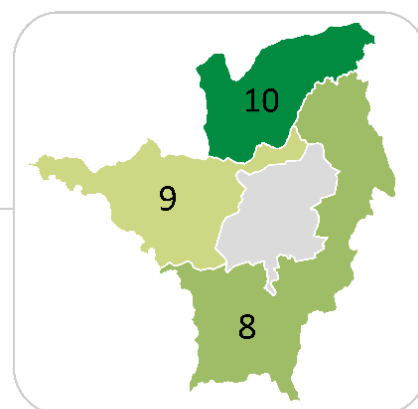
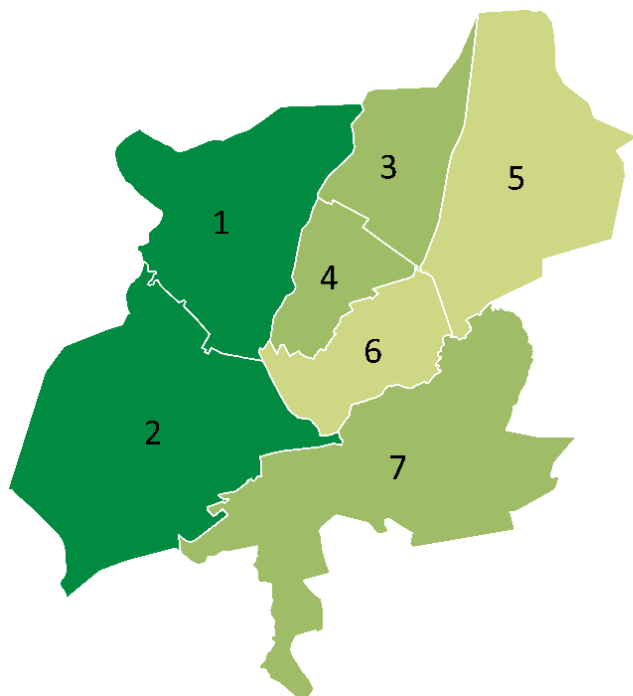
1,5 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023.

Legenda de Cores

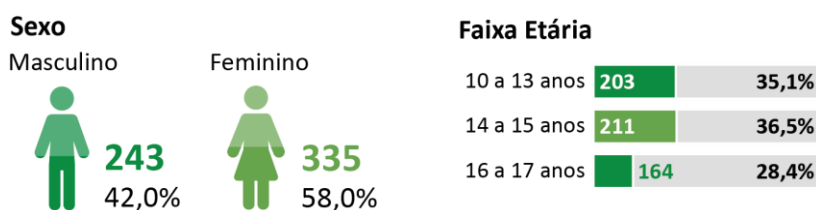
Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas

1	CRAS I - Alvorada; Chácaras Titamar	5	CRAS IV - Bela Vista; Boa Esperança	8	Distrito de Fazenda Velha
2	CRAS I - Santa Luzia; Catarina;	6	CRAS IV - Boa Vista; Braz Filizola	9	Distrito Barreiro
3	CRAS II - Belo Vale; Nova Cidade	7	CRAS III - Alto Coqueiral; Anchieta	10	Distrito Silva Xavier
4	CRAS II - Aeroporto Industrial; Alex Paiva				

No perfil dos entrevistados que relataram não gostar de morar no Município, destacam-se o sexo feminino (58,0%) e a faixa etária de 14 a 15 anos (36,5%).



160 (27,7%) dos 578 entrevistados que não gostam de morar no Município não souberam expressar o motivo. Outros 129 (22,3%) preferem morar em outro lugar, além de 93 (16,1%) que citam que “não tem nada interessante para fazer”.

Por que não gosta de morar no Município?	Citações	%
Não sei	160	27,7%
Preferiria morar em outro lugar	129	22,3%
Não tem nada de interessante para fazer	93	16,1%
Falta de estrutura	44	7,6%
Não tem muitas oportunidades de trabalho	44	7,6%
Por causa das pessoas	31	5,4%
A cidade é pequena	27	4,7%
Muito perigosa	12	2,1%
Meus familiares moram longe	11	1,9%
Não quero responder	9	1,6%
Poluição	6	1,0%
Falta de eventos culturais	4	0,7%
Muito lixo	3	0,5%
Tem muito barulho	3	0,5%
Por causa das pessoas	2	0,3%
Respondentes	578	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023.

Quando abordados sobre a participação em grupos sociais ou comunitários, 2.290 (64,5%) não participam e quando participam, os destaques ficam com dois grupos, **religioso** 632 (17,8%) e **esportivo** 565 (15,9%). Em seguida aparecem os grupos culturais (3,5%) e musicais/banda (2,9%).

Participa de algum grupo social ou comunitário?	Citações	%
Não participa	2.290	64,5%
Religioso	632	17,8%
Esportivo	565	15,9%
Cultural (dança, teatro etc.)	125	3,5%
Musical/banda	102	2,9%
Outro	54	1,5%
Político	22	0,6%
Escotismo	16	0,5%
Respondentes	3.548	(*)

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023.

(*): A pergunta admite mais de uma opção de resposta

Dos 3.548 entrevistados, 3.079 (86,6%) sempre e quase sempre se sentem acolhidos em casa e, 469 (13,3%) se sentem **acolhidos às vezes, quase nunca e nunca**.

Se sente acolhido em casa?	Citações	%
Sempre	2.639	74,4%
Quase sempre	440	12,4%
Às vezes	368	10,4%
Quase nunca	55	1,6%
Nunca	46	1,3%
Respondentes	3.548	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023.

Com relação aos assuntos mais conversados em família destaca-se a vida escolar, com 1.933 (54,5%) respondentes, e projeto de vida com 1.142 (32,2%). 20,3% dos entrevistados relataram que nenhum desses assunto é conversado em família.

Se sente acolhido em casa?	Citações	%
Vida escolar	1.933	54,5%
Projeto de vida	1.142	32,2%
Drogas	970	27,3%
Política	924	26,0%
Sexualidade	905	25,5%
Outros assuntos	867	24,4%
Preconceito	845	23,8%
Violências	794	22,4%
Não é conversado nenhum destes assuntos	721	20,3%
Cidadania	579	16,3%
Respondentes	3.548	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023.

(*): A pergunta admite mais de uma opção de resposta

8.2. ENTREVISTADOS QUE NÃO PARTICIPAM DE GRUPOS SOCIAIS

Região 8 e Região 10 se destacam com o maior e menor percentual de entrevistados que não participam de grupos sociais entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 7,0% e (-) 14,7%.

Regiões	Total da amostra	Não participam de grupos sociais	Indicador (%)
Região 10	20	11	55,0%
Região 4	363	208	57,3%
Região 6	310	193	62,3%
Região 3	439	277	63,1%
Região 5	487	314	64,5%
Região 2	393	255	64,9%
Região 7	779	513	65,9%
Região 9	96	65	67,7%
Região 1	603	414	68,7%
Região 8	58	40	69,0%
Município	3.548	2.290	64,5%

Definição: entrevistados que não participam de grupos sociais dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 10	55,0%
Média	Sete Lagoas	64,5%
Maior Valor	Região 8	69,0%

1,3 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Sexo

Masculino

Feminino



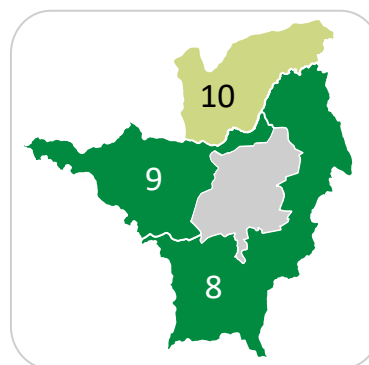
1.053
46,0%



1.237
54,0%

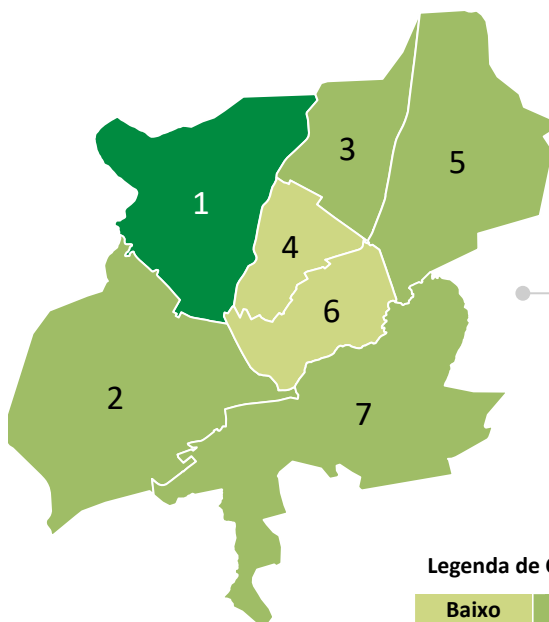
Faixa Etária

10 a 13 anos	1.095	47,8%
14 a 15 anos	667	29,1%
16 a 17 anos	528	23,1%



Legenda das Regiões Geográficas

1	CRAS I - Alvorada; Chácara Titamar
2	CRAS I - Santa Luzia; Catarina;
3	CRAS II - Belo Vale; Nova Cidade
4	CRAS II - Aeroporto Industrial; Alex Paiva
5	CRAS IV - Bela Vista; Boa Esperança
6	CRAS IV - Boa Vista; Braz Filizola
7	CRAS III - Alto Coqueiral; Anchieta
8	Distrito de Fazenda Velha
9	Distrito Barreiro
10	Distrito Silva Xavier



Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------

8.3. ENTREVISTADOS QUE NÃO SE SENTEM ACOLHIDOS EM CASA³⁷

Região 1 e Região 9 se destacam com o maior e menor percentual de entrevistados que não se sentem acolhidos em casa e apresentam variação em torno da média geral de (+) 25,0% e (-) 64,3%.

	Regiões	Total da amostra	Não se sentem acolhidos	Indicador (%)
	Região 10	20	-	-
	Região 8	58	-	-
	Região 9	96	1	1,0%
	Região 6	310	5	1,6%
	Região 5	487	8	1,6%
	Região 4	363	12	3,3%
	Região 2	393	13	3,3%
	Região 7	779	26	3,3%
	Região 3	439	15	3,4%
	Região 1	603	21	3,5%
	Município	3.548	101	2,8%

Definição: entrevistados que não se sentem acolhidos em casa dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 9	1,0%
Média	Sete Lagoas	2,8%
Maior Valor	Região 1	3,5%

3,5 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Sexo

Masculino

Feminino



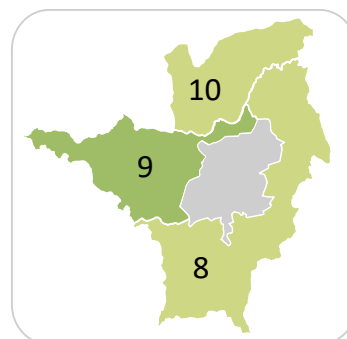
49

48,5%



52

51,5%



Faixa Etária

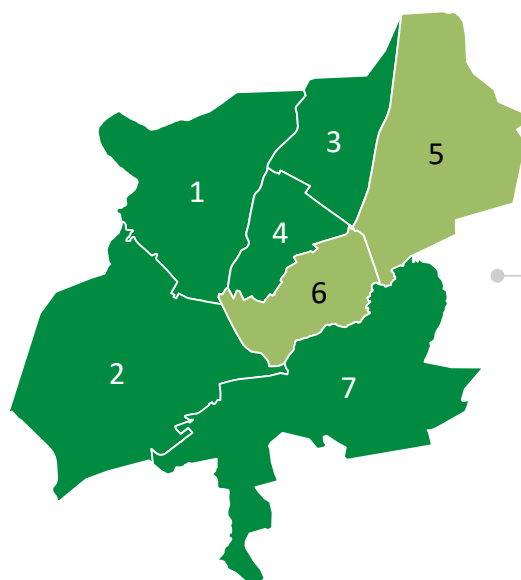
10 a 13 anos **49** 48,5%

14 a 15 anos **29** 28,7%

16 a 17 anos **23** 22,8%

Legenda das Regiões Geográficas

- 1 CRAS I - Alvorada; Chácaras Titamar
- 2 CRAS I - Santa Luzia; Catarina;
- 3 CRAS II - Belo Vale; Nova Cidade
- 4 CRAS II - Aeroporto Industrial; Alex Paiva
- 5 CRAS IV - Bela Vista; Boa Esperança
- 6 CRAS IV - Boa Vista; Braz Filizola
- 7 CRAS III - Alto Coqueiral; Anchieta
- 8 Distrito de Fazenda Velha
- 9 Distrito Barreiro
- 10 Distrito Silva Xavier



Legenda de Cores

Baixo Médio Alto

³⁷ Aqui estão sendo considerados todos os entrevistados que responderam nunca ou quase nunca se sentirem bem cuidados e acolhidos em casa.

9. PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO

Este capítulo aborda o Eixo de Direito à Profissionalização e Proteção no Trabalho, do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, explorando a realidade e as aspirações dos jovens do município em relação à sua preparação para o mercado de trabalho e o uso do tempo livre. A pesquisa de campo investigou as atividades de contraturno escolar, buscando entender como as crianças e adolescentes ocupam esses períodos e com quem costumam estar. Essa análise é crucial para identificar se o tempo livre é direcionado ao lazer, ao aprendizado ou ao trabalho, o que pode indicar a necessidade de políticas públicas para combater o trabalho infantil e promover atividades enriquecedoras.

Além disso, questões foram elaboradas para descobrir os interesses dos jovens em cursos e atividades profissionalizantes, culturais e esportivas, fornecendo insights valiosos sobre as preferências e motivações da juventude. O desejo de participar de determinadas atividades pode refletir as vocações e talentos locais, orientando a oferta de programas que alinhem esses interesses com oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

A pesquisa também tocou na experiência dos jovens aprendizes, avaliando como essa iniciativa tem impactado a preparação para o mundo do trabalho e a proteção dos direitos trabalhistas. Os dados coletados têm o potencial de influenciar a criação de políticas que incentivem a aprendizagem e garantam a segurança dos jovens no trabalho, evitando a exploração e assegurando um caminho para a inserção qualificada no mercado de trabalho.

Este capítulo é, portanto, uma reflexão sobre como o município pode apoiar a jornada dos jovens rumo à autonomia profissional, enquanto protege seus direitos e promove um crescimento equilibrado entre trabalho, educação e lazer.

9.1. ATIVIDADES REALIZADAS NO CONTRATURNO ESCOLAR

As crianças e adolescentes que participaram da pesquisa foram questionados sobre os locais onde ficam com mais frequência quando não estão na escola. Apesar de 74,0% dos respondentes afirmarem que ficam em casa na maior parte do tempo, 7,0% relataram passar muito tempo na rua.

Onde fica quando não está na escola?	Citações	%
Em casa	2.626	74,0%
Na rua	248	7,0%
No trabalho	184	5,2%
Escolinhas, projetos sociais ou cursos	114	3,2%
Casa de parentes	105	3,0%
Casa de amigos	79	2,2%
Quadra	74	2,1%
Praças e parques	54	1,5%
Outros locais	40	1,1%
Local de trabalho dos pais	20	0,6%
CRAS	4	0,1%
Respondentes	3.548	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023.

Se outro local, onde?	Citações	%
Academia	20	50,0%
Praticando esportes na rua, campos, quadras	11	27,5%
Clube náutico	5	12,5%
Na casa do(a) namorado(a)	4	10,0%
Respondentes	40	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023.

No que diz respeito às companhias mais frequentes, 73,5% dos respondentes afirmaram passar a maior parte do tempo com os pais. Por outro lado, 8,3% das crianças e adolescentes relataram permanecer sozinhos na maior parte do tempo.

Com quem fica com mais frequência?	Citações	%
Pai/mãe	2609	73,5%
Irmão(a)	1075	30,3%
Avó/Avô	619	17,4%
Amigos	375	10,6%
Sozinho(a)	306	8,6%
Outros parentes	68	1,9%
Namorado(a)	34	1,0%
Vizinhos/conhecidos	32	0,9%
Babá	19	0,5%
Respondentes	3.548	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023.

(*): A pergunta admite mais de uma opção de resposta

9.2. ENTREVISTADOS QUE PASSAM A MAIOR PARTE DO TEMPO NA RUA

Região 2 e Região 9 se destacam com o maior e menor percentual de entrevistados que passam a maior parte do tempo na rua e apresentam variação em torno da média geral de (+) 31,4% e (-) 85,7%.

Regiões	Total da amostra	Ficam na rua	Indicador (%)
Região 10	20	-	-
Região 9	96	1	1,0%
Região 8	58	2	3,4%
Região 7	779	44	5,6%
Região 5	487	28	5,7%
Região 1	603	44	7,3%
Região 4	363	28	7,7%
Região 3	439	37	8,4%
Região 6	310	28	9,0%
Região 2	393	36	9,2%
Município	3.548	248	7,0%

Definição: entrevistados que passam a maior parte do tempo na rua dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 9	1,0%
Média	Sete Lagoas	7,0%
Maior Valor	Região 2	9,2%

9,2 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Sexo

Masculino

Feminino



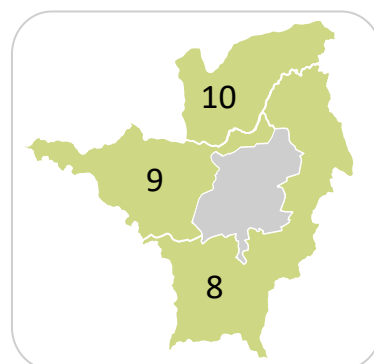
184
74,2%



64
25,8%

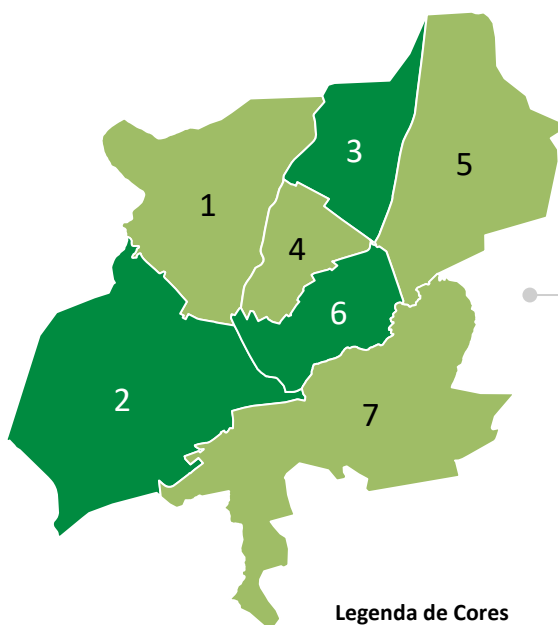
Faixa Etária

10 a 13 anos	151	60,9%
14 a 15 anos	66	26,6%
16 a 17 anos	31	12,5%



Legenda das Regiões Geográficas

1	CRAS I - Alvorada; Chácaras Titamar
2	CRAS I - Santa Luzia; Catarina;
3	CRAS II - Belo Vale; Nova Cidade
4	CRAS II - Aeroporto Industrial; Alex Paiva
5	CRAS IV - Bela Vista; Boa Esperança
6	CRAS IV - Boa Vista; Braz Filizola
7	CRAS III - Alto Coqueiral; Anchieta
8	Distrito de Fazenda Velha
9	Distrito Barreiro
10	Distrito Silva Xavier



Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------

9.3. ENTREVISTADOS QUE PASSAM A MAIOR PARTE DO TEMPO SOZINHOS

Região 7 e Região 9 se destacam com o maior e menor percentual de entrevistados que passam a maior parte do tempo sozinhos e apresentam variação em torno da média geral de (+) 14,0% e (-) 51,2%.

Regiões	Total da amostra	Ficam sozinhos	Indicador (%)
Região 9	96	4	4,2%
Região 10	20	1	5,0%
Região 4	363	26	7,2%
Região 3	439	35	8,0%
Região 5	487	39	8,0%
Região 8	58	5	8,6%
Região 1	603	53	8,8%
Região 2	393	37	9,4%
Região 6	310	30	9,7%
Região 7	779	76	9,8%
Município	3.548	306	8,6%

Definição: entrevistados que ficam a maior parte do tempo sozinhos dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 9	4,2%
Média	Sete Lagoas	8,6%
Maior Valor	Região 7	9,8%

2,3 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Sexo

Masculino

Feminino



159

52,0%



147

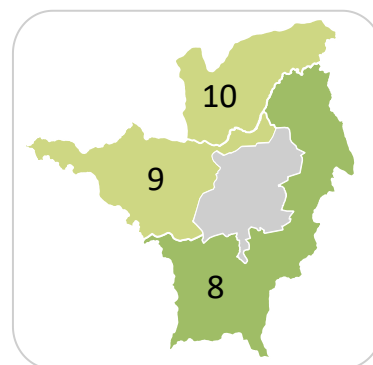
48,0%

Faixa Etária

10 a 13 anos **109** 35,6%

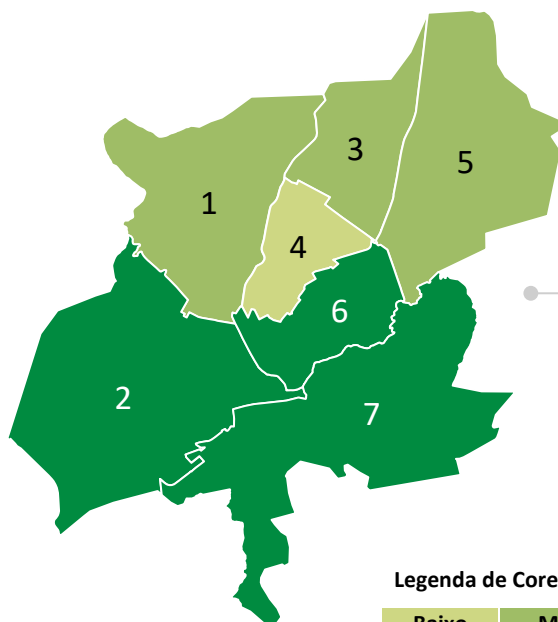
14 a 15 anos **103** 33,7%

16 a 17 anos **94** 30,7%



Legenda das Regiões Geográficas

1	CRAS I - Alvorada; Chácara Titamar
2	CRAS I - Santa Luzia; Catarina;
3	CRAS II - Belo Vale; Nova Cidade
4	CRAS II - Aeroporto Industrial; Alex Paiva
5	CRAS IV - Bela Vista; Boa Esperança
6	CRAS IV - Boa Vista; Braz Filizola
7	CRAS III - Alto Coqueiral; Anchieta
8	Distrito de Fazenda Velha
9	Distrito Barreiro
10	Distrito Silva Xavier



Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------

9.4. ENTREVISTADOS QUE NÃO REALIZAM ATIVIDADE DE CONTRATURNO

Região 10 e Região 4 se destacam com o maior e menor percentual de entrevistados que não realizam atividade de contraturno escolar e apresentam variação em torno da média geral de (+) 9,8% e (-) 7,6%.

Regiões	Total da amostra	NÃO realizam atividade de contraturno	Indicador (%)
Região 4	363	229	63,1%
Região 3	439	285	64,9%
Região 2	393	259	65,9%
Região 8	58	39	67,2%
Região 6	310	209	67,4%
Região 5	487	334	68,6%
Região 9	96	66	68,8%
Região 7	779	557	71,5%
Região 1	603	432	71,6%
Região 10	20	15	75,0%
Município	3.548	2.425	68,3%

Definição: entrevistados que não realizam atividade de contraturno escolar dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 4	63,1%
Média	Sete Lagoas	68,3%
Maior Valor	Região 10	75,0%

1,2 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Sexo

Masculino

Feminino



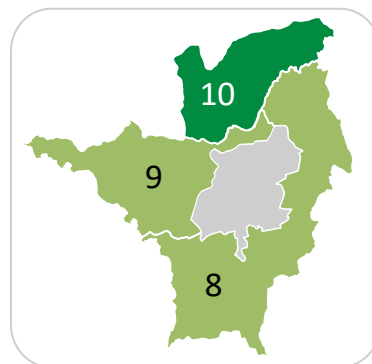
1.097
45,2%



1.328
54,8%

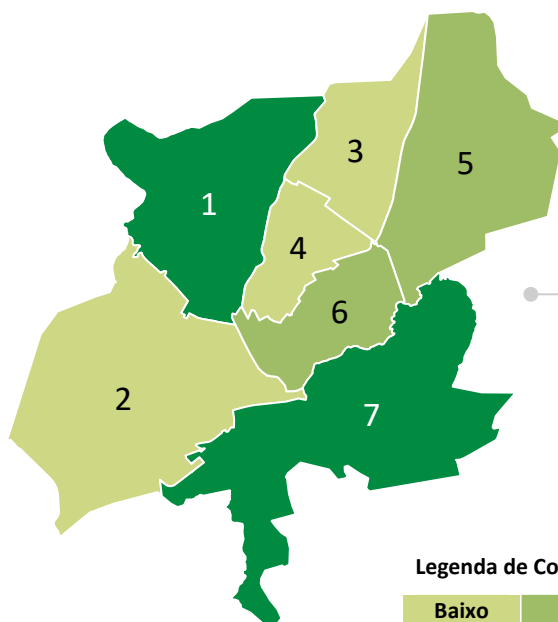
Faixa Etária

10 a 13 anos	1.185	48,9%
14 a 15 anos	728	30,0%
16 a 17 anos	512	21,1%



Legenda das Regiões Geográficas

1	CRAS I - Alvorada; Chácara Titamar
2	CRAS I - Santa Luzia; Catarina;
3	CRAS II - Belo Vale; Nova Cidade
4	CRAS II - Aeroporto Industrial; Alex Paiva
5	CRAS IV - Bela Vista; Boa Esperança
6	CRAS IV - Boa Vista; Braz Filizola
7	CRAS III - Alto Coqueiral; Anchieta
8	Distrito de Fazenda Velha
9	Distrito Barreiro
10	Distrito Silva Xavier



Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------

Sobre os motivos pelos quais entrevistados que não realizam atividade no contraturno escolar, destacam-se “não gosto ou não tenho interesse” (35,8%) e “não tenho tempo” (24,2%).

Por que não realiza atividade?	Citações	%
Não gosto ou não tenho interesse	869	35,8%
Não tenho tempo	586	24,2%
Não tenho condições financeiras	260	10,7%
Não tem na escola ou perto da minha casa	221	9,1%
Meus pais não deixam	217	8,9%
Não tem vaga	164	6,8%
Porque preciso trabalhar	108	4,5%
Respondentes	2.425	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023.

Já com relação aos 1.123 entrevistados que realizam algum tipo de atividade, destacam-se as atividades esportivas (futebol, vôlei, academia, tênis, natação, luta etc.), seguidas de cursos de capacitação/profissionalizantes (informática, administrativo, jovem aprendiz, mecânica, manicure etc.), atividades culturais (música, canto, instrumentos musicais, dança, arte, pintura, artesanato etc.) e curso de idiomas/línguas estrangeiras (inglês, espanhol, coreano, mandarim, italiano etc.)

Quais atividades realiza?	Citações	%
Atividades esportivas	699	62,3%
Curso de capacitação/profissionalizantes	192	17,1%
Atividades culturais	142	12,6%
Curso de idiomas/línguas estrangeiras	90	8,0%
Respondentes	1.123	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023.

Tanto para os entrevistados que não realizam nenhuma atividade quanto para aqueles que já realizam, foi indagado se possuíam interesse em participar de alguma atividade, ou em alternativa, de outra atividade, no caso dos que já se engajam em alguma. Embora 28,5% dos respondentes tenham declarado não ter interesse em nenhuma das atividades mencionadas, a maioria demonstrou interesse, principalmente em atividades esportivas.

Gostaria de realizar alguma ou outra atividade?	Citações	%
Sim, atividades esportivas	1.471	41,5%
Não	1.010	28,5%
Sim, cursos de idioma	780	22,0%
Sim, cursos profissionalizantes	629	17,7%
Sim, atividades culturais	163	4,6%
Respondentes	3.548	(*)

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023.

(*): A pergunta admite mais de uma opção de resposta

9.5. ENTREVISTADOS INTERESSADOS EM ATIVIDADES ESPORTIVAS

Região 6 e Região 8 se destacam com o maior e menor percentual de entrevistados interessados em atividades esportivas e apresentam variação em torno da média geral de (+) 11,1% e (-) 21,0%.

	Regiões	Total da amostra	Interesse em atividades esportivas	Indicador (%)
	Região 8	58	19	32,8%
	Região 9	96	33	34,4%
	Região 5	487	192	39,4%
	Região 1	603	239	39,6%
	Região 10	20	8	40,0%
	Região 3	439	177	40,3%
	Região 2	393	164	41,7%
	Região 4	363	152	41,9%
	Região 7	779	344	44,2%
	Região 6	310	143	46,1%
	Município	3.548	1.471	41,5%

Definição: entrevistados interessados em atividades esportivas dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 8	32,8%
Média	Sete Lagoas	41,5%
Maior Valor	Região 6	46,1%

1,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Sexo

Masculino



870
59,1%

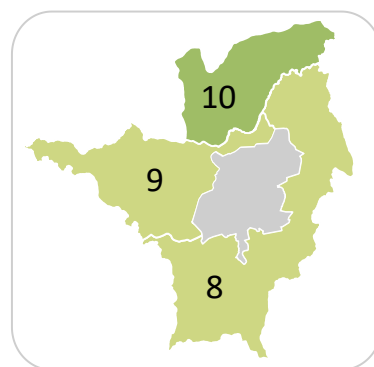
Feminino



601
40,9%

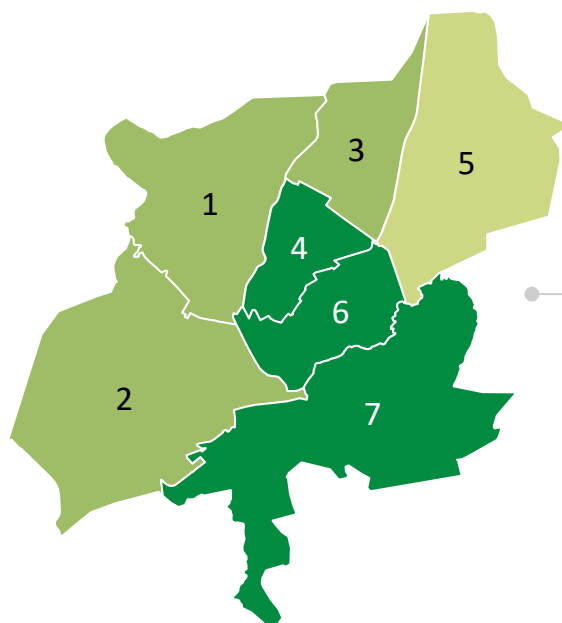
Faixa Etária

10 a 13 anos	851	57,9%
14 a 15 anos	374	25,4%
16 a 17 anos	246	16,7%



Legenda das Regiões Geográficas

1	CRAS I - Alvorada; Chácara Titamar
2	CRAS I - Santa Luzia; Catarina;
3	CRAS II - Belo Vale; Nova Cidade
4	CRAS II - Aeroporto Industrial; Alex Paiva
5	CRAS IV - Bela Vista; Boa Esperança
6	CRAS IV - Boa Vista; Braz Filizola
7	CRAS III - Alto Coqueiral; Anchieta
8	Distrito de Fazenda Velha
9	Distrito Barreiro
10	Distrito Silva Xavier



Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------

Com relação ao tipo de atividade esportiva de interesse destaca-se o futebol, com 41,5% das citações, seguido do vôlei (20,7%), basquete (6,2%) e natação (5,6%).

Quais atividades esportivas?	Citações	%
Futebol	610	41,5%
Vôlei	305	20,7%
Basquete	91	6,2%
Natação	82	5,6%
Academia	49	3,3%
Artes marciais	38	2,6%
Outras*	36	2,4%
Futsal	26	1,8%
Judô	24	1,6%
Capoeira	20	1,4%
Dança	19	1,3%
Futevôlei	16	1,1%
Ginástica	14	1,0%
Handebol	14	1,0%
Queimada	14	1,0%
Ciclismo	13	0,9%
Muay thai	13	0,9%
Karatê	12	0,8%
Ballet	11	0,7%
Jiu-jitsu	11	0,7%
Taekwondo	10	0,7%
Boxe	9	0,6%
Não sei	9	0,6%
Corrida	8	0,5%
Atletismo	6	0,4%
Tênis	6	0,4%
Calistenia	5	0,3%
Respondentes	1.471	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023.

(*): A categoria “outras” agrupa as respostas com menos de 4 citações cada uma.

9.6. ENTREVISTADOS INTERESSADOS EM CURSOS DE IDIOMA

Região 10 e Região 9 se destacam com o maior e menor percentual de entrevistados interessados em cursos de idioma e apresentam variação em torno da média geral de (+) 104,5% e (-) 57,3%.

Regiões	Total da amostra	Interessados em cursos de idioma	Indicador (%)
Região 9	96	9	9,4%
Região 8	58	9	15,5%
Região 6	310	63	20,3%
Região 2	393	84	21,4%
Região 1	603	133	22,1%
Região 3	439	97	22,1%
Região 5	487	110	22,6%
Região 4	363	84	23,1%
Região 7	779	182	23,4%
Região 10	20	9	45,0%
Município	3.548	780	22,0%

Definição: entrevistados interessados em cursos de idioma dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 9	9,4%
Média	Sete Lagoas	22,0%
Maior Valor	Região 10	45,0%

4,8 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Sexo

Masculino

Feminino



215

27,6%



565

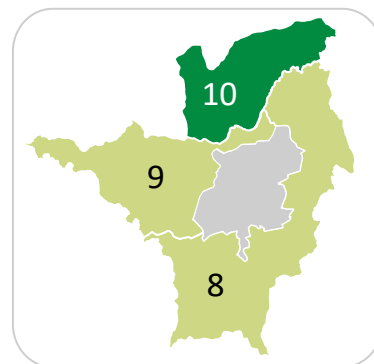
72,4%

Faixa Etária

10 a 13 anos **390** 50,0%

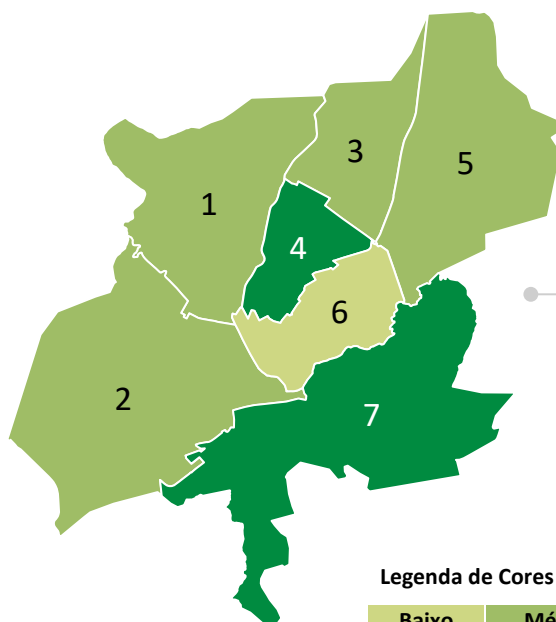
14 a 15 anos **210** 26,9%

16 a 17 anos **180** 23,1%



Legenda das Regiões Geográficas

1	CRAS I - Alvorada; Chácara Titamar
2	CRAS I - Santa Luzia; Catarina;
3	CRAS II - Belo Vale; Nova Cidade
4	CRAS II - Aeroporto Industrial; Alex Paiva
5	CRAS IV - Bela Vista; Boa Esperança
6	CRAS IV - Boa Vista; Braz Filizola
7	CRAS III - Alto Coqueiral; Anchieta
8	Distrito de Fazenda Velha
9	Distrito Barreiro
10	Distrito Silva Xavier



Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------

Com relação ao tipo de curso de idioma de interesse destaca-se a língua inglesa, com 69,7% das citações, seguida do espanhol (14,2%), francês (4,9%) e coreano (4,2%).

Quais idiomas?	Citações	%
Inglês	544	69,7%
Espanhol	111	14,2%
Francês	38	4,9%
Coreano	33	4,2%
Japonês	19	2,4%
Alemão	9	1,2%
Italiano	8	1,0%
Mandarim	8	1,0%
Árabe	3	0,4%
Libras	2	0,3%
Russo	2	0,3%
Africano	1	0,1%
Latim	1	0,1%
Sérvio	1	0,1%
Respondentes	780	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023.

9.7. ENTREVISTADOS INTERESSADOS EM CURSOS PROFISSIONALIZANTES

Região 8 e Região 6 se destacam com o maior e menor percentual de entrevistados interessados em cursos profissionalizantes e apresentam variação em torno da média geral de (+) 16,9% e (-) 18,1%.

Regiões	Total da amostra	Interessados em cursos profissionalizantes	Indicador (%)
Região 6	310	45	14,5%
Região 2	393	63	16,0%
Região 7	779	128	16,4%
Região 4	363	60	16,5%
Região 9	96	16	16,7%
Região 3	439	81	18,5%
Região 10	20	4	20,0%
Região 1	603	121	20,1%
Região 5	487	99	20,3%
Região 8	58	12	20,7%
Município	3.548	629	17,7%

Definição: entrevistados interessados em cursos profissionalizantes dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 6	14,5%
Média	Sete Lagoas	17,7%
Maior Valor	Região 8	20,7%

1,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Sexo

Masculino

Feminino



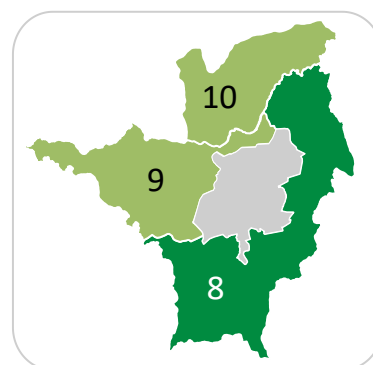
218
34,7%



411
65,3%

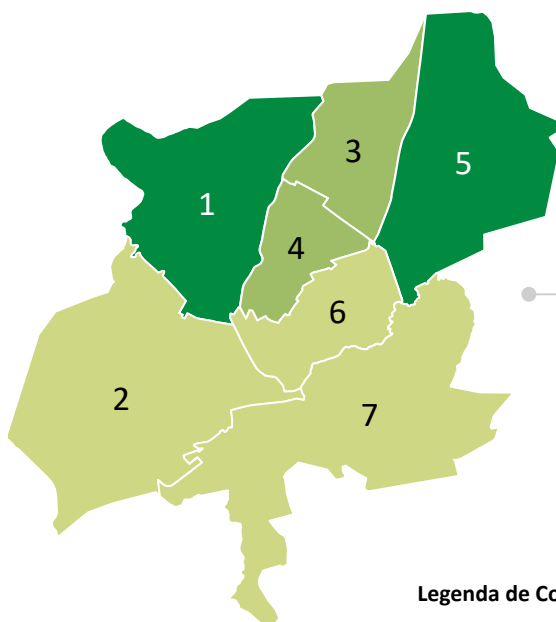
Faixa Etária

10 a 13 anos	215	34,2%
14 a 15 anos	211	33,5%
16 a 17 anos	203	32,3%



Legenda das Regiões Geográficas

1	CRAS I - Alvorada; Chácara Titamar
2	CRAS I - Santa Luzia; Catarina;
3	CRAS II - Belo Vale; Nova Cidade
4	CRAS II - Aeroporto Industrial; Alex Paiva
5	CRAS IV - Bela Vista; Boa Esperança
6	CRAS IV - Boa Vista; Braz Filizola
7	CRAS III - Alto Coqueiral; Anchieta
8	Distrito de Fazenda Velha
9	Distrito Barreiro
10	Distrito Silva Xavier



Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------

Com relação ao tipo de curso profissionalizante de interesse destaca-se o curso de informática, com 20,5% das citações, seguido de administração (15,4%) e cursos de estética (cabelo, manicure, maquiagem etc.) (10,3%).

Quais cursos profissionalizantes?	Citações	%
Informática	129	20,5%
Administração/Administrativo	97	15,4%
Outros	82	13,0%
Estética (Cabelo/manicure/maquiagem)	65	10,3%
Jovem Aprendiz	31	4,9%
Veterinária	24	3,8%
Não sei	21	3,3%
Advocacia	19	3,0%
Eletromecânica	18	2,9%
Medicina	18	2,9%
Enfermagem	15	2,4%
Idiomas	15	2,4%
Programação	12	1,9%
Curso Técnico	11	1,7%
Mecânica	10	1,6%
Design	8	1,3%
Robótica	7	1,1%
Artes	6	1,0%
Desenho	6	1,0%
Psicologia	6	1,0%
Marketing digital	5	0,8%
Biologia	4	0,6%
Engenharia	4	0,6%
Fotografia	4	0,6%
Jogos Online	4	0,6%
Robótica	4	0,6%
SENAI/SENAC/SEBRAE	4	0,6%
Respondentes	629	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023.

(*): A categoria “outras” agrupa as respostas com menos de 4 citações cada uma.

9.8. ENTREVISTADOS INTERESSADOS EM ATIVIDADES CULTURAIS

Região 9 e Região 5 se destacam com o maior e menor percentual de entrevistados interessados em atividades culturais e apresentam variação em torno da média geral de (+) 104,3% e (-) 37,0%.

	Regiões	Total da amostra	Notificações	Indicador (%)
	Região 10	20	-	-
	Região 5	487	14	2,9%
	Região 8	58	2	3,4%
	Região 4	363	14	3,9%
	Região 7	779	33	4,2%
	Região 3	439	19	4,3%
	Região 2	393	18	4,6%
	Região 6	310	15	4,8%
	Região 1	603	39	6,5%
	Região 9	96	9	9,4%
	Município	3.548	163	4,6%

Definição: entrevistados interessados em atividades culturais dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 5	2,9%
Média	Sete Lagoas	4,6%
Maior Valor	Região 9	9,4%

3,2 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Sexo

Masculino

Feminino



49

30,1%



114

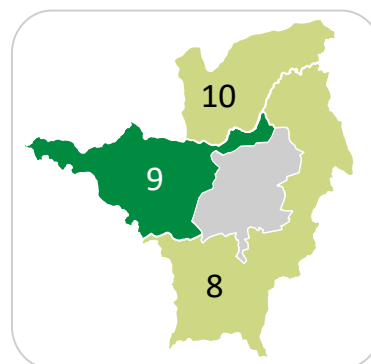
69,9%

Faixa Etária

10 a 13 anos **79** 48,4%

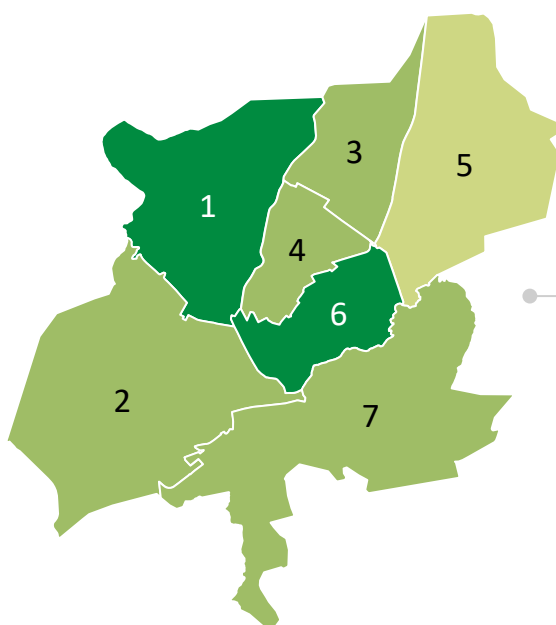
14 a 15 anos **34** 20,9%

16 a 17 anos **50** 30,7%



Legenda das Regiões Geográficas

- 1** CRAS I - Alvorada; Chácara Titamar
- 2** CRAS I - Santa Luzia; Catarina;
- 3** CRAS II - Belo Vale; Nova Cidade
- 4** CRAS II - Aeroporto Industrial; Alex Paiva
- 5** CRAS IV - Bela Vista; Boa Esperança
- 6** CRAS IV - Boa Vista; Braz Filizola
- 7** CRAS III - Alto Coqueiral; Anchieta
- 8** Distrito de Fazenda Velha
- 9** Distrito Barreiro
- 10** Distrito Silva Xavier



Legenda de Cores

Baixo Médio Alto

Com relação ao tipo de atividade cultural de interesse destaca-se a dança, com 18,4% das citações, seguida de música (15,3%) e artes (9,8%).

Quais atividades culturais?	Citações	%
Dança	30	18,4%
Música	25	15,3%
Não sei	19	11,7%
Artes	16	9,8%
Canto	13	8,0%
Teatro	13	8,0%
Ballet	11	6,7%
Artesanato	8	4,9%
Desenho	7	4,3%
Pintura	6	3,7%
Piano	4	2,5%
Catequese	2	1,2%
Teatro	2	1,2%
Cultura oriental	2	1,2%
Violão	1	0,6%
Fotografia	1	0,6%
Culinária	1	0,6%
Grafite	1	0,6%
Turismo	1	0,6%
Respondentes	163	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023.

9.9. PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

Além das atividades de contraturno, os adolescentes de 14 a 17 anos foram questionados sobre o programa Jovem Aprendiz, iniciativa que desempenha um papel significativo no combate ao trabalho infantil ao oferecer uma alternativa positiva e legal para adolescentes e jovens que buscam ingressar no mercado de trabalho. Nesse sentido, 81,5% dos adolescentes respondentes disseram que não participam do Programa, por outro lado, 11,0% declaram que atualmente são Jovens Aprendizes, além disso, 7,5% já foram Aprendizes no passado, mas, atualmente, não são mais.

Participa do programa Jovem Aprendiz?	Citações	%
Não participo	1427	81,5%
Atualmente sou Jovem Aprendiz	192	11,0%
Já fui Jovem Aprendiz, mas não sou mais	131	7,5%
Respondentes	1.750	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023.

Para aqueles que responderam nunca terem participado, foi questionado o motivo. 43,3% desses respondentes relataram que conhecem o Programa, mas nunca tiveram interesse em procurar. Além disso, 50,7% já tentaram participar, mas não encontraram vagas, enquanto 6,0% afirmaram nunca sequer ter ouvido falar da iniciativa.

Por que não participa do programa?	Citações	%
Já tentei, mas não consigo achar vaga	723	50,7%
Conheço o Programa, mas nunca me interessei	618	43,3%
Nunca ouvi falar do Programa Jovem Aprendiz	86	6,0%
Respondentes	1.427	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023.

Dentre os participantes que atualmente não estão envolvidos no Programa, independentemente de terem ou não participado anteriormente, foi questionado se estão em busca de emprego. A maioria, representando 66,0%, afirmou que atualmente está procurando por oportunidades de trabalho.

Está procurando emprego?	Citações	%
Sim	1.029	66,0%
Não	529	34,0%
Respondentes	1.558	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023.

9.9.1. ENTREVISTADOS QUE PARTICIPAM DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ³⁸

Região 9 e Região 6 se destacam com o maior e menor percentual de entrevistados que participam do programa Jovem Aprendiz e apresentam variação em torno da média geral de (+) 76,4% e (-) 30,0%.

	Regiões	Amostra de 14 a 17 anos	Participam do programa Jovem Aprendiz	Indicador (%)
	Região 9	31	6	19,4%
	Região 5	261	34	13,0%
	Região 3	219	26	11,9%
	Região 2	205	24	11,7%
	Região 1	324	37	11,4%
	Região 4	123	13	10,6%
	Região 7	396	37	9,3%
	Região 10	11	1	9,1%
	Região 8	38	3	7,9%
	Região 6	142	11	7,7%
	Município	1.750	192	11,0%

Definição: entrevistados que participam do programa Jovem Aprendiz dividido pela amostra de 14 a 17 anos, vezes 100

Menor Valor	Região 6	7,7%
Média	Sete Lagoas	11,0%
Maior Valor	Região 9	19,4%

2,5 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Sexo

Masculino

Feminino



112
58,3%

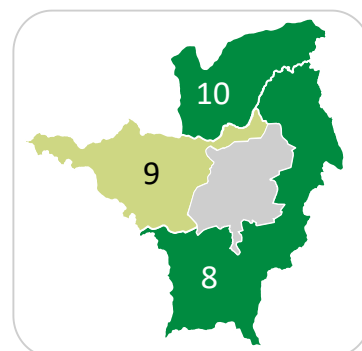


80
41,7%

Faixa Etária

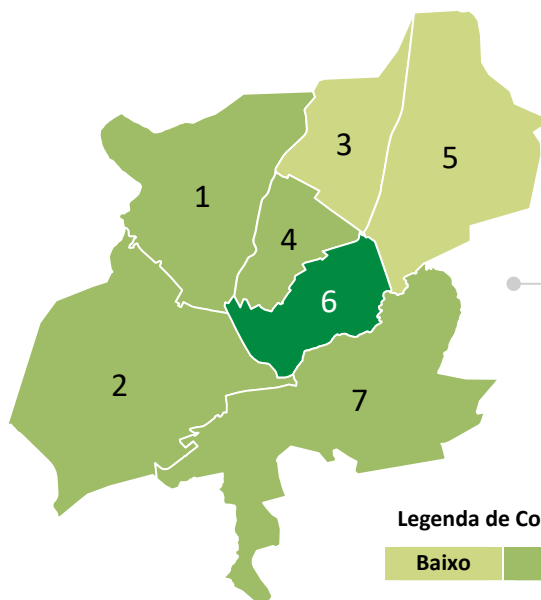
14 a 15 anos **86** 44,8%

16 a 17 anos **106** 55,2%



Legenda das Regiões Geográficas

1	CRAS I - Alvorada; Chácaras Titamar
2	CRAS I - Santa Luzia; Catarina;
3	CRAS II - Belo Vale; Nova Cidade
4	CRAS II - Aeroporto Industrial; Alex Paiva
5	CRAS IV - Bela Vista; Boa Esperança
6	CRAS IV - Boa Vista; Braz Filizola
7	CRAS III - Alto Coqueiral; Anchieta
8	Distrito de Fazenda Velha
9	Distrito Barreiro
10	Distrito Silva Xavier



Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------

³⁸ Este indicador é inversamente proporcional, ou seja, quanto menor o percentual, maior a demanda.

9.9.2. ENTREVISTADOS QUE ESTÃO PROCURANDO EMPREGO

Região 8 e Região 10 se destacam com o maior e menor percentual de entrevistados que estão procurando emprego e apresentam variação em torno da média geral de (+) 25,3% e (-) 38,1%.

Regiões	Amostra de 14 a 17 anos	Procurando emprego	Indicador (%)
Região 10	11	4	36,4%
Região 9	31	15	48,4%
Região 6	142	80	56,3%
Região 2	205	117	57,1%
Região 5	261	149	57,1%
Região 7	396	234	59,1%
Região 4	123	73	59,3%
Região 1	324	196	60,5%
Região 3	219	133	60,7%
Região 8	38	28	73,7%
Município	1.750	1.029	58,8%

Definição: entrevistados que estão procurando emprego dividido pela amostra de 14 a 17 anos, vezes 100

Menor Valor	Região 10	36,4%
Média	Sete Lagoas	58,8%
Maior Valor	Região 8	73,7%

2,0 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Sexo

Masculino

Feminino



461
44,8%

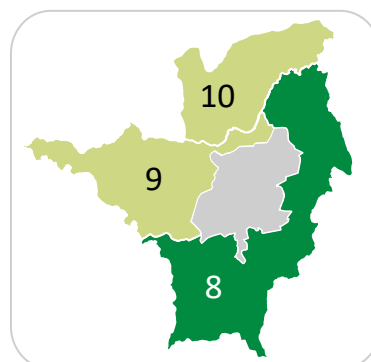


568
55,2%

Faixa Etária

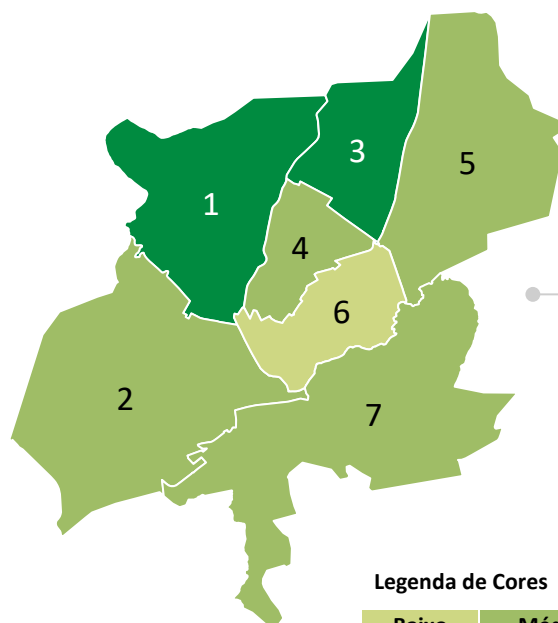
14 a 15 anos **579** 56,3%

16 a 17 anos **450** 43,7%



Legenda das Regiões Geográficas

1	CRAS I - Alvorada; Chácaras Titamar
2	CRAS I - Santa Luzia; Catarina;
3	CRAS II - Belo Vale; Nova Cidade
4	CRAS II - Aeroporto Industrial; Alex Paiva
5	CRAS IV - Bela Vista; Boa Esperança
6	CRAS IV - Boa Vista; Braz Filizola
7	CRAS III - Alto Coqueiral; Anchieta
8	Distrito de Fazenda Velha
9	Distrito Barreiro
10	Distrito Silva Xavier



Legenda de Cores

Baixo Médio Alto

10. ATIVIDADES RELACIONADAS AO TRABALHO INFANTIL

O combate ao trabalho infantil é um dos desafios mais persistentes para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, e é abordado com seriedade no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Neste capítulo, discutimos os resultados da pesquisa de campo. A pesquisa focou nas atividades identificadas na Lista TIP, a qual registra as piores formas de trabalho infantil.

O Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008, regulamenta artigos da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e da ação imediata para sua eliminação. Especificamente, este decreto aprova a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), proibindo o trabalho de menores de dezoito anos nas atividades descritas nessa lista, exceto em situações específicas previstas no decreto. A lista tem como princípio a proibição de qualquer forma de trabalho que seja insalubre, perigosa ou ponha em risco o desenvolvimento moral de menores de dezoito anos. O decreto permite exceções para o emprego de adolescentes a partir dos dezesseis anos sob condições rigorosas de garantia da saúde, segurança e moral dos adolescentes. Além disso, trabalhos técnicos ou administrativos, em ambientes adequados, são permitidos para menores de dezoito e maiores de dezesseis anos, e para maiores de quatorze e menores de dezesseis, na condição de aprendiz.

As perguntas da pesquisa foram desenhadas para detectar a participação de crianças e adolescentes nas atividades proibidas. No entanto, é fundamental notar que em casos com baixa incidência de trabalho infantil em amostras com menos de trinta casos, optou-se por não apresentar os dados por região geográfica. Segundo Ronald E. Walpole, em seu livro "Probability & Statistics for Engineers & Scientists" amostras menores que 30 podem não representar adequadamente a população.

Dessa forma, o foco foi direcionado para as atividades com amostras maiores, permitindo uma análise mais precisa e confiável da situação. Essa abordagem criteriosa assegura que as políticas públicas e intervenções sejam baseadas em informações sólidas e representativas, evitando decisões fundamentadas em dados que não refletem com exatidão a realidade local.

O capítulo segue para explorar as implicações desses achados e discutir estratégias para erradicar o trabalho infantil, proteger nossos jovens e garantir que eles possam desfrutar plenamente de seus direitos à educação e ao lazer. A análise detalhada das atividades com maior incidência de trabalho infantil proporciona um entendimento mais profundo das áreas prioritárias para ação e da necessidade urgente de mobilização comunitária e institucional para enfrentar este problema complexo.

10.1. CASOS DE TRABALHO INFANTIL EM ATIVIDADES CULINÁRIAS

As atividades culinárias são separadas das demais atividades domésticas pelos riscos de acidentes envolvendo objetos cortantes, queimaduras ou explosões de botijões de gás.

Regiões	Total da amostra	Atividade Culinária	Indicador (%)
Região 9	96	3	3,1%
Região 6	310	10	3,2%
Região 8	58	2	3,4%
Região 1	603	33	5,5%
Região 4	363	20	5,5%
Região 2	393	25	6,4%
Região 7	779	52	6,7%
Região 5	487	37	7,6%
Região 3	439	37	8,4%
Região 10	20	2	10,0%
Município	3.548	221	6,2%

Definição: entrevistados que realizam atividade culinária, dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 9	3,1%
Média	Sete Lagoas	6,2%
Maior Valor	Região 10	10,0%

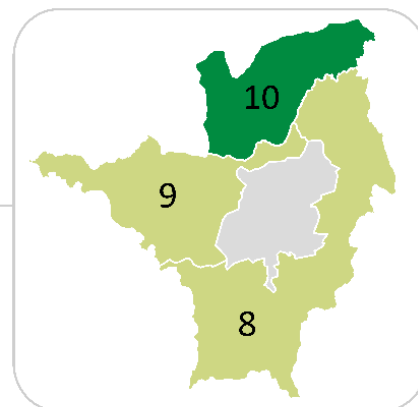
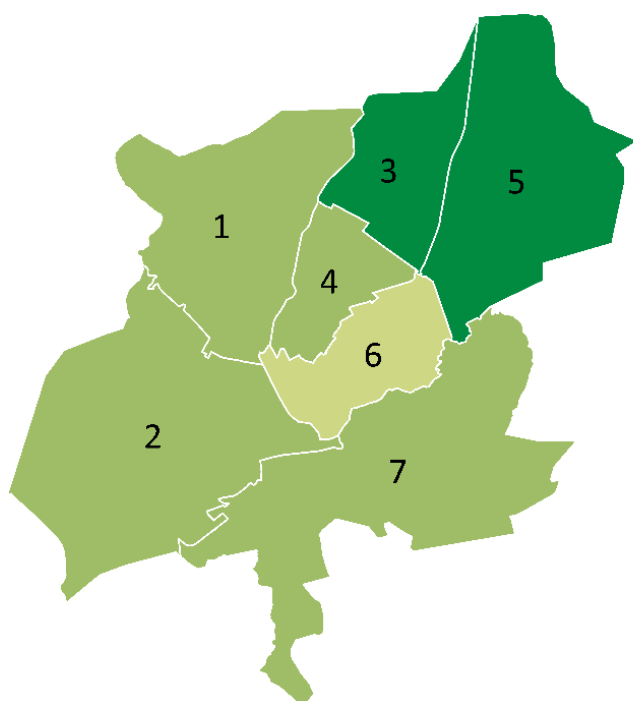
3,2 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Legenda de Cores

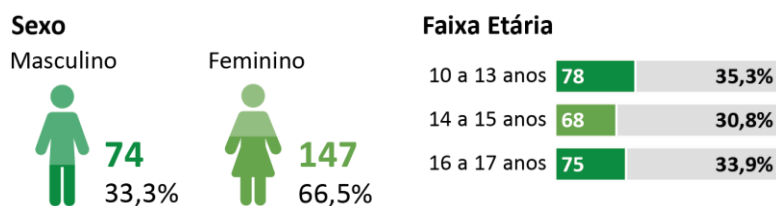
Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------



Legenda das Regiões Geográficas

1	CRAS I - Alvorada; Chácaras Titamar	5	CRAS IV - Bela Vista; Boa Esperança	8	Distrito de Fazenda Velha
2	CRAS I - Santa Luzia; Catarina;	6	CRAS IV - Boa Vista; Braz Filizola	9	Distrito Barreiro
3	CRAS II - Belo Vale; Nova Cidade	7	CRAS III - Alto Coqueiral; Anchieta	10	Distrito Silva Xavier
4	CRAS II - Aeroporto Industrial; Alex Paiva				

Dentre os casos de trabalho infantil relacionados às atividades culinárias, destacam-se o sexo feminino (66,5%) e a faixa etária de 10 a 13 anos de idade (35,3%). Com relação à maneira como essas atividades são realizadas, 59,3% destes entrevistados cozinham sempre sozinhos e 89,1% fazem essa atividade por ordem dos pais ou responsáveis.



Como cozinha sempre, toda semana?	Citações	%
Sempre sozinho	131	59,3%
Às vezes acompanhado dos meus pais ou responsáveis	90	40,7%
Respondentes	221	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023.

Por que cozinha sempre, toda semana?	Citações	%
Faço porque meus pais/responsáveis mandaram	197	89,1%
Faço para ganhar um dinheiro ou mesada	24	10,9%
Respondentes	221	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, outubro de 2023.



10.2. CASOS DE TRABALHO INFANTIL EM ATIVIDADES DOMÉSTICAS

As tarefas domésticas que se enquadram na categoria de trabalho infantil incluem aquelas realizadas por crianças sob solicitação ou por uma compensação financeira, excedendo 21 horas semanais. No entanto, atividades feitas voluntariamente por crianças, por prazer próprio e sem pedido externo, não são classificadas como tal.

	Regiões	Total da amostra	Atividade Doméstica	Indicador (%)
	Região 8	58	-	-
	Região 9	96	4	4,2%
	Região 2	393	17	4,3%
	Região 6	310	15	4,8%
	Região 4	363	18	5,0%
	Região 1	603	31	5,1%
	Região 3	439	27	6,2%
	Região 7	779	48	6,2%
	Região 5	487	31	6,4%
	Região 10	20	2	10,0%
	Município	3.548	193	5,4%

Definição: entrevistados que realizam atividade doméstica, dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 9	4,2%
Média	Sete Lagoas	5,4%
Maior Valor	Região 10	10,0%

2,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023.

Sexo

Masculino

Feminino



60

31,1%



133

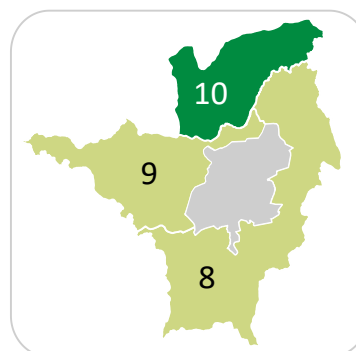
68,9%

Faixa Etária

10 a 13 anos **63** 33,0%

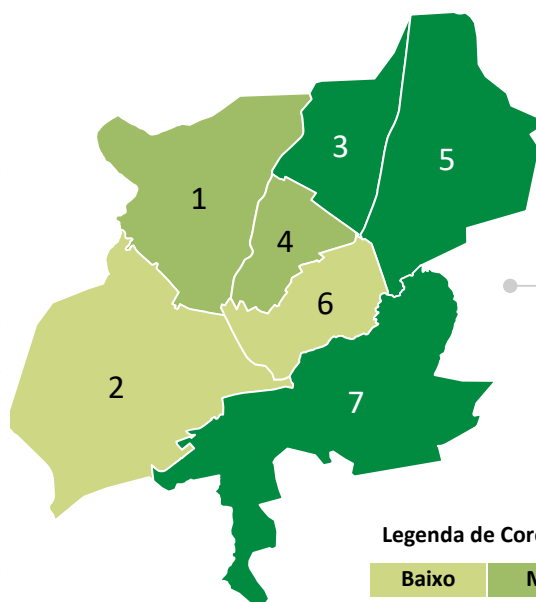
14 a 15 anos **63** 33,0%

16 a 17 anos **67** 34,0%



Legenda das Regiões Geográficas

1	CRAS I - Alvorada; Chácara Titamar
2	CRAS I - Santa Luzia; Catarina;
3	CRAS II - Belo Vale; Nova Cidade
4	CRAS II - Aeroporto Industrial; Alex Paiva
5	CRAS IV - Bela Vista; Boa Esperança
6	CRAS IV - Boa Vista; Braz Filizola
7	CRAS III - Alto Coqueiral; Anchieta
8	Distrito de Fazenda Velha
9	Distrito Barreiro
10	Distrito Silva Xavier



Legenda de Cores

Baixo Médio Alto

10.3. CASOS DE TRABALHO INFANTIL NO CUIDADO DE DEPENDENTES

As regiões 4, 9 e 1 são as que apresentam maiores taxas com crianças e adolescentes que cuidam de crianças, idosos ou doentes. Entre elas a Região 1 apresenta variação de 23,5% maior em relação à média geral do Município.

Regiões	Total da amostra	Cuidar de dependentes	Indicador (%)
Região 10	20	-	-
Região 6	310	24	7,7%
Região 8	58	5	8,6%
Região 2	393	34	8,7%
Região 3	439	42	9,6%
Região 7	779	75	9,6%
Região 5	487	48	9,9%
Região 4	363	37	10,2%
Região 9	96	10	10,4%
Região 1	603	73	12,1%
Município	3.548	348	9,8%

Definição: entrevistados que cuidam de pessoas, dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 6	7,7%
Média	Sete Lagoas	9,8%
Maior Valor	Região 1	12,1%

1,6 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Sexo

Masculino

Feminino



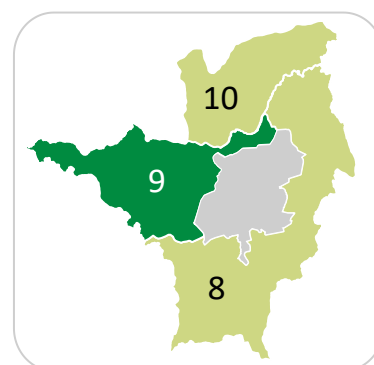
193
55,5%



155
44,5%

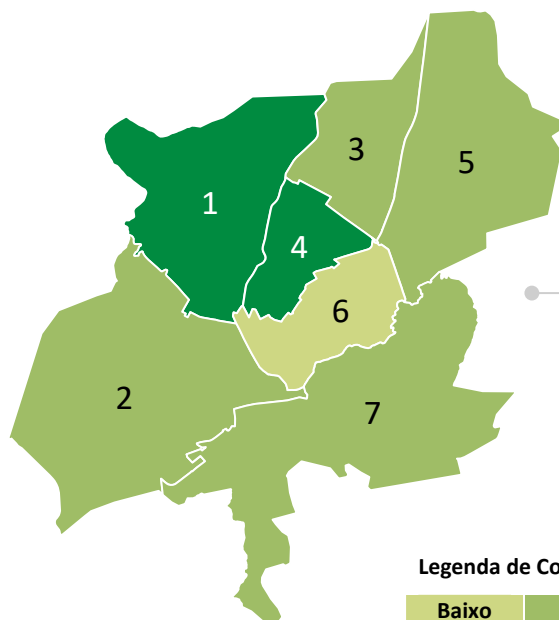
Faixa Etária

10 a 13 anos	156	44,8%
14 a 15 anos	111	31,9%
16 a 17 anos	81	23,3%



Legenda das Regiões Geográficas

1	CRAS I - Alvorada; Chácaras Titamar
2	CRAS I - Santa Luzia; Catarina;
3	CRAS II - Belo Vale; Nova Cidade
4	CRAS II - Aeroporto Industrial; Alex Paiva
5	CRAS IV - Bela Vista; Boa Esperança
6	CRAS IV - Boa Vista; Braz Filizola
7	CRAS III - Alto Coqueiral; Anchieta
8	Distrito de Fazenda Velha
9	Distrito Barreiro
10	Distrito Silva Xavier



Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------

10.4. CASOS DE TRABALHO INFANTIL EM ATIVIDADES DE LAVAÇÃO, OFICINAS MECÂNICAS, CONSTRUÇÃO CIVIL, JARDINAGEM ETC.

As taxas das atividades em Lavação, Oficinas Mecânicas, Construção Civil, Jardinagem etc. apresentam pequena variação em torno da média geral do Município, entre as Regiões, exceto na Região 8 (Distrito de Fazenda Velha) que aparece com a maior taxa entre todas as regiões.

	Regiões	Total da amostra	Lavação de Carro, Oficinas Mecânicas etc.	Indicador (%)
	Região 7	779	17	2,2%
	Região 6	310	10	3,2%
	Região 4	363	12	3,3%
	Região 1	603	21	3,5%
	Região 3	439	16	3,6%
	Região 5	487	21	4,3%
	Região 10	20	1	5,0%
	Região 2	393	20	5,1%
	Região 9	96	5	5,2%
	Região 8	58	5	8,6%
	Município	3.548	128	3,6%

Definição: entrevistados que realizam atividade de lavação de carro, oficinas e mecânicas, dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 7	2,2%
Média	Sete Lagoas	3,6%
Maior Valor	Região 8	8,6%

3,9 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Sexo

Masculino

Feminino



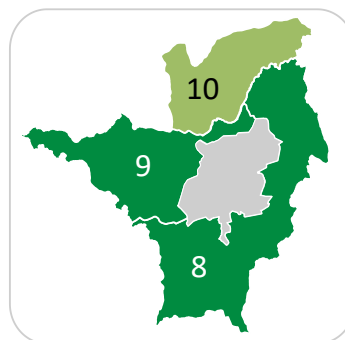
118
92,2%



10
7,8%

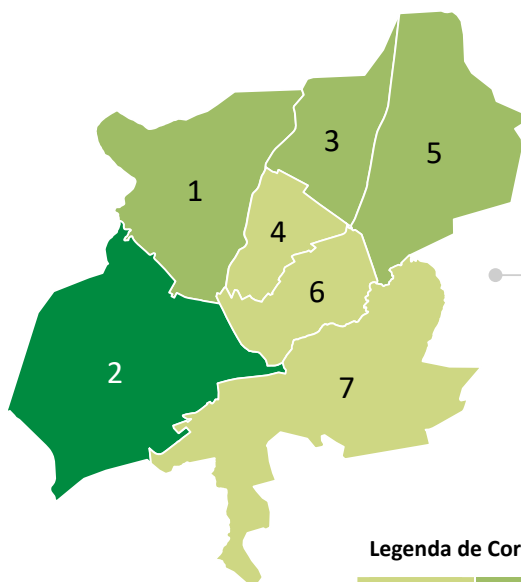
Faixa Etária

10 a 13 anos	52	40,6%
14 a 15 anos	45	35,2%
16 a 17 anos	31	24,2%



Legenda das Regiões Geográficas

1	CRAS I - Alvorada; Chácara Titamar
2	CRAS I - Santa Luzia; Catarina;
3	CRAS II - Belo Vale; Nova Cidade
4	CRAS II - Aeroporto Industrial; Alex Paiva
5	CRAS IV - Bela Vista; Boa Esperança
6	CRAS IV - Boa Vista; Braz Filizola
7	CRAS III - Alto Coqueiral; Anchieta
8	Distrito de Fazenda Velha
9	Distrito Barreiro
10	Distrito Silva Xavier



Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------

10.5. CASOS DE TRABALHO INFANTIL EM ATIVIDADES DE COLETA DE RECICLÁVEIS

As Regiões 8 e 10 possuem as taxas mais representativas de crianças e adolescentes que atuam na atividade de coleta ou separação de material reciclável, com 10 crianças a cada cem habitantes nesta faixa de idade. Estas regiões são prioritárias de atenção dada às condições de insalubridade que as crianças e adolescentes que atuam nesta atividade estão sujeitas.

	Regiões	Total da amostra	Coleta ou separação de material reciclável	Indicador (%)
	Região 9	96	2	2,1%
	Região 5	487	31	6,4%
	Região 6	310	20	6,5%
	Região 3	439	33	7,5%
	Região 7	779	59	7,6%
	Região 1	603	47	7,8%
	Região 4	363	29	8,0%
	Região 2	393	32	8,1%
	Região 10	20	2	10,0%
	Região 8	58	6	10,3%
	Município	3.548	261	7,4%

Definição: entrevistados que atuam na coleta ou separação de material reciclável, dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 9	2,1%
Média	Sete Lagoas	7,4%
Maior Valor	Região 8	10,3%

4,9 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Sexo

Masculino

Feminino



175
67,6%



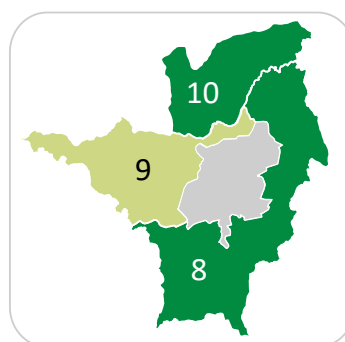
86
32,9%

Faixa Etária

10 a 13 anos **178** **68,2%**

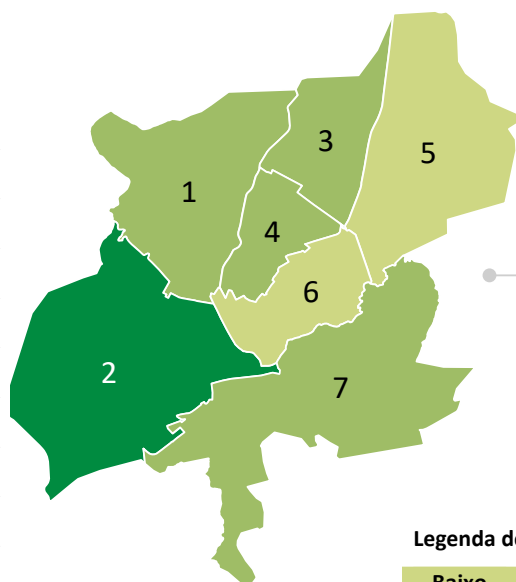
14 a 15 anos **38** **14,6%**

16 a 17 anos **45** **17,2%**



Legenda das Regiões Geográficas

1	CRAS I - Alvorada; Chácara Titamar
2	CRAS I - Santa Luzia; Catarina;
3	CRAS II - Belo Vale; Nova Cidade
4	CRAS II - Aeroporto Industrial; Alex Paiva
5	CRAS IV - Bela Vista; Boa Esperança
6	CRAS IV - Boa Vista; Braz Filizola
7	CRAS III - Alto Coqueiral; Anchieta
8	Distrito de Fazenda Velha
9	Distrito Barreiro
10	Distrito Silva Xavier



Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------

10.6. CASOS DE TRABALHO INFANTIL EM ATIVIDADES DE ESCRITÓRIO

Nas Regiões 6, 9 e 10, não foram identificados casos de trabalho infantil em atividades de escritório. É importante ressaltar que, neste indicador, estão sendo considerados apenas os casos envolvendo menores de 16 anos que não possuam contrato de Jovem Aprendiz.

Regiões	Total da amostra	Atividade administrativas	Indicador (%)
Região 9	96	-	-
Região 10	20	-	-
Região 6	310	-	-
Região 2	393	5	1,3%
Região 4	363	5	1,4%
Região 7	779	15	1,9%
Região 1	603	12	2,0%
Região 5	487	11	2,3%
Região 3	439	11	2,5%
Região 8	58	2	3,4%
Município	3.548	61	1,7%

Definição: entrevistados que realizam atividades administrativas, dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 2	1,3%
Média	Sete Lagoas	1,7%
Maior Valor	Região 8	3,4%

2,6 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Sexo

Masculino

Feminino



40

65,6%



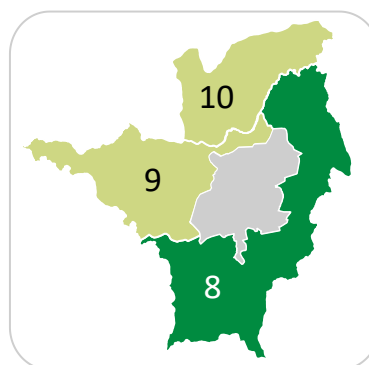
21

34,4%

Faixa Etária

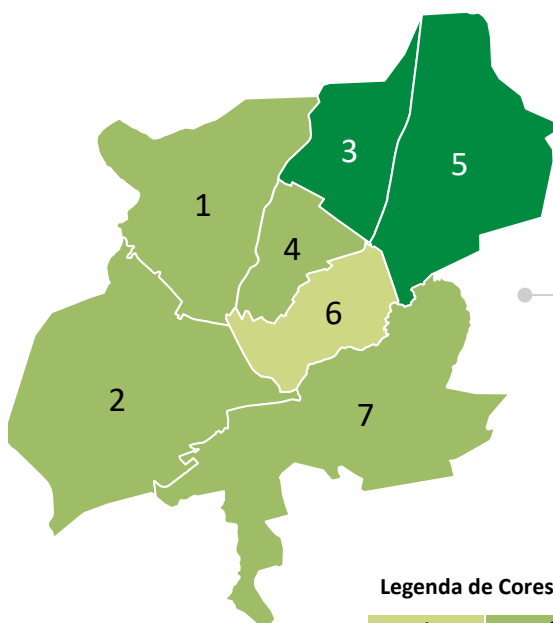
10 a 13 anos **41** **67,2%**

14 a 15 anos **20** **32,8%**



Legenda das Regiões Geográficas

1	CRAS I - Alvorada; Chácaras Titamar
2	CRAS I - Santa Luzia; Catarina;
3	CRAS II - Belo Vale; Nova Cidade
4	CRAS II - Aeroporto Industrial; Alex Paiva
5	CRAS IV - Bela Vista; Boa Esperança
6	CRAS IV - Boa Vista; Braz Filizola
7	CRAS III - Alto Coqueiral; Anchieta
8	Distrito de Fazenda Velha
9	Distrito Barreiro
10	Distrito Silva Xavier



Legenda de Cores

Baixo Médio Alto

10.7. CASOS DE TRABALHO INFANTIL EM VENDAS E ATENDIMENTO

O indicador dos que atuam com vendas e atendimento (novamente considerando apenas os menores de 16 anos e que não possuem contrato de Jovem Aprendiz), destaca a Região 8 como de maior atenção, apresenta a maior variação em torno da média geral no Município.

Regiões	Total da amostra	Vendas e Atendimento	Indicador (%)
Região 10	20	-	-
Região 7	779	17	2,2%
Região 2	393	9	2,3%
Região 5	487	12	2,5%
Região 1	603	16	2,7%
Região 4	363	10	2,8%
Região 9	96	3	3,1%
Região 6	310	11	3,5%
Região 3	439	18	4,1%
Região 8	58	3	5,2%
Município	3.548	99	2,8%

Definição: entrevistados que atuam com vendas e atendimento, dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 7	2,2%
Média	Sete Lagoas	2,8%
Maior Valor	Região 8	5,2%

2,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Sexo

Masculino



44

44,5%

Feminino



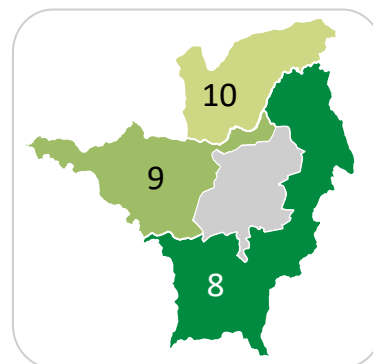
55

55,5%

Faixa Etária

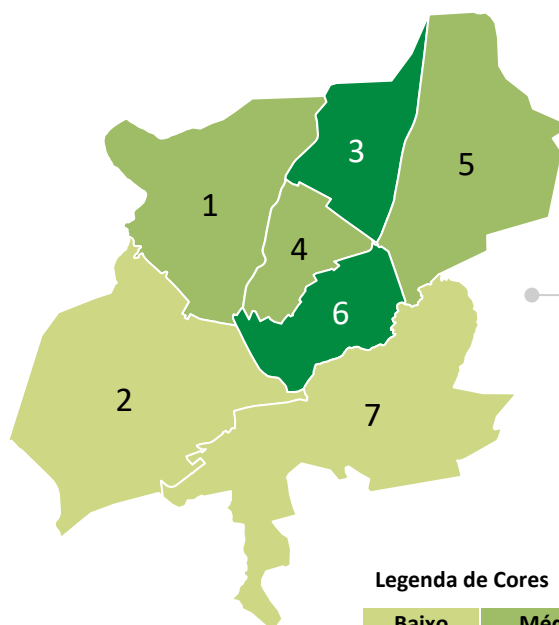
10 a 13 anos **55** 55,5%

14 a 15 anos **44** 44,5%



Legenda das Regiões Geográficas

1	CRAS I - Alvorada; Chácara Titamar
2	CRAS I - Santa Luzia; Catarina;
3	CRAS II - Belo Vale; Nova Cidade
4	CRAS II - Aeroporto Industrial; Alex Paiva
5	CRAS IV - Bela Vista; Boa Esperança
6	CRAS IV - Boa Vista; Braz Filizola
7	CRAS III - Alto Coqueiral; Anchieta
8	Distrito de Fazenda Velha
9	Distrito Barreiro
10	Distrito Silva Xavier



Legenda de Cores

Baixo Médio Alto

10.8. CASOS DE TRABALHO INFANTIL EM ATIVIDADES RURAIS³⁹

Região 8 e Região 3 se destacam com o maior e menor percentual de casos de trabalho infantil em atividades rurais entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 240,0% e (-) 80,0%.

Regiões	Total da amostra	Atividades rurais	Indicador (%)
Região 10	20	-	-
Região 3	439	1	0,2%
Região 4	363	2	0,6%
Região 6	310	2	0,6%
Região 1	603	4	0,7%
Região 5	487	5	1,0%
Região 7	779	8	1,0%
Região 2	393	8	2,0%
Região 9	96	3	3,1%
Região 8	58	2	3,4%
Município	3.548	35	1,0%

Definição: casos de trabalho infantil em atividades rurais dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 3	0,2%
Média	Sete Lagoas	1,0%
Maior Valor	Região 8	3,4%

17,0 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2023

Sexo

Masculino



24

68,6%

Feminino



11

31,4%

Faixa Etária

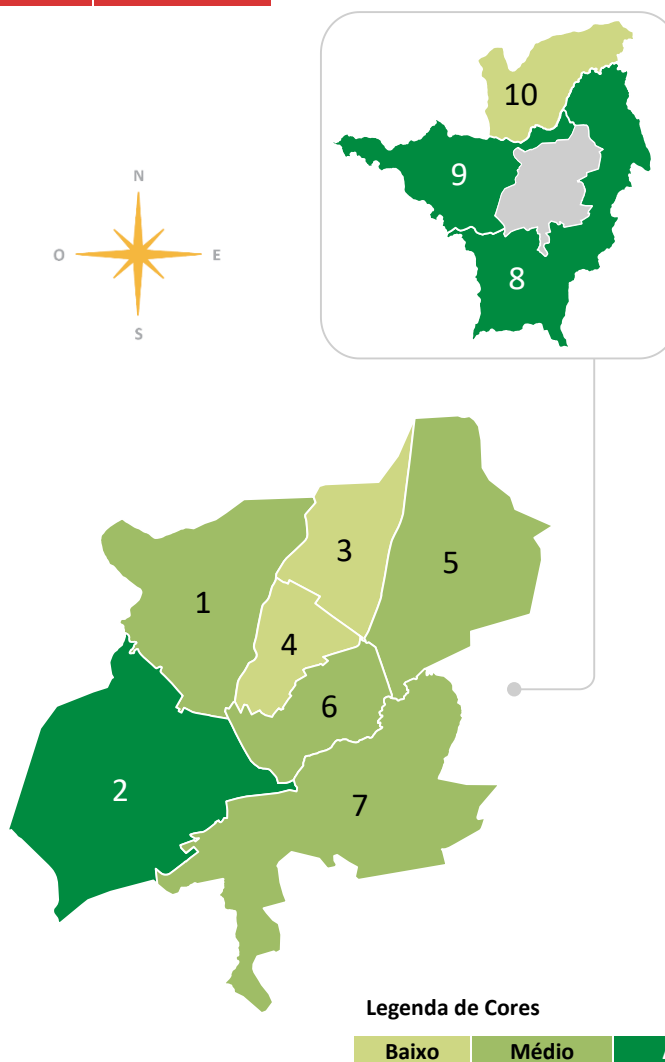
10 a 13 anos **9** 25,7%

14 a 15 anos **11** 31,4%

16 a 17 anos **15** 42,9%

Legenda das Regiões Geográficas

1	CRAS I - Alvorada; Chácara Titamar
2	CRAS I - Santa Luzia; Catarina;
3	CRAS II - Belo Vale; Nova Cidade
4	CRAS II - Aeroporto Industrial; Alex Paiva
5	CRAS IV - Bela Vista; Boa Esperança
6	CRAS IV - Boa Vista; Braz Filizola
7	CRAS III - Alto Coqueiral; Anchieta
8	Distrito de Fazenda Velha
9	Distrito Barreiro
10	Distrito Silva Xavier



Legenda de Cores

Baixo Médio Alto

³⁹ Neste indicador estão sendo considerados tanto os trabalhos na plantação, colheita, criação de animais etc. quanto em fabricas ou turismo rural.

10.9. ENTREVISTADOS QUE REALIZAM ATIVIDADE IRREGULAR DE MENDICÂNCIA

Região 6 e Região 5 se destacam com o maior e menor percentual de entrevistados que realizam atividade irregular de mendicância e apresentam variação em torno da média geral de (+) 130,0% e (-) 40,0%.

	Regiões	Total da amostra	Atividade de mendicância	Indicador (%)
	Região 10	20	-	-
	Região 8	58	-	-
	Região 5	487	3	0,6%
	Região 7	779	5	0,6%
	Região 4	363	3	0,8%
	Região 1	603	5	0,9%
	Região 3	439	4	0,9%
	Região 9	96	1	1,0%
	Região 2	393	6	1,5%
	Região 6	310	7	2,3%
	Município	3.548	34	1,0%

Definição: entrevistados que realizam atividade irregular de mendicância dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 5	0,6%
Média	Sete Lagoas	1,0%
Maior Valor	Região 6	2,3%

3,8 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Sexo

Masculino



22

64,7%

Feminino



12

35,3%



Faixa Etária

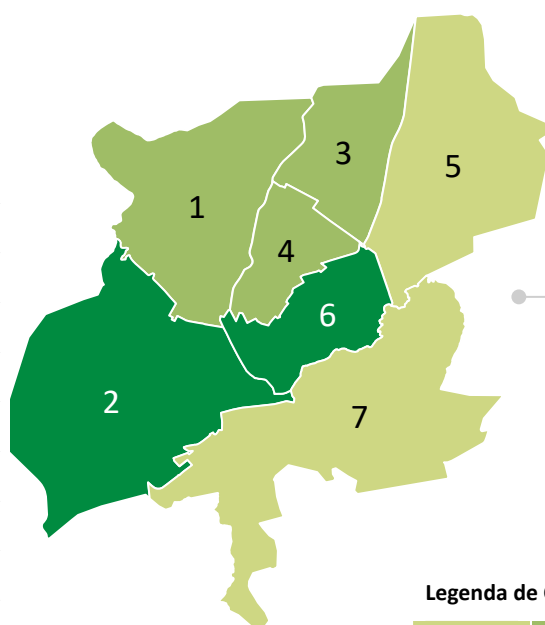
10 a 13 anos **21** 61,8%

14 a 15 anos **8** 23,5%

16 a 17 anos **5** 14,7%

Legenda das Regiões Geográficas

1	CRAS I - Alvorada; Chácaras Titamar
2	CRAS I - Santa Luzia; Catarina;
3	CRAS II - Belo Vale; Nova Cidade
4	CRAS II - Aeroporto Industrial; Alex Paiva
5	CRAS IV - Bela Vista; Boa Esperança
6	CRAS IV - Boa Vista; Braz Filizola
7	CRAS III - Alto Coqueiral; Anchieta
8	Distrito de Fazenda Velha
9	Distrito Barreiro
10	Distrito Silva Xavier



Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------

10.10. ENTREVISTADOS ENVOLVIDOS COM O TRÁFICO DE DROGAS

Região 1 e Região 3 se destacam com o maior e menor percentual de entrevistados envolvidos com o tráfico de drogas entre as regiões e apresentam variação em torno da média geral de (+) 40,6% e (-) 50,0%.

	Regiões	Total da amostra	Envolvimento com o tráfico	Indicador (%)
	Região 10	20	-	-
	Região 3	439	7	1,6%
	Região 4	363	9	2,5%
	Região 6	310	8	2,6%
	Região 9	96	3	3,1%
	Região 2	393	13	3,3%
	Região 8	58	2	3,4%
	Região 7	779	27	3,5%
	Região 5	487	17	3,5%
	Região 1	603	27	4,5%
	Município	3.548	113	3,2%

Definição: entrevistados envolvidos com o tráfico de drogas dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 3	1,6%
Média	Sete Lagoas	3,2%
Maior Valor	Região 1	4,5%

2,8 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023

Sexo

Masculino



77

68,1%

Feminino



36

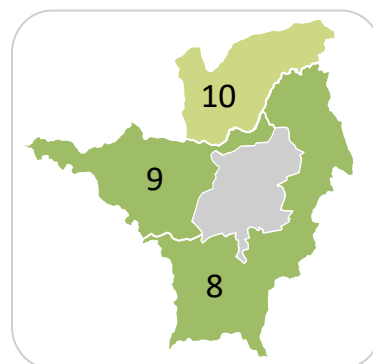
31,9%

Faixa Etária

10 a 13 anos **34** 30,1%

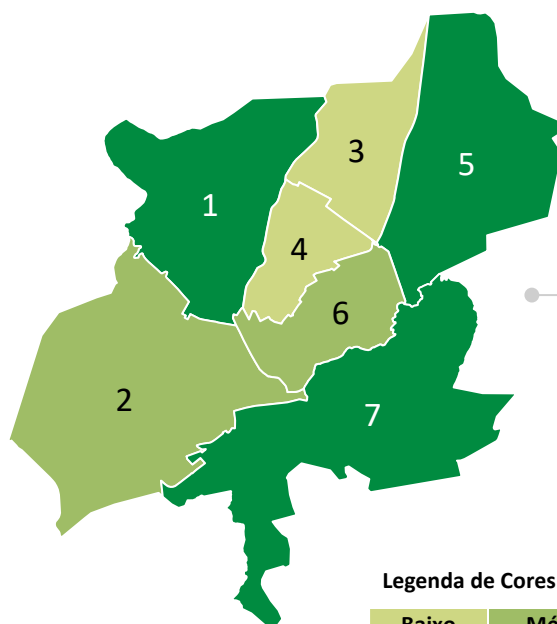
14 a 15 anos **33** 29,2%

16 a 17 anos **46** 40,7%



Legenda das Regiões Geográficas

1	CRAS I - Alvorada; Chácara Titamar
2	CRAS I - Santa Luzia; Catarina;
3	CRAS II - Belo Vale; Nova Cidade
4	CRAS II - Aeroporto Industrial; Alex Paiva
5	CRAS IV - Bela Vista; Boa Esperança
6	CRAS IV - Boa Vista; Braz Filizola
7	CRAS III - Alto Coqueiral; Anchieta
8	Distrito de Fazenda Velha
9	Distrito Barreiro
10	Distrito Silva Xavier



Legenda de Cores

Baixo	Médio	Alto
-------	-------	------

10.11. ENTREVISTADOS ENVOLVIDOS EM EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL

Região 10 e Região 2 se destacam com o maior e menor percentual de entrevistados envolvidos em exploração sexual comercial e apresentam variação em torno da média geral de (+) 150,0% e (-) 50,0%.

	Regiões	Total da amostra	Exploração sexual comercial	Indicador (%)
	Região 8	58	-	-
	Região 2	393	4	1,0%
	Região 9	96	1	1,0%
	Região 3	439	6	1,4%
	Região 6	310	5	1,6%
	Região 7	779	16	2,1%
	Região 1	603	15	2,5%
	Região 5	487	13	2,7%
	Região 4	363	10	2,8%
	Região 10	20	1	5,0%
	Município	3.548	71	2,0%

Definição: entrevistados envolvidos em exploração sexual comercial dividido pelo total da amostra, vezes 100

Menor Valor	Região 2	1,0%
Média	Sete Lagoas	2,0%
Maior Valor	Região 10	5,0%

5,0 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Fontes: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2023

Sexo

Masculino



39

54,9%

Feminino



32

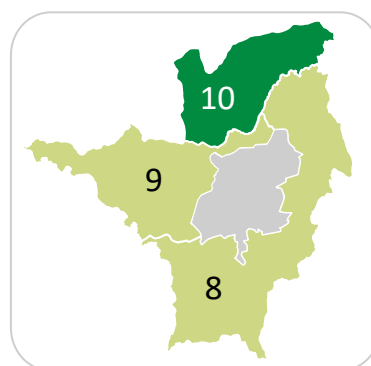
45,1%

Faixa Etária

10 a 13 anos **42** 59,1%

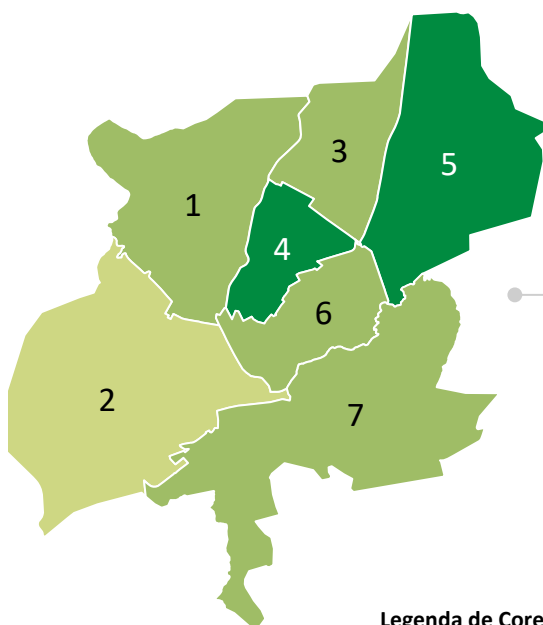
14 a 15 anos **19** 26,8%

16 a 17 anos **10** 14,1%



Legenda das Regiões Geográficas

1	CRAS I - Alvorada; Chácaras Titamar
2	CRAS I - Santa Luzia; Catarina;
3	CRAS II - Belo Vale; Nova Cidade
4	CRAS II - Aeroporto Industrial; Alex Paiva
5	CRAS IV - Bela Vista; Boa Esperança
6	CRAS IV - Boa Vista; Braz Filizola
7	CRAS III - Alto Coqueiral; Anchieta
8	Distrito de Fazenda Velha
9	Distrito Barreiro
10	Distrito Silva Xavier



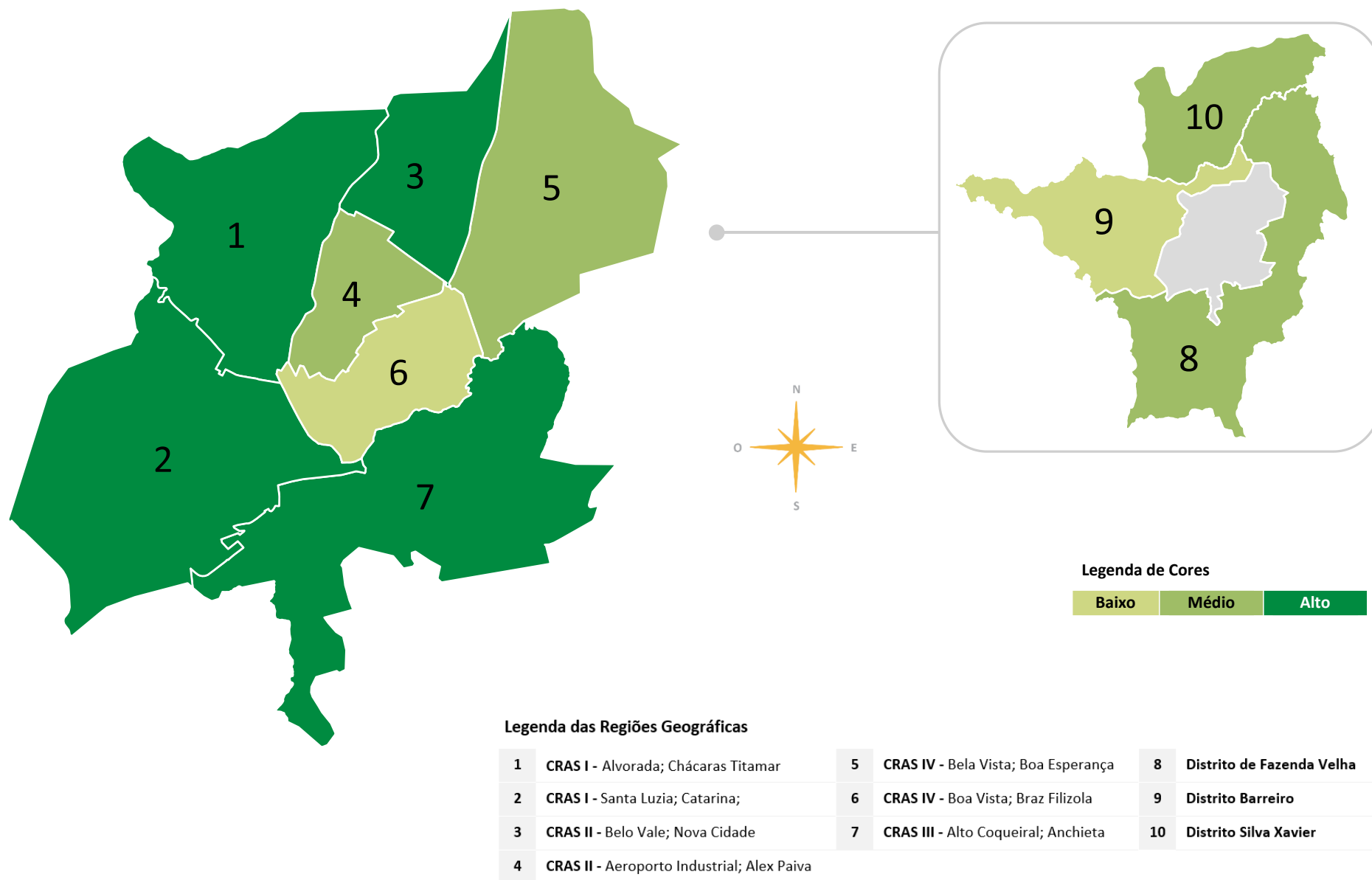
Legenda de Cores

Baixo Médio Alto

11. MAPA SOCIAL DOS INDICADORES DA PESQUISA QUANTITATIVA

Classificação Terceir	Indicadores da Pesquisa Quantitativa – 30 Indicadores																
	Média Geral	19,9%	39,3%	27,5%	5,4%	5,7%	2,7%	6,3%	16,3%	64,5%	2,8%	7,0%	8,6%	68,3%	41,5%	22,0%	17,7%
	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>
	REGIÕES GEOGRÁFICAS	Entrevistados que não sabem prevenir DSTs	Entrevistados que já sofreram preconceito ou bullying	Entrevistados confrontados com insultos e gritos hostis	Entrevistados que sofreram ameaça	Entrevistados vítimas de violência física	Entrevistados vítimas de negligência ou abandono	Entrevistados vítimas de violência sexual	Entrevistados que não gostam de morar no Município	Entrevistados que não participam de grupos sociais	Entrevistados que não se sentem acolhidos em casa	Entrevistados que passam a maior parte do tempo na rua	Entrevistados que passam a maior parte do tempo sozinhos	Entrevistados que não realizam atividade de contraturno	Entrevistados interessados em atividades esportivas	Entrevistados interessados em cursos de idioma	Entrevistados interessados em cursos profissionalizantes
	6	21,0%	34,5%	26,5%	4,8%	6,1%	1,6%	4,8%	14,2%	62,3%	1,6%	9,0%	9,7%	67,4%	46,1%	20,3%	14,5%
	9	25,0%	27,1%	28,1%	7,3%	9,4%	-	4,2%	13,5%	67,7%	1,0%	1,0%	4,2%	68,8%	34,4%	9,4%	16,7%
	4	19,3%	38,8%	30,6%	7,4%	6,6%	3,6%	6,3%	16,0%	57,3%	3,3%	7,7%	7,2%	63,1%	41,9%	23,1%	16,5%
	5	20,5%	38,8%	25,1%	3,3%	3,9%	3,9%	7,4%	14,0%	64,5%	1,6%	5,7%	8,0%	68,6%	39,4%	22,6%	20,3%
	10	30,0%	20,0%	20,0%	5,0%	10,0%	-	10,0%	20,0%	55,0%	-	-	5,0%	75,0%	40,0%	45,0%	20,0%
	8	6,9%	41,4%	27,6%	6,9%	1,7%	-	5,2%	17,2%	69,0%	-	3,4%	8,6%	67,2%	32,8%	15,5%	20,7%
	2	16,3%	44,8%	27,5%	4,6%	4,6%	2,8%	7,4%	17,3%	64,9%	3,3%	9,2%	9,4%	65,9%	41,7%	21,4%	16,0%
	3	21,0%	40,3%	28,7%	6,4%	5,2%	3,0%	5,2%	15,5%	63,1%	3,4%	8,4%	8,0%	64,9%	40,3%	22,1%	18,5%
	7	22,0%	36,2%	26,3%	4,7%	5,9%	2,7%	5,8%	17,2%	65,9%	3,3%	5,6%	9,8%	71,5%	44,2%	23,4%	16,4%
	1	18,2%	44,4%	28,7%	6,1%	6,8%	2,5%	7,3%	18,4%	68,7%	3,5%	7,3%	8,8%	71,6%	39,6%	22,1%	20,1%

Classificação Tercil	Indicadores da Pesquisa Quantitativa – 30 Indicadores																
	Média Geral	4,6%	11,0%	58,8%	6,2%	5,4%	9,8%	3,6%	7,4%	1,7%	2,8%	1,0%	1,0%	3,2%	2,0%	CLASSIFICAÇÃO TOTAL	
		>	<	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>		
	REGIÕES GEOGRÁFICAS	Entrevistados interessados em atividades culturais	Entrevistados que participam do programa Jovem Aprendiz	Entrevistados que estão procurando emprego	Casos de trabalho infantil em atividades culinárias	Casos de trabalho infantil em atividades domésticas	Casos de trabalho infantil no cuidado de dependentes	Casos de trabalho infantil em lavação, oficina etc.	Casos de trabalho infantil em coleta de recicláveis	Casos de trabalho infantil em atividades de escritório	Casos de trabalho infantil em vendas e atendimento	Casos de trabalho infantil em atividades rurais	Entrevistados que realizam atividade de mendicância	Entrevistados envolvidos com o tráfico de drogas	Entrevistados envolvidos em exploração sexual comercial	Contagem de Indicadores por região	Participação Percentual por região
	6	4,8%	7,7%	56,3%	3,2%	4,8%	7,7%	3,2%	6,5%	-	3,5%	0,6%	2,3%	2,6%	1,6%	9	30,0%
	9	9,4%	19,4%	48,4%	3,1%	4,2%	10,4%	5,2%	2,1%	-	3,1%	3,1%	1,0%	3,1%	1,0%	11	36,7%
	4	3,9%	10,6%	59,3%	5,5%	5,0%	10,2%	3,3%	8,0%	1,4%	2,8%	0,6%	0,8%	2,5%	2,8%	13	43,3%
	5	2,9%	13,0%	57,1%	7,6%	6,4%	9,9%	4,3%	6,4%	2,3%	2,5%	1,0%	0,6%	3,5%	2,7%	13	43,3%
	10	-	9,1%	36,4%	10,0%	10,0%	-	5,0%	10,0%	-	-	-	-	-	5,0%	13	43,3%
	8	3,4%	7,9%	73,7%	3,4%	-	8,6%	8,6%	10,3%	3,4%	5,2%	3,4%	-	3,4%	-	14	46,7%
	2	4,6%	11,7%	57,1%	6,4%	4,3%	8,7%	5,1%	8,1%	1,3%	2,3%	2,0%	1,5%	3,3%	1,0%	15	50,0%
	3	4,3%	11,9%	60,7%	8,4%	6,2%	9,6%	3,6%	7,5%	2,5%	4,1%	0,2%	0,9%	1,6%	1,4%	15	50,0%
	7	4,2%	9,3%	59,1%	6,7%	6,2%	9,6%	2,2%	7,6%	1,9%	2,2%	1,0%	0,6%	3,5%	2,1%	17	56,7%
	1	6,5%	11,4%	60,5%	5,5%	5,1%	12,1%	3,5%	7,8%	2,0%	2,7%	0,7%	0,9%	4,5%	2,5%	20	66,7%



12. CRUZAMENTO DE DADOS ATRAVÉS DA DISTRIBUIÇÃO QUI-QUADRADO

Este capítulo explora a distribuição qui-quadrado (χ^2), uma ferramenta estatística essencial para investigar associações entre variáveis categóricas. O qui-quadrado é amplamente utilizado para avaliar se a distribuição conjunta de duas variáveis é independente ou se existe uma associação significativa entre elas. Trata-se de um teste não paramétrico que compara as frequências observadas em uma tabela de contingência com aquelas que seriam esperadas se as variáveis fossem independentes. Ao realizar o teste, é gerado um p-valor, que é então comparado a uma distribuição de referência para determinar a significância estatística das diferenças observadas.

A interpretação dos resultados é fundamental: um p-valor associado ao qui-quadrado é calculado e, se inferior ao nível de significância escolhido, permite rejeitar a hipótese nula de independência entre as variáveis. Caso contrário, não há evidências suficientes para afirmar uma associação entre elas. Neste estudo, optou-se por uma significância de 95,0%, cujo valor de significância é de 0,05, ou seja, se o p-valor calculado em determinado cruzamento for menor que 0,05 ($5 \cdot 10^{-2}$) aponta-se correlação entre as variáveis analisadas.

Foram realizados dois tipos de cruzamento:

1. Com relação às situações de violência sofridas pelos entrevistados;
2. Com relação às situações de trabalho infantil.

Sempre levando em consideração o perfil do entrevistado, seja:

1. Sexo (Feminino ou Masculino);
2. Raça ou cor (Branco ou Não Branco⁴⁰);
3. Identidade de gênero (Cisgênero ou Outro⁴¹).

Para facilitar a leitura dos resultados serão apresentados apenas os cruzamentos com p-valor menor que o valor de referência, ou seja, quando pode-se afirmar que existe relação entre as variáveis. Cada cruzamento apresentará o p-valor resultante, além de tabela, gráfico e texto explicativo.

⁴⁰ A categoria “Não Brancos” engloba os entrevistados que declararam raça ou cor: preta, parda, amarela ou indígena.

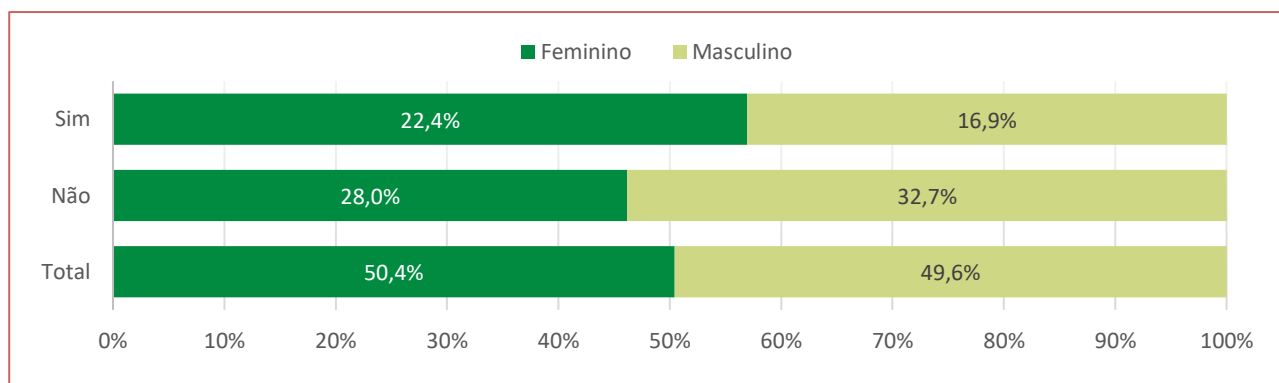
⁴¹ A categoria “Outro” engloba os entrevistados que declararam identidade de gênero: transgênero (não se reconhece com o gênero/sexo de nascimento), não-binário (não se reconhece com gênero homem e com o gênero mulher e/ou se reconhece com os dois gêneros), não quero responder ou não sei.

12.1. SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA SOFRIDAS PELOS ENTREVISTADOS

Existe relação entre os casos de preconceito ou bullying e o sexo do entrevistado. Entrevistados do sexo feminino relataram já terem sofrido preconceito ou bullying 1,1 vezes mais do que o valor estatisticamente esperado. ($p - \text{valor} \cong 3,76 \cdot 10^{-10}$)

Sofreu preconceito ou bullying?	Feminino		Masculino		Total	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Sim	794	22,4%	600	16,9%	1.394	39,3%
Não	995	28,0%	1.159	32,7%	2.154	60,7%
Respondentes	1.789	50,4%	1.759	49,6%	3.548	100,0%

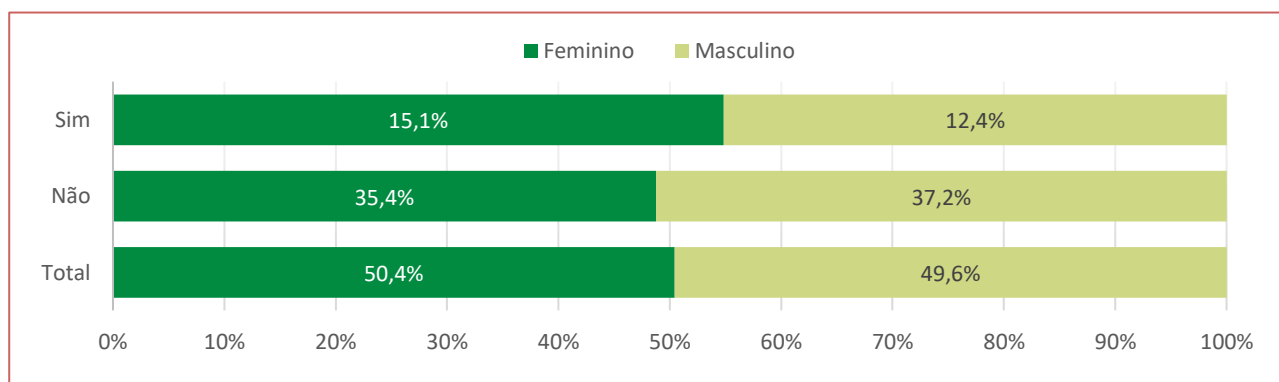
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023.



Existe relação entre os casos de insultos ou gritos hostis e o sexo do entrevistado. Entrevistados do sexo feminino relataram já terem sofrido insultos ou gritos hostis 1,1 vezes mais do que o valor estatisticamente esperado. ($p - \text{valor} \cong 1,25 \cdot 10^{-3}$)

Sofreu insultos ou gritos hostis?	Feminino		Masculino		Total	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Sim	534	15,1%	440	12,4%	974	27,5%
Não	1.255	35,4%	1.319	37,2%	2.574	72,5%
Respondentes	1.789	50,4%	1.759	49,6%	3.548	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023.

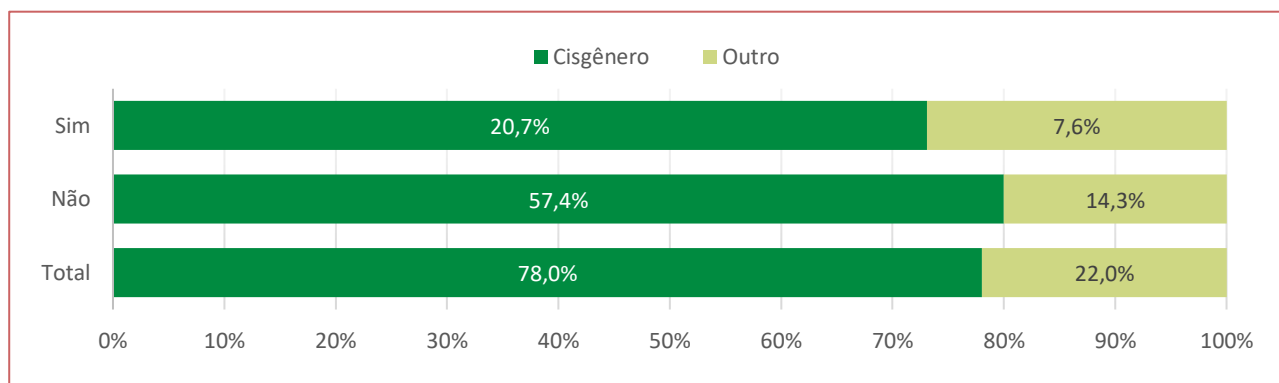


Existe relação entre os casos de insultos ou gritos hostis e a identidade de gênero do entrevistado. Entrevistados que não se identificam como cisgêneros relataram já terem sofrido insultos ou gritos hostis 1,2 vezes mais do que o valor estatisticamente esperado. ($p - \text{valor} \cong 8,52 \cdot 10^{-5}$)

Sofreu insultos ou gritos hostis?	Cisgênero		Outro		Total	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Sim	565	20,7%	208	7,6%	773	28,3%
Não	1.568	57,4%	392	14,3%	1.960	71,7%
Respondentes	2.133	78,0%	600	22,0%	2.733*	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023.

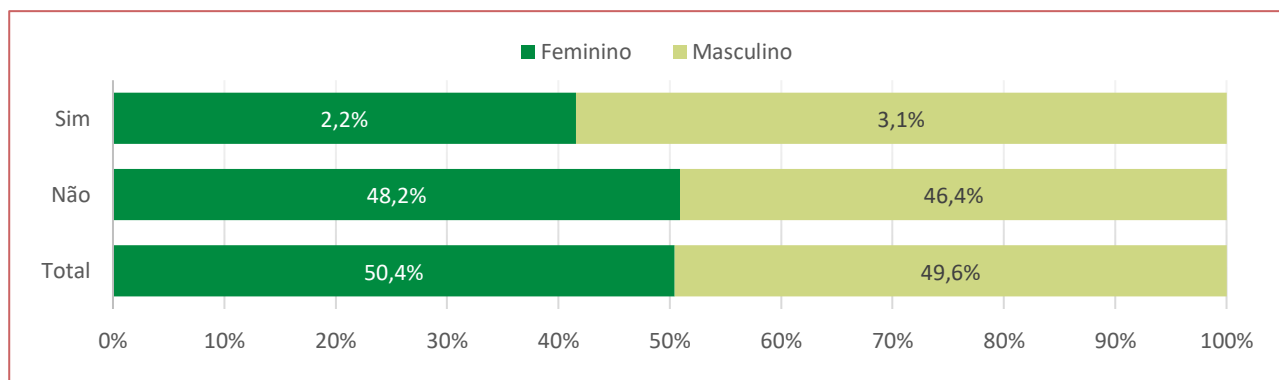
Nota (*): A pergunta de identidade de gênero foi feita apenas para os adolescentes de 12 a 17 anos.



Existe relação entre os casos de ameaça e o sexo do entrevistado. Entrevistados do sexo masculino relataram já terem sofrido ameaça 1,2 vezes mais do que o valor estatisticamente esperado. ($p - \text{valor} \cong 1,22 \cdot 10^{-2}$)

Sofreu ameaça?	Feminino		Masculino		Total	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Sim	79	2,2%	111	3,1%	190	5,4%
Não	1.710	48,2%	1.648	46,4%	3.358	94,6%
Respondentes	1.789	50,4%	1.759	49,6%	3.548	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023.

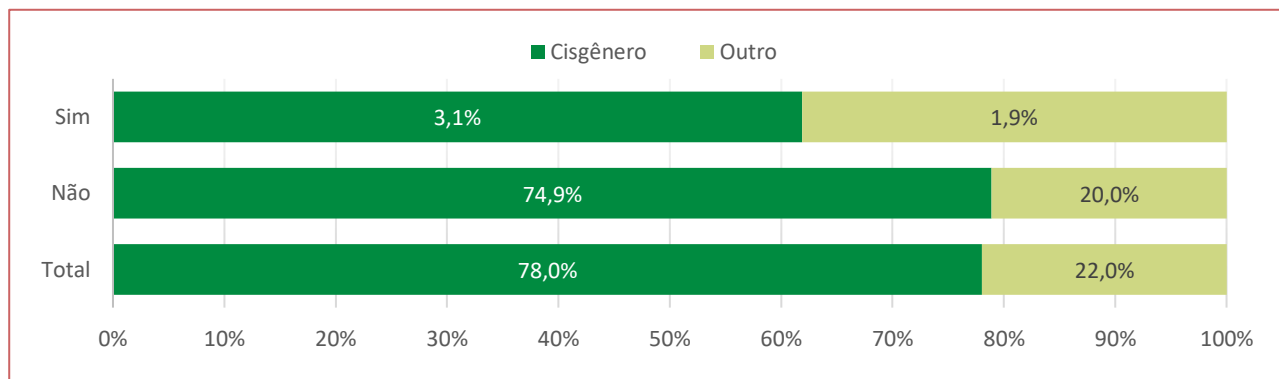


Existe relação entre os casos de ameaça e a identidade de gênero do entrevistado. Entrevistados que não se identificam como cisgêneros relataram já terem sofrido ameaças 1,7 vezes mais do que o valor estatisticamente esperado. ($p - \text{valor} \cong 2,26 \cdot 10^{-6}$)

Sofreu ameaça?	Cisgênero		Outro		Total	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Sim	86	3,1%	53	1,9%	139	5,1%
Não	2047	74,9%	547	20,0%	2594	94,9%
Respondentes	2.133	78,0%	600	22,0%	2.733*	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023.

Nota (*): A pergunta de identidade de gênero foi feita apenas para os adolescentes de 12 a 17 anos.

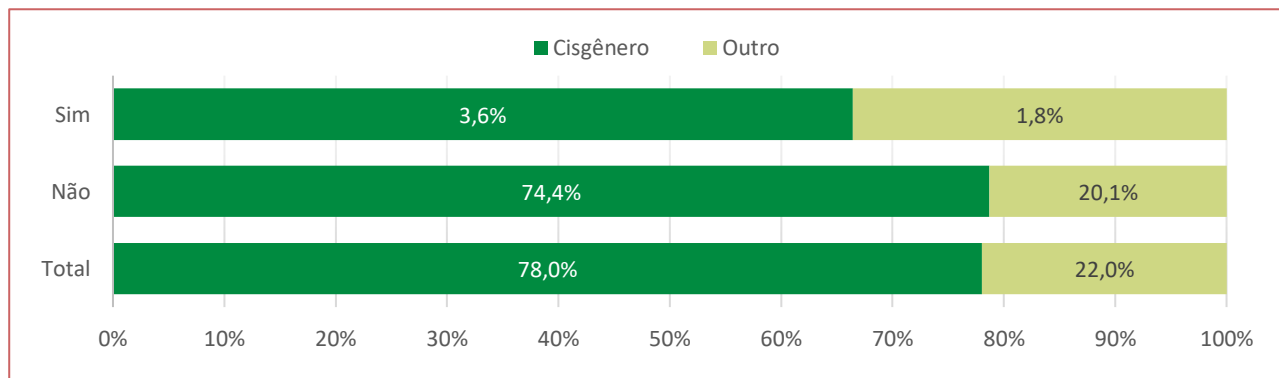


Existe relação entre os casos de violência física e a identidade de gênero do entrevistado. Entrevistados que não se identificam como cisgêneros relataram já terem sofrido violência física 1,5 vezes mais do que o valor estatisticamente esperado. ($p - \text{valor} \cong 4,33 \cdot 10^{-4}$)

Sofreu violência física?	Cisgênero		Outro		Total	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Sim	99	3,6%	50	1,8%	149	5,5%
Não	2.034	74,4%	550	20,1%	2.584	94,5%
Respondentes	2.133	78,0%	600	22,0%	2.733*	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023.

Nota (*): A pergunta de identidade de gênero foi feita apenas para os adolescentes de 12 a 17 anos.

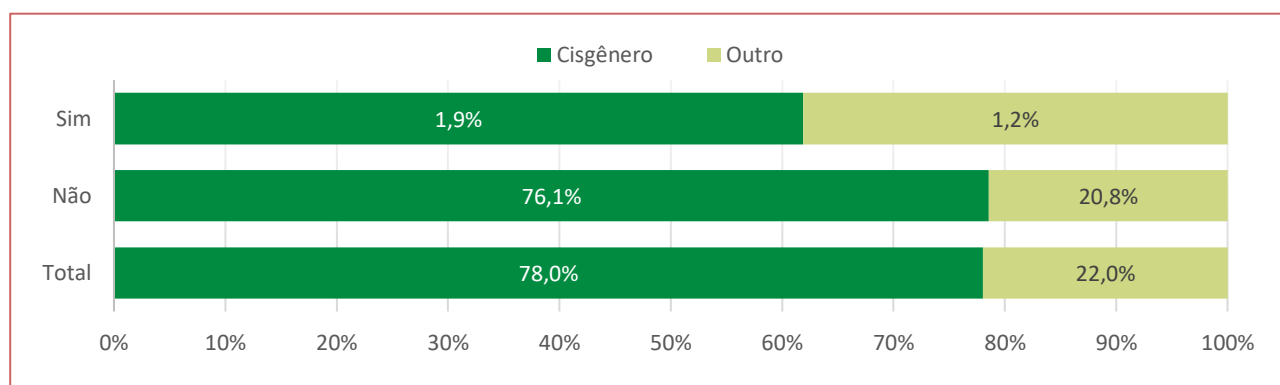


Existe relação entre os casos de negligência ou abandono e a identidade de gênero do entrevistado. Entrevistados que não se identificam como cisgêneros relataram já terem sofrido negligência ou abandono 1,8 vezes mais do que o valor estatisticamente esperado. ($p - \text{valor} \cong 2,83 \cdot 10^{-4}$)

Sofreu negligência ou abandono?	Cisgênero		Outro		Total	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Sim	52	1,9%	32	1,2%	84	3,1%
Não	2081	76,1%	568	20,8%	2649	96,9%
Respondentes	2.133	78,0%	600	22,0%	2.733*	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2023.

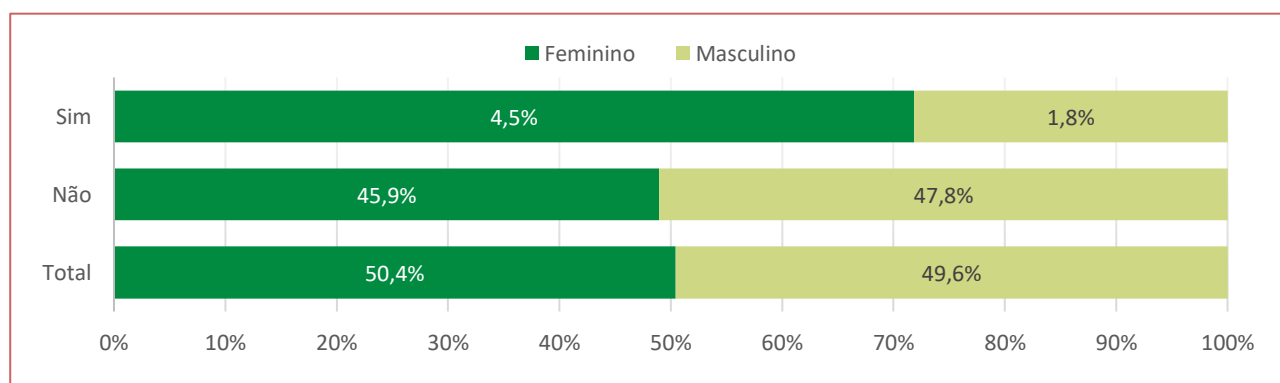
Nota (*): A pergunta de identidade de gênero foi feita apenas para os adolescentes de 12 a 17 anos.



Existe relação entre os casos de violência sexual e o sexo do entrevistado. Entrevistados do sexo feminino relataram já terem sofrido violência sexual 1,4 vezes mais do que o valor estatisticamente esperado. ($p - \text{valor} \cong 3,26 \cdot 10^{-11}$)

Sofreu violência sexual?	Feminino		Masculino		Total	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Sim	161	4,5%	63	1,8%	224	6,3%
Não	1.628	45,9%	1.696	47,8%	3.324	93,7%
Respondentes	1.789	50,4%	1.759	49,6%	3.548	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2023.

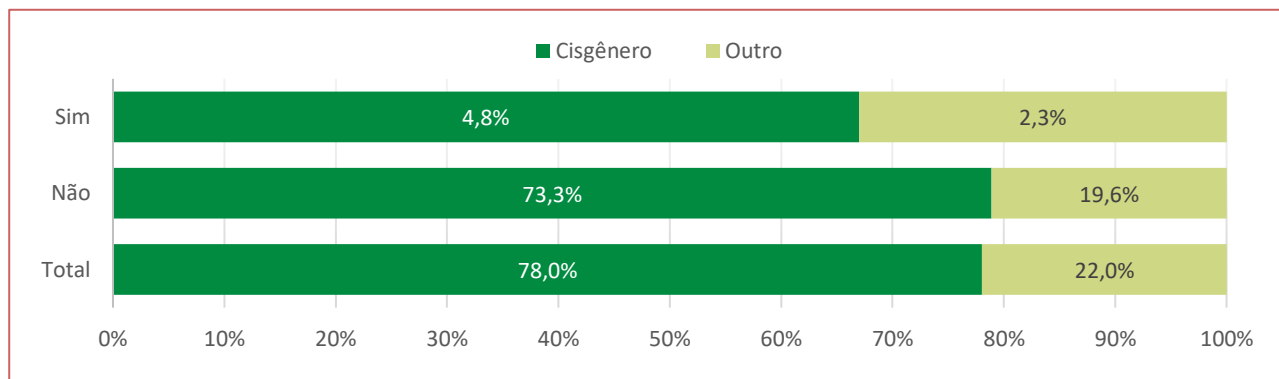


Existe relação entre os casos de violência sexual e a identidade de gênero do entrevistado. Entrevistados que não se identificam como cisgêneros relataram já terem sofrido violência sexual 1,5 vezes mais do que o valor estatisticamente esperado. ($p - \text{valor} \cong 1,17 \cdot 10^{-4}$)

Sofreu violência sexual?	Cisgênero		Outro		Total	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Sim	130	4,8%	64	2,3%	194	Sim
Não	2.003	73,3%	536	19,6%	2.539	Não
Respondentes	2.133	78,0%	600	22,0%	2.733*	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023.

Nota (*): A pergunta de identidade de gênero foi feita apenas para os adolescentes de 12 a 17 anos.

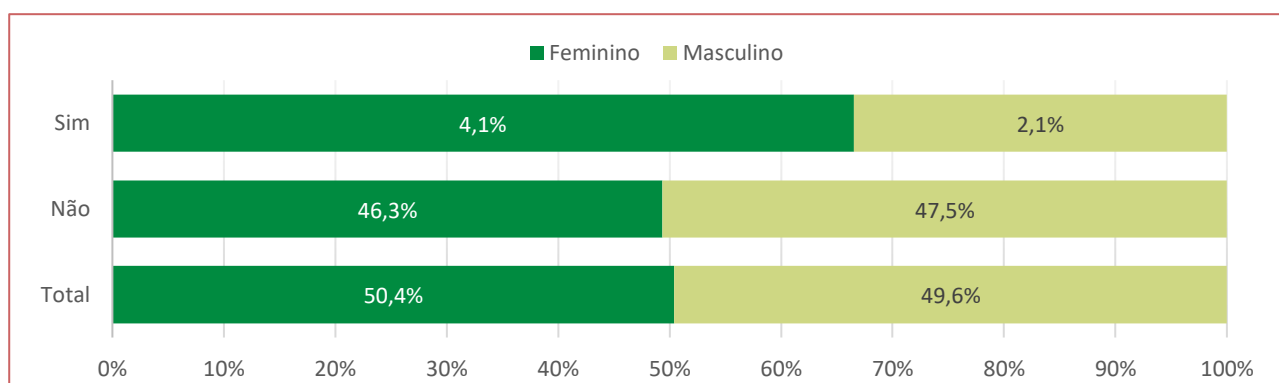


12.2. SITUAÇÕES RELACIONADAS AO TRABALHO INFANTIL

Existe relação entre os casos de trabalho infantil em atividades culinárias e o sexo do entrevistado. Foram identificados 1,3 vezes mais casos de trabalho infantil em atividades culinárias entre os entrevistados do sexo feminino do que o valor estatisticamente esperado. ($p - \text{valor} \cong 7,76 \cdot 10^{-7}$)

Atividade culinária irregular?	Feminino		Masculino		Total	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Sim	147	4,1%	74	2,1%	221	6,2%
Não	1.642	46,3%	1.685	47,5%	3.327	93,8%
Respondentes	1.789	50,4%	1.759	49,6%	3.548	100,0%

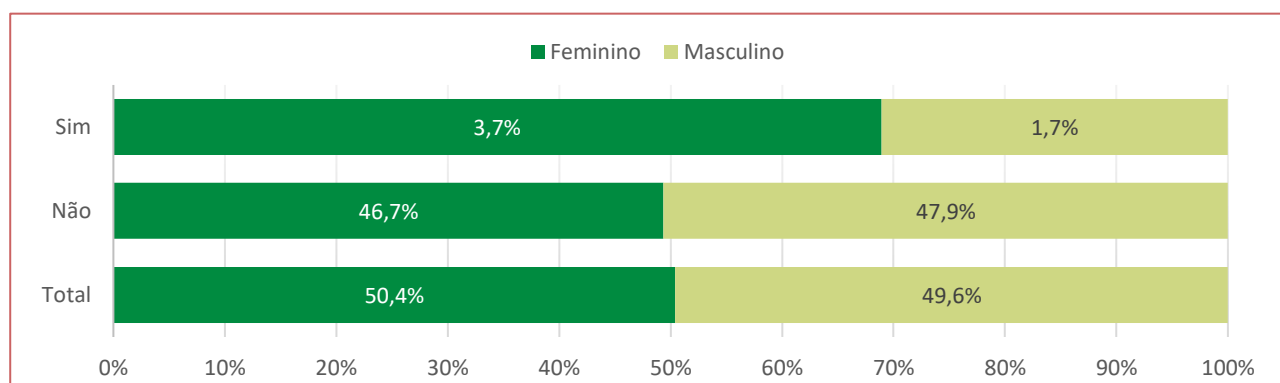
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023.



Existe relação entre os casos de trabalho infantil em atividades domésticas e o sexo do entrevistado. Foram identificados 1,4 vezes mais casos de trabalho infantil em atividades domésticas entre os entrevistados do sexo feminino do que o valor estatisticamente esperado. ($p - \text{valor} \cong 1,27 \cdot 10^{-7}$)

Atividade doméstica irregular?	Feminino		Masculino		Total	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Sim	133	3,7%	60	1,7%	193	5,4%
Não	1.656	46,7%	1.699	47,9%	3.355	94,6%
Respondentes	1.789	50,4%	1.759	49,6%	3.548	100,0%

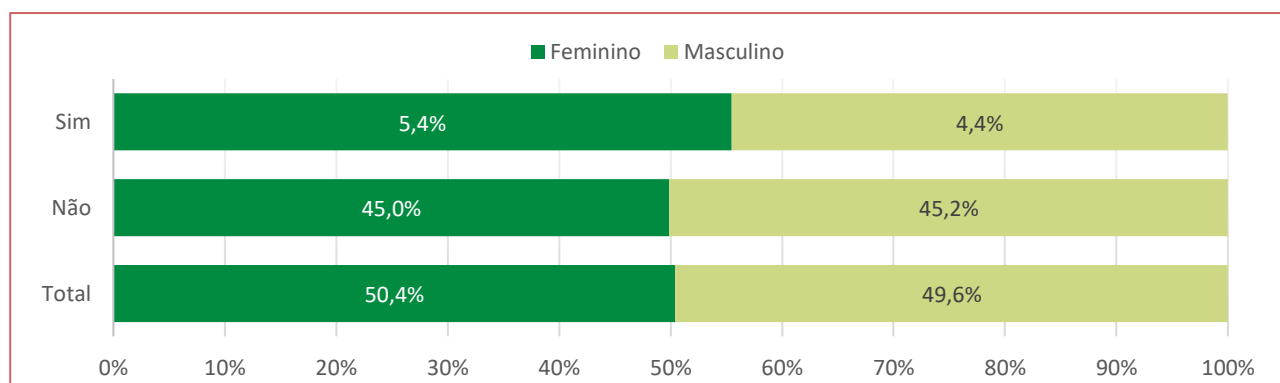
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023.



Existe relação entre os casos de trabalho infantil no cuidado de dependentes e o sexo do entrevistado. Foram identificados 1,1 vezes mais casos de trabalho infantil no cuidado de dependentes entre os entrevistados do sexo feminino do que o valor estatisticamente esperado. ($p - \text{valor} \cong 4,78 \cdot 10^{-2}$)

Cuidador de dependentes?	Feminino		Masculino		Total	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Sim	193	5,4%	155	4,4%	348	9,8%
Não	1.596	45,0%	1.604	45,2%	3.200	90,2%
Respondentes	1.789	50,4%	1.759	49,6%	3.548	100,0%

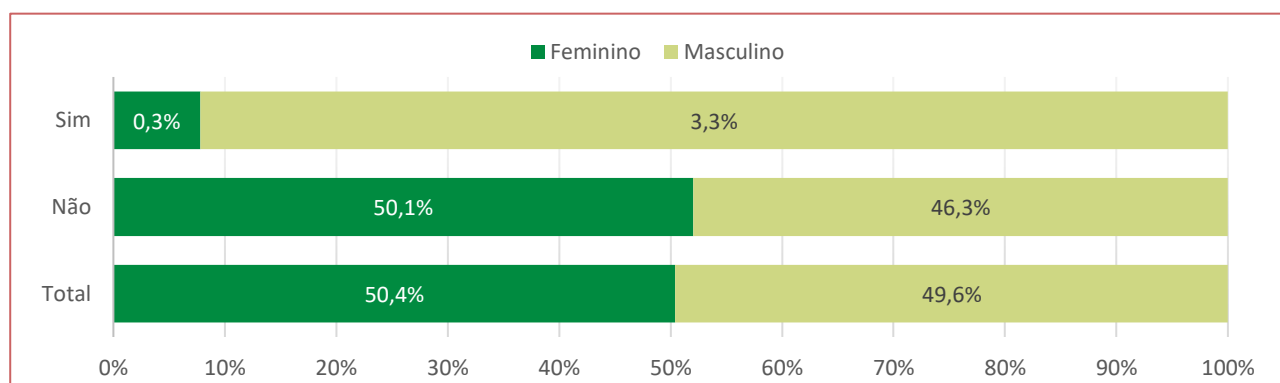
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023.



Existe relação entre os casos de trabalho infantil em lavação, oficinas mecânicas, construção civil, jardinagem etc. e o sexo do entrevistado. Foram identificados 1,9 vezes mais casos de trabalho infantil em lavação, oficinas mecânicas, construção civil, jardinagem etc. entre os entrevistados do sexo masculino do que o valor estatisticamente esperado. ($p - \text{valor} \cong 9,17 \cdot 10^{-23}$)

Lavação, oficina etc.?	Feminino		Masculino		Total	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Sim	10	0,3%	118	3,3%	128	3,6%
Não	1.779	50,1%	1.641	46,3%	3.420	96,4%
Respondentes	1.789	50,4%	1.759	49,6%	3.548	100,0%

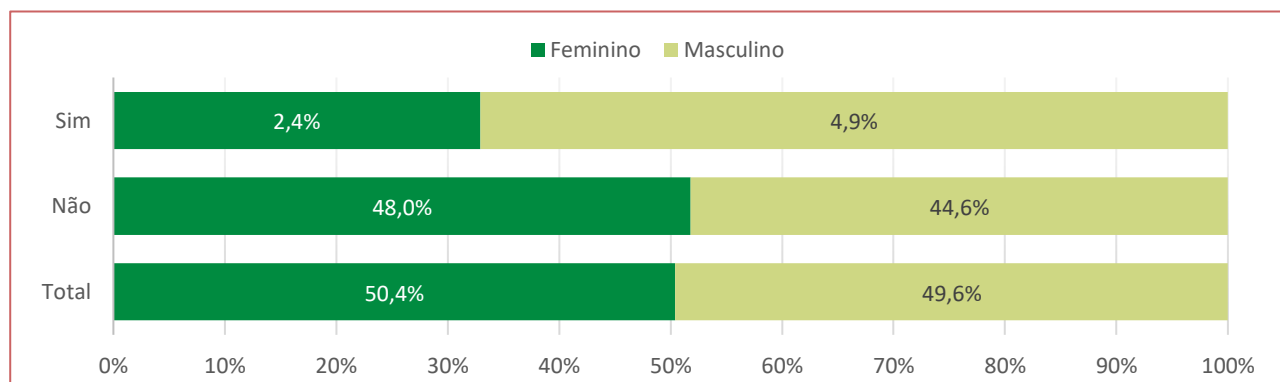
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023.



Existe relação entre os casos de trabalho infantil na coleta ou separação de materiais recicláveis e o sexo do entrevistado. Foram identificados 1,4 vezes mais casos de trabalho infantil na coleta de recicláveis entre os entrevistados do sexo masculino do que o valor estatisticamente esperado. ($p - \text{valor} \cong 4,47 \cdot 10^{-9}$)

Coleta de recicláveis?	Feminino		Masculino		Total	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Sim	86	2,4%	175	4,9%	261	7,4%
Não	1.703	48,0%	1.584	44,6%	3.287	92,6%
Respondentes	1.789	50,4%	1.759	49,6%	3.548	100,0%

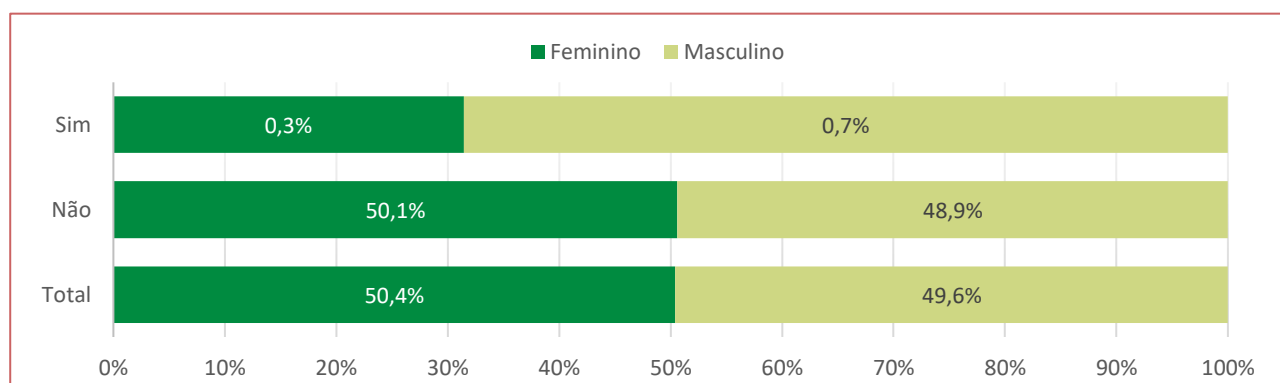
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2023.



Existe relação entre os casos de trabalho infantil em atividades rurais e o sexo do entrevistado. Foram identificados 1,4 vezes mais casos de trabalho infantil em atividades rurais entre os entrevistados do sexo masculino do que o valor estatisticamente esperado. ($p - \text{valor} \cong 2,39 \cdot 10^{-2}$)

Trabalho rural?	Feminino		Masculino		Total	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Sim	11	0,3%	24	0,7%	35	1,0%
Não	1.778	50,1%	1.735	48,9%	3.513	99,0%
Respondentes	1.789	50,4%	1.759	49,6%	3.548	100,0%

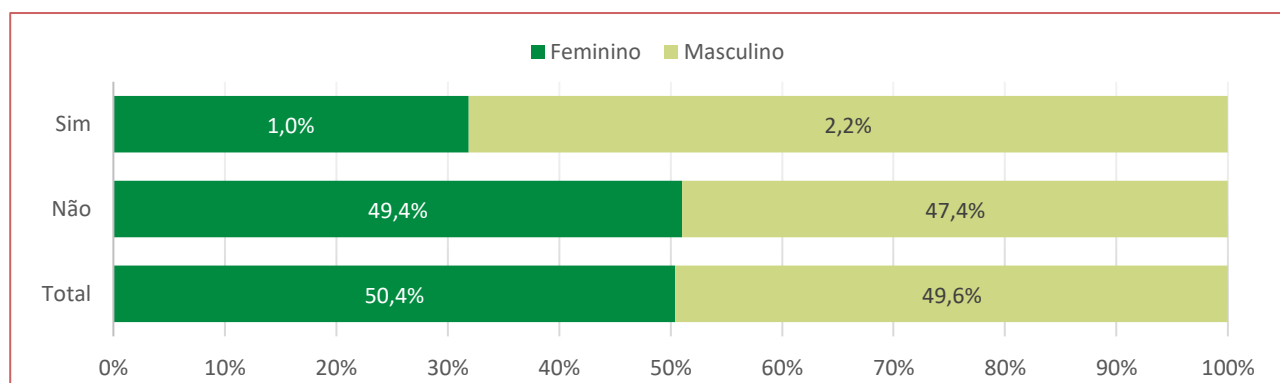
Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2023.



Existe relação entre os casos de envolvimento com o tráfico de drogas e o sexo do entrevistado. Foram identificados 1,4 vezes mais casos de envolvimento com o tráfico de drogas entre os entrevistados do sexo masculino do que o valor estatisticamente esperado. ($p - \text{valor} \cong 6,04 \cdot 10^{-5}$)

Envolvimento com o tráfico de drogas?	Feminino		Masculino		Total	
	Citações	(%)	Citações	(%)	Citações	(%)
Sim	36	1,0%	77	2,2%	113	3,2%
Não	1.753	49,4%	1.682	47,4%	3.435	96,8%
Respondentes	1.789	50,4%	1.759	49,6%	3.548	100,0%

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2023.



13. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A PESQUISA QUANTITATIVA

A realização desta pesquisa social em Sete Lagoas proporcionou uma nova perspectiva no campo dos direitos da criança e do adolescente para a administração municipal e os integrantes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. A metodologia científica e cartográfica aplicada identificou os territórios com maior incidência de vulnerabilidade socioeconômica, violações dos direitos fundamentais estabelecidos pelo ECA e casos de trabalho infantil.

Para alcançar os objetivos estabelecidos neste diagnóstico social, o estudo foi dividido em dois relatórios, ou volumes. Este documento, em particular, apresenta os resultados da pesquisa de percepção focada no trabalho infantil, conduzida com crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos, com uma confiança estatística de 99% e uma margem de erro de 2,1%, os resultados refletem com precisão as percepções do público investigado nos temas abordados.

A estruturação do questionário e a divisão da amostra por regiões geográficas visaram principalmente a investigação das situações de trabalho infantil. Esta abordagem permitiu a participação ativa das crianças e adolescentes, que puderam expressar suas experiências e necessidades, contribuindo ativamente para a formulação, deliberação, monitoramento e avaliação das políticas públicas direcionadas a eles, em alinhamento com a Resolução 191/2017 do CONANDA.

Foram realizadas 3.548 entrevistas, sendo 50,4% dos entrevistados do sexo feminino, predominando a faixa etária de 10 a 13 anos de idade com 50,7% deles. Sobre residir no município, 83,7% gostam de morar na cidade, e dos que disseram que não gostam, 27,7% não souberam expressar o motivo, seguidos de 22,3% que afirmaram preferir morar em outro lugar e 16,1% de que no município não tem nada de interessante para fazer. As Regiões que mais se destacaram apresentando os maiores percentuais de “não gostar de morar no município” são as localizadas no CRAS I e no Distrito Silva Xavier.

Quando perguntado se já tinha ouvido falar sobre o ECA, 42,8% responderam que NÃO. Nesta mesma linha, 54,0% desconhecem o CMDCA, Conselho de Direito que os representa. Recomenda-se avaliar este resultado entre as políticas setoriais, para que o ECA seja amplamente divulgado, principalmente junto ao público afeto. Sugere-se ainda, que estrategicamente sejam realizadas campanhas de divulgação a respeito dos Conselhos, principalmente do CMDCA, do controle de políticas públicas, incluindo um trabalho contínuo de educação e informação sobre cidadania, direitos e deveres nas escolas. Por outro lado, 95,7% conhecem o Conselho Tutelar.

No tema sobre atividades que realizam no contraturno escolar, 1.123 crianças e adolescentes destacaram atividades, ressaltando o esporte com 62,3%, seguido pelo curso de capacitação profissional 17,1% e atividades culturais com 12,6%.

Sobre o interesse de fazer outras atividades, as atividades esportivas (41,5%), cursos de idioma (22,1%) e cursos profissionalizantes (17,8%) foram as que mais se destacam. Sugere-se a ampliação da oferta de atividades esportivas, pois além de serem de interesse dos adolescentes, contribuem para hábitos saudáveis, saúde e bem-estar, e são ações de combate e enfrentamento ao uso de drogas e trabalho infantil. O “futebol”, “vôlei” e “basquete” foram as três modalidades mais

citadas, com 41,5%, 20,7% e 6,2%, respectivamente. Quanto aos cursos de idiomas, o mais citado foi o de inglês com 69,3% seguido do espanhol com 14,1%. Sobre os cursos profissionalizantes, 20,4% citaram preferência pela informática, seguido por administração/administrativo, com 15,4%. Atividades culturais, foi a quarta área de interesse dos entrevistados, em que 19,9% citaram a prática de dança como a preferida, todavia chama a atenção que 28,5% dos respondentes, não tem interesse em fazer alguma ou outra atividade no contraturno escolar.

Em relação ao tema trabalho, o perfil etário revela que os adolescentes de 14 a 15 anos são os mais interessados na procura de emprego, com 55,8%, seguido da faixa etária de 16 a 17 anos, com 43,4%. O percentual de trabalho também é maior para o sexo feminino, 54,9%, dos 1.038 (66,3%) dos entrevistados que estão procurando emprego. O principal motivo da procura do emprego, é para ter seu próprio dinheiro par 932(89,8%) respondente que estão à procura. Os que ainda não conseguiram uma colocação, citam a “falta de vagas” como sendo o principal motivo (50,4%).

Quando abordado temas do convívio familiar e comunitário, 2.290 (64,5%) responderam que não participam de grupos sociais, os que participam, 17,8% correspondem a grupos religiosos, seguido por 15,9% que participam de grupos esportivos. No seio familiar, a maior parte dos entrevistados declararam sentir-se bem cuidado ou acolhido “sempre” (74,4%) ou “quase sempre” (12,4%), o que demonstra que o lar e o ambiente familiar são seguros para mais de 85% dos entrevistados. Dentre os assuntos conversados em família, se sobressai o tema “vida escolar” com 54,5% citações, seguido pelo “projeto de vida” com 32,2%. Porém temas polêmicos como drogas, política e sexualidade é abordado por 27,3%, 26% e 25,5% respectivamente. E, 19,9% dos entrevistados afirmaram que não sabem prevenir doenças sexualmente transmissíveis DSTs, sendo que 65,0% dos que afirmaram não saber prevenir, citaram não ter recebido nenhuma orientação sobre o assunto.

Também foi questionado aos entrevistados sobre como se sentem na maior parte do tempo, e 2.197 (61,9%) citaram se sentirem felizes seguido de 1.183 (33,3%) citações que se sentem tranquilos. Entre os sentimentos negativos destaca-se a ansiedade com 1.099 (31,0%) citações e a tristeza com 416 (11,4%). Esse perfil, triste ou ansioso, deve ser ponto de atenção para a rede de atendimento, já que pode ter como consequência comportamentos como autolesão ou tentativa de suicídio por exemplo, situações citadas por 17,1% e 4,6% respectivamente, dos respondentes. Fuga de casa e automedicação também foram vivenciadas com 5,8% e 5,3% das citações.

Outro fator que está diretamente relacionado ao fator emocional das crianças e dos adolescentes abordado na pesquisa, foi a vivência de preconceito ou bullying, com 1.394 (39,3%) dos entrevistados declarando já ter sido vítima, e o principal motivo foi por aparência física (52,5%), seguido por ser obeso ou gordo (24,7%), e por sua cor (21,0%). Sobre violências sofridas, 1.161 (32,7%) declararam ter sofrido algum tipo, destaque para a psicológica com 83,9% das citações. A escola é o local mais citado pelos entrevistados que declararam sofrer violência psicológica (54,7%).

Adentrando na temática do uso de substâncias como álcool, cigarros e drogas, o álcool aparece com 47,1% das citações dos que já experimentaram ou usaram, seguido pelo vape 22,0%,

cigarro 14,6%, e a maconha por 8,3%. Neste tema, merece ainda destacar que dentre todas as drogas relacionadas, o álcool foi o mais citado em todas as frequências de uso pesquisadas e em todas as faixas de idade dos entrevistados.

Das atividades da Lista TIP, a pesquisa detectou as que sinalizam incidência de trabalho infantil, como em atividades de Cuidador de Dependentes (crianças, idosos ou doentes), com 348 citações (9,8%); coleta ou separação de Material Reciclável 261 (7,4%), atividades relacionadas a Culinária, com 221 citações (6,2%); Atividades Domésticas com 193 citações (5,4%), e atividades de Lavação, Oficinas Mecânicas, Construção civil e Jardinagem com 128 citações (3,6%).

Quanto aos aspectos territoriais, segundo os resultados da análise detalhada sobre o trabalho infantil, as regiões com maior incidência de atividades de trabalho irregular referidas pelos entrevistados são as de classificação de “alta Prioridade”, que estão acima da média geral do Município, identificando na Atividade de Cuidador de Dependentes, as Regiões: 1 (12,1%), 9 (10,4%) e 4 (10,2%); na separação de Material Reciclável as Regiões: 8 (10,3%), 10 (10,0%) e 2 (8,1%); nas Atividades de Culinária, as Regiões: 10, (10%), 3 (8,4%), 5 (7,6%); nas Atividades Domésticas as Regiões: 10 (10%), 5 (6,4%), 7 (6,2%) e nas Atividades de Lavação, Oficina Mecânica, Construção Civil e Jardinagem, as Regiões: 8 (8,6%), 9 (5,2%), 2 (5,1%). Todas estas Regiões apresentam números e indicadores sociais mais críticos por atividade, propiciando a identificação das localidades com crianças e adolescentes expostos às situações de fragilidades, vulnerabilidades, riscos e de trabalho infantil, de modo que se possa traçar seu perfil, para que os órgãos competentes possam direcionar, de forma assertiva, estratégias e ações para combatê-las.

Outro ponto que merece ainda destaque são as situações ilícitas abordadas de forma indireta na pesquisa, em que 113 entrevistados declararam ter praticado tráfico de drogas (3,2%), sendo a maioria do sexo masculino (68,1%) e na faixa etária de 16 a 17 anos (40,7%), e ainda 71 (2,0%) estão envolvidos com atividades ligadas a prostituição, sendo a maioria (54,9%) do sexo masculino na faixa etária de 10 a 13 anos (59,2%). Na atividade de mendicância, 96 entrevistados afirmam que já pediram ou continuam pedindo, prevalecendo o sexo masculino, na idade de 10 a 13 anos. Campanhas de esclarecimento para situações como esta devem ser pensadas.

Diante dos resultados da pesquisa de percepção com as crianças e os adolescentes, as informações e os dados aqui coletados, apontam as problemáticas e vulnerabilidades vivenciadas pelo público alvo, e quando, postos a luz da avaliação do gestor municipal contribuem no planejamento e alinhamentos entre os entes da rede do SGDA no sentido de intensificar a oferta de serviços, programas, projetos e ações voltadas para o enfrentamento das fragilidades e necessidades das crianças e dos adolescentes aqui apontadas.

14. PESQUISA QUALITATIVA SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇOS NA ÁREA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, fenômeno que é compreendido como parte da realidade social, considerando que o ser humano se distingue não apenas por agir, mas por refletir sobre suas ações e a maneira como ela afeta os que estão à sua volta (MINAYO, 2013, p.21).

A técnica utilizada foi a da pesquisa em profundidade que, de acordo com Minayo (2013), permite ao participante responder livremente, dando mais profundidade às reflexões.

14.1. GRUPO FOCAL COM ADOLESCENTES

Data: 28/09/2023

Local: PLEC – OSC do município.

Total de participantes: 11

14.1.1. A ORGANIZAÇÃO

As Organizações da Sociedade Civil – OSCs do município / inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA se organizaram para elencar os adolescentes que participaram do diagnóstico no formato de grupo focal, cuidando para que seja observado diferentes territórios representados por estes, bem como o local mais apropriado para tal.

Desta forma, o diagnóstico Grupo focal foi realizado na Organização PLEC – Projeto Local de Desenvolvimento Comunitário, localizada no bairro Itapuã. – Organização inscrita no CMDCA.

Participaram um total de onze adolescentes com idades entre 12 e 17 anos vindos de diferentes territórios, em destaque: Cidade de Deus, Itapuã, Orozimbo Macedo.

Foi providenciado transporte (ida e volta) com um adulto responsável e lanche para todos os adolescentes participantes do diagnóstico.

O roteiro utilizado foi previamente validado pela comissão do Diagnóstico, composta pelas Organizações da Sociedade Civil – OSCs e representantes do poder público, entre eles profissionais que atuam na rede socioassistencial e que possuem conhecimento sobre as questões relacionadas no roteiro.

Desta forma, foram tratadas no diagnóstico do grupo focal os eixos que compõem o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA): Direito à Convivência Familiar e Comunitária; Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade; Direito à Vida e à Saúde; Direito à Educação; à Cultura, ao Esporte e ao Lazer e por último, o Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho.

Aqui apresentaremos os dados obtidos pela pesquisa em grupo focal em formato de roda de conversa, o ambiente foi cuidado ao máximo para que os adolescentes pudessem se sentir à vontade, seguros e confortáveis dentro do possível.

14.1.2. PERFIL DOS ADOLESCENTES

Todos os participantes são estudantes de escolas públicas municipais e estaduais. E residem em bairros periféricos do município. O grupo familiar em sua maioria é composto por familiar nuclear, sendo presente a figura paterna.

Quando perguntado se conhecem o Estatuto da Criança e Adolescente, a grande maioria diz não conhecer, somente quatro disseram conhecer e do que se trata e isso se dá através dos projetos de que faz parte.

14.1.3. CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Quando perguntados se gostam de morar no município de Sete Lagoas, metade dos participantes afirmam que não gostam. Um deles refere que veio de outro Estado e apesar de morar na cidade há muito tempo, ainda sente falta de sua cidade natal. Trazem reflexões de que gostam de morar onde a família e amigos estão, entretanto já fazem críticas em relação a estrutura da cidade como acesso à saúde e espaços de lazer e cultura, que na opinião de parte do grupo é precário.

- ✓ *“Falta segurança, eu não me sinto segura quando saio à noite, por exemplo.”*
- ✓ *“Falta muita coisa, tipo teatro, cultura de graça para a periferia.”*
- ✓ *“Eu gosto de Sete Lagoas, mas a gente sabe que precisa de melhorar muita coisa nos bairros, principalmente lazer.”*
- ✓ *“Eu gosto de Serra Santa Helena.”*

Quando perguntado de forma geral sobre os principais problemas existentes no município, na visão dos adolescentes, foi unânime as questões que envolvem Escola (estrutura, relação professor-aluno e sistemas de ensino) de forma geral. Dentro deste contexto, trouxeram a percepção de que não são acolhidos e ouvidos de fato na escola diante de seus desafios cotidianos.

A questão trazida pelos adolescentes tendo como ponto problemático central a escola, nos faz refletir que as suas principais vivências, descobertas, frustrações que se dão no contexto escolar, sendo este o principal espaço onde os adolescentes se fazem e constroem suas identidades, se fazem e se percebem sujeitos no mundo.

Sobre a convivência Familiar a maior parte dos participantes disseram que não confiam ou não possuem abertura para falar de todos os assuntos com seus familiares, apesar de perceberem a família como protetora.

Apontaram que seus dilemas e conflitos cotidianos são compartilhados com amigos próximos e não com alguém de vínculo familiar.

- ✓ *“Eu sinto mais liberdade de falar sobre as minhas coisas no projeto onde eu participo.”*
- ✓ *“Eu sou mais fechada, mas se tem algo me sufocando mesmo eu busco conversar com minha mãe ou com psicóloga.”*

Quando perguntados se participam de alguma atividade religiosa, parte dos adolescentes disseram participar de atividades religiosas com a famílias, já outros disseram que não revelam a religião de matriz africana na escola por medo de sofrerem violência e discriminação. O que se percebe a temática religião traz gatilhos importantes a serem discutidos no campo dos estímulos da violência e exclusão. Na mesma medida foi relatado a iniciativa de duas escolas que desenvolvem projetos para trabalhar a intolerância religiosa, o que é visto pelos adolescentes presentes uma iniciativa assertiva por parte das escolas.

Por fim, quando indagado sobre o tempo que passam nas redes sociais os adolescentes, uma parte do grupo diz não perceber pioras após a pandemia, já outro diz que percebe pioras sobre o tempo nas redes sociais, relacionando inclusive com o mal desempenho na escola.

- ✓ *“Na pandemia eu ainda não tinha celular, então na pandemia eu tinha dificuldade por causa das aulas on-line.”*
- ✓ *“Eu acho que todo mundo fica muito tempo nas redes sociais, então acho que piorou muito, na sala de aula fica todo mundo com telefone.”*
- ✓ *“Eu acho que piorou e muito é uma das coisas que afeta a educação também.”*

Sobre a comunidade onde vivem, foi unânime as manifestações de que consideram que a violência faz parte deste cenário. Relacionam o uso e tráfico de drogas em espaços de convivência como bares, praças. E ainda relatam problemas estruturais dos bairros como ruas e iluminação.

14.1.4. VIDA E SAÚDE

Dois dos participantes dizem ter plano de saúde o privado, mas que normalmente recorrem ao SUS. Entretanto foi unânime a insatisfação dos participantes em relação ao atendimento e processos de fluxos para consultas especializadas. Compartilham de reflexões críticas onde o sistema de saúde é extremamente moroso e que pode ser devido à alta rotatividade de profissionais.

A grande maioria relata que em casos de urgência buscam atendimento na UPA. Não foi relatado pelos adolescentes situações em que há queixas de mal atendimento por parte dos funcionários.

- ✓ *“Quando eu tinha nove anos de idade eu tive umas dores de cabeça e fui encaminhada para o neurologista, a consulta saiu quando eu fiz 15 anos de idade.”*
- ✓ *“A área da saúde paga mal para profissionais, então não acha pessoal para trabalhar.”*
- ✓ *“Quando você está com o ‘pé na cova’ eles resolvem te atender.”*

Sobre a saúde mental, os adolescentes de forma geral reconhecem que sintomas como depressão e ansiedade faz parte da realidade da grande maioria dos jovens. Argumentam que muitas dores emocionais que os adolescentes trazem é sobre padrões estéticos e acesso a bens materiais estabelecidos nas mídias e redes sociais. Grande parte do grupo ressaltou que o apoio essencialmente da família é fundamental para superação destes problemas, porém relatam sobre a visão dos adultos que muitas vezes minimizam ou não enxergam os adolescentes em suas questões emocionais.

- ✓ *“Ninguém é perfeito, mas vindo família da gente pesa muito mais.”*
- ✓ *“Existe uma figura que a gente quer se comparar a ela...”*
- ✓ *“Muitas vezes, se você conta para a família sobre uma questão de ansiedade ou depressão, a família e também a sociedade julga muito como frescura, falta de Deus...”*
- ✓ *“Os problemas podem ser de saúde mental, mas acabam virando físico como dores de cabeça, dores no corpo, cabelo caindo, essas coisas.”*

O Bullying foi relacionado por todo o grupo como um dos grandes problemas alavancadores que afetam a saúde mental dos adolescentes. Relacionaram o Bullying com a intolerância às diversidades, onde se sentem julgados em suas existências. Trouxeram vários exemplos que acontecem Bullying na escola e com a perspectiva de que algo precisa ser feito intervir neste fenômeno. Três adolescentes compartilham suas vivências pessoais sobre o fenômeno a percepção sobre como as escolas lidam com isso, consideram que de forma geral são omissas e que não conseguem se dedicar aos casos de violência na escola que acontece todos os dias e que muitas vezes a percepção da comunidade escolar é de que são brincadeiras e que os alunos devem resolver entre eles. Diante dos relatos e pontuações colocadas, percebe-se que os participantes têm ampla consciência de que o Bullying é uma manifestação de violência e que tem afetado diretamente a saúde mental dos adolescentes.

- ✓ *“Na minha sala tem um menino que é bem quietinho, e todos ficam zoando, só porque ele é quieto. As vezes para os outros zoar ele pode ser uma brincadeira legal, mas para ele não é.”*
- ✓ *“Eu acho que o Bullying tem a ver com os problemas que as pessoas vivem em casa, então talvez eles precisem diminuir alguém para se sentirem melhores, e outro se sente muito mal.”*
- ✓ *“O Bullying parece que sempre é uma brincadeira, mas a partir do momento que o outro se sente ofendido, não é mais uma brincadeira.”*
- ✓ *“Na escola o Bullying acontece muito e por causa de tudo, todas as características são julgadas.”*

Sobre a saúde e vida sexual percebe-se que a temática despertou grande entusiasmo entre os participantes. Sexo é um tema bastante debatido entre eles, mas essas discussões ocorrem entre os pares. Relatam que os adolescentes iniciam a vida sexual normalmente por volta dos 12 a 13 anos de idade, citou-se ainda a idade de 10 anos como vivência de inicialização da vida sexual. Dois se manifestaram, considerando a faixa etária citada muito precoce. Ainda dentro deste contexto,

um participante trouxe uma reflexão crítica de que considera a vivência sexual precoce como um ato de abuso sexual, pois nessa idade não se tem condições de consentimento.

Um participante relatou que existem grupos nas redes sociais (grupos da escola) que são só de figurinhas e imagens e vídeos pornográficos e tem caráter de divertimento para todos. Parte dos participantes associou o acesso precoce às tecnologias à iniciação precoce da vida sexual.

Três participantes trouxeram ainda a correlação da vida sexual à responsabilidade onde consideram também o modelo educativo familiar fundamental para essa construção deste olhar.

- ✓ *“Acho doze ou treze anos muito criança, eles não têm idade pra isso não.”*
- ✓ *“Hoje em dia, meninos de seis anos de idade já tem celular e acessa tudo, então começa cedo.”*
- ✓ *“E acho que é até um abuso nessa idade, porque não tem muita noção do que que tá acontecendo.”*
- ✓ *“Se você cresce de uma forma muito livre, você faz as coisas do jeito que você quer, mas se você cresce de uma forma organizada, com tudo no tempo certo, você tem mais maturidade para entender.”*

Ainda nesta temática, dois adolescentes trouxeram de forma espontânea que convivem com adolescentes que já tiveram filho, sendo algo normalizado entre eles. E, portanto, relacionam a saúde sexual aos riscos de concepção precoce e impactos negativos em suas trajetórias de vida. Sobre isso, muitos trouxeram a reflexão de que consideram a gravidez na adolescência algo como influências e uma busca de sentir superior.

- ✓ *“Não é algo que deveria ser normalizado, mas na família por parte de pai é normalizado ter filho novo.”*
- ✓ *“Só no meu ciclo de amizade tem umas quatro que passou e passa por gravidez na adolescência.”*
- ✓ *“menina querendo ficar com menino, e para ganhar fama, acaba deixando acontecer.”*
- ✓ *“tem uma menina na minha sala que já teve bebê, no primeiro ano médio*

14.1.5. ESCOLA

Sobre a escola, foi quase que generalizado a opinião de que não gostam da escola onde estudam. Um participante chegou a dizer de forma descontrainda que *“amo a escola por causa das brigas.”* O assunto de brigas na escola, é algo os entusiasma ao relatar detalhes de casos que presenciam cotidianamente. É, desta forma, fenômeno que faz parte fortemente parte da realidade de todos os participantes. Relatam que as brigas acontecem nas ruas e comunidades próximas às escolas, onde filmam e postam nas redes sociais, sendo os acontecimentos grandes eventos entre os adolescentes. Demonstram que as brigas é um fenômeno de conhecimento de todos e é atração para que jovens de outras escolas e comunidades transitem para assistir e saber sobre os acontecimentos.

- ✓ *“tem uma escola que teve até briga de mães (rs).”*

Mais da metade dos participantes trouxeram relatos pessoais que vivenciaram situação de racismo e gordofobia na escola e quando foi buscar apoio na gestão escolar, não encontraram qualquer apoio, acolhimento e sensibilização, minimizando e naturalizando fenômenos complexos de violências estruturais como o racismo e violências que reforcem padrões estéticos que

Sobre a mediação da gestão escolar neste fenômeno cotidiano, relatam que quando acontece dentro do ambiente escolar há intervenção da gestão, mas quando acontece fora da escola, não podem interferir. Entretanto, há opiniões divergentes:

- ✓ *“na escola onde eu estudava eles faziam o contrário: eles zelavam pelo nome da escola, aí tipo assim, o que acontecia lá dentro eles tacavam fogo, mas o que acontecia fora da escola, a diretora tomava providencias.”*
- ✓ *“Eu sofro bullying todo dia, mas eu fico calado, vou fazer o que? Se eu fizer, chegar lá em casa meu pai me bate.”*
- ✓ *“Eu já fui conversar na direção para pedir ajuda sobre uma briga, aí a vice-diretora achou ruim comigo por eu ter ido lá pedir ajuda, aí ela disse assim pra mim: ‘olha, você quer saber de uma coisa, vocês que se quiserem se matem lá fora. A única coisa que eu vou fazer por vocês é chamar a polícia e o Samu, o resto não nem aí.’ eu fiquei com ódio dela porque ela me deu uma resposta dessa, aí eu mobilizei todo mundo para acontecer uma briga mesmo.”*
- ✓ *“a maioria da direção não resolve e vira a cara, acho que é por isso que acontece tata briga na escola.”*
- ✓ *“Lá na rua da escola, quase todo dia às 12:20 tem menina brigando, puxando cabelo...”*
- ✓ *“A estrutura da minha escola é muito ruim, porque na verdade é um anexo em uma outra escola.”*
- ✓ *“A escola não ouve os alunos.”*
- ✓ *“Na escola dele (sobre outro participante) tem até facada!”*

Houve ainda relato de automutilação devido às situações constantes de bullying. Há o entendimento por parte dos participantes de que tal fenômeno agride a saúde mental dos jovens e de que é urgente que as autoridades busquem formas mais dialogais para lidar com tais

acontecimentos. Foi sugerido por um participante ainda a estratégia de se ter um assistente social e um psicólogo onde outra participante respondeu: “Até tinha na minha escola, mas de uma hora pra outra sumiu todo mundo.”

- ✓ *“De tanto sofrer bullying na escola, teve um dia eu cheguei em casa e só enxerguei o estilete no meu quarto.”*
- ✓ *“O Bullying tem um peso muito grande na vida das pessoas. E elas nem sabem o que estão falando e como estão afetando a vida das outras.”*

A intolerância religiosa tomou conta da pauta onde a maioria dos participantes relataram situações que vivenciaram na escola ou deram suas opiniões sobre o assunto:

- ✓ *“pelo que sei a macumba é uma planta. E as pessoas falam sem saber o que é de verdade.”*
- ✓ *Eu já sofri intolerância religiosa na escola, mas eu prefiro não falar nada na escola para não ser polêmico.”*
- ✓ *“Tem uma escola que conheço que trabalha vários projetos sobre intolerância religiosa, então outras escolas podiam pegar de exemplo.”*
- ✓ *Na minha escola, íamos fazer um projeto sobre intolerância religiosa, ia ser sobre umbanda, com música e tudo, mas na última hora foi barrado pela diretora.”*
- ✓ *Normalmente a pessoa de umbanda anda com a ‘guia’, aí a professora disse para uma menina que ela não ia participar da aula dela porque ela estava com a ‘guia’, isso pra mim é um exemplo de intolerância religiosa.”*

Sobre a escola - estrutura e ensino, a maioria dos participantes avaliam que as escolas em que estudam não conseguem prepará-los para a concorrência em vagas de boas universidades. Entretanto há visões diferentes onde compreende que as escolas têm sim limitações, mas os problemas estão nos alunos.

- ✓ *“O ensino é bom, mas o bairro tem gente de todo tipo aí acaba tendo muita influência de drogas e violência...”*
- ✓ *“eu acho que se a pessoa focar para ser um estudante de verdade, dá certo sim.”*

Sobre a temática Drogas e álcool, a maior parte dos participantes relataram que é algo normalizado o uso de drogas entre jovens e que de certa forma, faz parte de suas realidades e vivências. Quando perguntado como é o uso de drogas no ambiente escolar, são enfáticos ao afirmar que o uso de drogas acontece nas portas das escolas, e ao redor nos territórios e praças.

Três participantes disseram que já terem recebidos ofertas de traficantes dentro da escola. Relatam ainda que dentre as drogas que mais circulam no ambiente escolar está a maconha, ‘pó’, ‘loló’ e ‘pedra’.

- ✓ *“Meu vizinho usa drogas, quando eu sinto o cheiro e começo a passar mal.”*
- ✓ *“Na escola, principalmente na saída tem um monte de gente fumando maconha.”*
- ✓ *“Na minha escola, fumam maconha nos banheiros.”*

- ✓ *“na minha escola, já aconteceu em um sábado letivo, quando a professora saiu, os meninos fumaram um dentro da sala.”*
- ✓ *“eu já achei um pedaço de maconha dentro do banheiro, aí eu entreguei a diretora.”*

Quando perguntado sobre como é o acesso às drogas para um jovem que queira experimentar. Prontamente veio a resposta: “ah é fácil, você fala assim, ‘nu Zé’, *deixa eu dar um tapa aí, aí você cheira fuma, faz o que você quiser.*” Outros já disseram que as vezes não precisa nem pedir, porque as ofertas acontecem constantemente, basta escolher.

Sobre o bullying virtual, quatro participantes se manifestaram conceituando e definindo como acontece e as formas de acesso, aplicativos e como afeta as pessoas. Relatam que é por vezes mais grave pois as violências podem acontecer de forma anônima. Houve relato de que há grupos virtuais que de colegas na escola só para compartilharem fofocas, outros só para fazerem bullyings.

- ✓ *“dá pra fazer uma bagunça, mas se você for levar para o coração tudo que acontece lá (rede virtual) dá pra tirar a vida mesmo.”*

Dayrell e Jesus (2013) falam de uma espécie de dilema que estudantes adolescentes vivenciam: por um lado, a negação da escola no presente, por não encontrarem motivação para a experiência escolar que lhes é oferecida; por outro lado, a consciência da centralidade da escola para seu futuro. Esse fato revela que os estudantes aprendem o significado social da instituição, mas não o veem presente diretamente em suas vidas e, por isso, atribuem-lhe um sentido próprio, baseado em suas realidades pessoais.

14.1.6. PROFISSIONALIZAÇÃO E TRABALHO

Metade dos participantes dizem que preferem trabalhar e estudar ao mesmo tempo. Outra parte dos participantes dizem preferir só estudar.

Quando perguntado sobre o programa de aprendizagem profissional para estudantes – metade do grupo diz não conhecer e não saber do que se trata. Outra metade diz conhecer através de orientações vindas da escola e outros participantes dizem conhecer através dos projetos em que estão inseridos.

- ✓ *“se eu não estudar, eu vou ter que trabalhar, eu não quero isso, então estudo.”*
- ✓ *“meu irmão está buscando uma vaga de jovem aprendiz, mas o problema é que ele estuda em tempo integral.”*
- ✓ *“eu trabalho é em casa, lavo vasilhas e faço as coisas que meu pai manda eu fazer.”*
- ✓ *“eu já tentei vaga, estou esperando chamar.”*

O grupo considera que é difícil conseguir oportunidades de trabalho, pois nas entrevistas sempre pedem experiências que não possuem.

- ✓ *“a gente precisa de ter experiência, sendo que é o primeiro serviço, como eu vou ter isso?”*

14.1.7. ESPORTE, CULTURA E LAZER

A temática deste eixo trouxe interação e entusiasmo entre os adolescentes. Foram muitas as sugestões e reflexões sobre os temas de cultura, lazer e esporte.

Foi destacado a necessidade de se ter cinema, espaços culturais, e fomento às artes, em especial ao teatro (oficinas e espetáculos profissionais). Neste contexto, foi enfatizado que tais oportunidades devem ofertada de forma gratuita e territorialidade nos contextos periféricos.

Porém a grande maioria citou “Espaço esportivo” como algo prioritário nos contextos de lazer e convivência. Relaram que é necessário olhar para espaços diferenciados de lazer e convivência para jovens, envolvendo danças, oficinas e ainda debates e encontros com intercâmbios territoriais

- ✓ *“eu acho que devia misturar todo mundo de vários bairros com encontros em uma área central.”*
- ✓ *“Na Cidade de Deus tem Arte que fica” é muito perfeito!”*
- ✓ *“Se for comparar com outras cidades, Sete Lagoas não tem Cultura (eventos) nenhuma.”*
- ✓ *“Não tem uma área de lazer e quando tem não sentimos segurança.”*
- ✓ *“acho que devia ter oficinas sobre a história cidade, cultura de forma geral.”*

14.1.8. LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE

Esta pauta se remeteu a perguntar qual é o sonho de cada um dos participantes, sendo que a resposta se deu basicamente no âmbito das profissões. Alguns disseram que ainda não sabem com que sonhar, outros disseram que sonham sair da cidade, alguns disseram ir para o mundo das Artes e outros conhecer outros países e ainda seguir carreira jurídica.

✓ *“Meu sonho é pular de paraquedas.”*

14.2. GRUPO FOCAL COM FAMÍLIAS

Data: 28/09/2023

Local: PLEC – Osc do município.

Total de participantes: 08

14.2.1. A ORGANIZAÇÃO

As Organizações da Sociedade Civil – OSCs do município/inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA se organizaram para elencar os adolescentes que participaram do diagnóstico no formato de grupo focal, cuidando para que seja observado diferentes territórios representados por estes, bem como o local mais apropriado para tal.

Desta forma, o diagnóstico Grupo focal foi realizado na Organização PLEC – Projeto Local de Desenvolvimento Comunitário, localizada no bairro Itapuã – Organização inscrita no CMDCA.

Participaram um total de oito responsáveis vindo de territórios, em destaque: Cidade de Deus, Itapuã, Orozimbo Macedo, articulados também pelas OSCs envolvidas. Foi providenciado transporte (ida e volta) e lanche para todos os participantes do diagnóstico.

14.2.2. CARACTERIZAÇÃO DOS PAIS E/OU RESPONSÁVEIS

Cem por cento das participantes são mulheres, todas mães de crianças e ou adolescentes. Sobre a ocupação e perfil profissional, metade das participantes se apresentam como do lar (funções de cuidados dos filhos e filhas e gestão da casa e rotina) e outras como autônoma, desempregada e com funções diversas. Cinco das oito famílias presentes se definem como monoparental feminina, ou seja, onde não há a presença da figura paterna no mesmo lar.

Quando perguntado sobre o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, se conhecem ou se já ouviram falar, duas participantes se pronunciaram dizendo saber que se refere aos direitos da criança, de forma geral. Sobre o CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança uma participante disse saber que se refere às ações e políticas na cidade direcionadas para as crianças.

14.2.3. CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Ao serem questionadas sobre os desafios cotidianos do convívio social e formas de estabelecer e manter os vínculos familiares, as mães participantes trouxeram aspectos relacionados à dificuldade em acompanhar o ritmo dos filhos e filhas, pois são muitas novidades que as juventudes trazem e estão expostas. Como principal preocupação na educação está de forma geral como impor limites e os desafios em proteger dos males do mundo e orientar para que tomem a melhor decisão em cada situação. Outra grande preocupação exposta ainda seria entender como educar para que suas crianças e adolescentes consigam encontrar o equilíbrio no uso de eletrônicos e acesso aos games e redes sociais.

- ✓ *“Para mim, o maior desafio é sobre a curiosidade. Tem coisa boa? Tem. Mas também tem muita coisa ruim.”*
- ✓ *“Eu peço muito a Deus para me dar sabedoria para saber orientar meus filhos.”*

De forma geral, todas as mães demonstraram envolvimento e preocupação sobre os desafios em educar nos tempos atuais, considerando principalmente o acesso fácil às drogas e álcool. Em todas as falas expressas, as mães trouxeram suas maiores preocupações e suas possíveis estratégias para lidar com o problema. Em todas as falas, destaca-se a necessidade do diálogo e vínculos como ponto o principal dentro deste contexto.

- ✓ *“Os filhos têm personalidades diferentes, então um já chega, conversa e conta as coisas. Já o outro não é muito de conversar então eu chego devagarzinho até eu conseguir...”*
- ✓ *“Eu sempre converso, mostro vídeos, explicou mesmo.”*
- ✓ *“Eu procuro mostrar exemplos da vida real, e mostro as consequências das escolhas ruins.”*

Quando questionadas sobre como percebem a violência em suas mais variadas expressões e contextos na vida das crianças e adolescentes, duas mães responderam prontamente que temem muito a violência no ambiente escolar. Refletem sobre o fenômeno do bullying, sobre as brigas entre os adolescentes que estão tomando uma dimensão cada vez mais grave e incontrolável. Dentro destas narrativas, trazem seus medos e anseios diante de suas limitações e desconhecimento para lidar com tudo isso.

- ✓ *“O que me preocupa é que quando acontece uma briga ou qualquer tipo de violência, hoje em dia fica todo mundo olhando, ninguém faz nada, as vezes até incentiva. Isso dá medo.”*
- ✓ *“As brigas estão mais graves. E a gente não sabe o histórico da outra criança/adolescente o que ela pode ser capaz.”*
- ✓ *“Tem muita violência dentro das famílias. Tem mãe que espanca criança, tem família que não sabe conversar, é agressiva com as crianças, não é só bater, mas é a violência psicológica. Como que essa criança vai crescer?”*
- ✓ *“A violência está em todo lugar, mas o lugar que mais tenho medo de andar e ser assaltada não é no meu bairro, é no centro da cidade.”*

Especificamente sobre o bullying, praticamente todas as participantes trouxeram relatos pessoais a partir das vivências de suas crianças e adolescentes com tema. Muitas foram as opiniões

sobre como entendem o fenômeno em seus contextos de vidas. Três mães destacaram intolerância religiosa como algo que mais as preocupa. Tais relatos foram de encontro com que os adolescentes do grupo focal trouxeram. As narrativas são de há preconceitos e discriminação sobre as religiões afrodescendentes, como a umbanda. Diante disso trouxeram o exemplo de uma escola que realizou um projeto com os alunos sobre o tema para trabalhar a intolerância religiosa.

O racismo foi citado por uma mãe, onde a sua filha vivenciou na escola e a partir de então todos os traumas que se desdobraram depois, como a automutilação.

- ✓ *“A gente tem de colocar os filhos para cima. As vezes eles não fazem as coisas tão bem como a gente gostaria, mas a gente tem que elogiar para valorizar o psicológico deles.”*
- ✓ *“ninguém respeita as crenças do outro, por isso que tem violência.”*
- ✓ *“Teve uma época que a minha menina começou a chegar em casa muito triste. E eu perguntei o que estava acontecendo e ela disse que nada não. Aí um dia ela me contou que um coleguinha da escola estava fazendo bullying com ela, chamando-a de gorda (algo assim, um apelido sobre isso). Aí eu disse que eu ia na escola conversar, e ela não deixou de jeito nenhum. Mas aí eu fui mesmo assim, porque ela estava muito depressiva. Aí conversei com a direção e depois com os pais desse coleguinha. A escola depois fez um projeto sobre isso com as crianças e a minha filha iniciou tratamento com psicólogo. Então o mais importante é ter atenção sobre o que tá acontecendo.”*
- ✓ *“O meu filho era chamado de pobre na escola, porque a calça que ele ia tinha um rasgadinho. Aí eu conversei muito com ele, porque além disso os meninos chamam ele de ‘baleia’. Agora ele tá fazendo tratamento com psicológico.”*

Sobre o uso de tecnologias, telas e redes sociais, a maioria das participantes diz que usa de estratégias para acompanhar e colocar limites no uso. Mas deixam entender que é também um dos maiores desafios que vivem na educação de suas crianças e adolescentes.

- ✓ *“Outro dia meu marido pegou o celular da minha filha, aí viu que ela estava conversando com um home bem mais velho. E já tava marcando um encontro. E as respostas dela eram muito inocentes e a gente percebeu pelas mensagens que ela não entendia o que ele tava falando com ela. Nesse momento caiu minha ficha e acordei. E hoje eu fiscalizo mesmo. Porque antes eu não imaginava a gravidade disso.”*
- ✓ *“Eu uso um aplicativo que me ajuda a fiscalizar o que eles estão fazendo nas redes sociais.”*

Diante da pauta- vida sexual dos adolescentes, as participantes enfatizaram a necessidade de buscar uma educação baseada no diálogo e orientação. Houve o relato pessoal de uma mãe que diz ter sofrido abuso sexual na infância por não saber o que estava acontecendo e não ter tido espaço de diálogo em sua família.

- ✓ *“Outro dia fiquei sabendo de umas coisas do meu filho que me assustaram aí eu o coloquei entre a pia e a geladeira e disse: ‘senta aí que nós vamos conversar’. Aí eu fui conversar sobre tudo, essas coisas de sexo.”*

- ✓ *“temos que aprender a conversar com eles sobre isso desde criança. Na linguagem deles, a gente tem que aprender e conversar sobre isso.”*
- ✓ *“A minha filha chega pra mim e conta sobre as colegas que engravidaram e ela fica muito chocada com isso. Ela diz que ela prefere viajar, trabalhar ganhar o dinheiro dela, e eu concordo com ela.”*
- ✓ *“Eu aprendi tudo sozinha. Minha mãe era super fechada. Eu fui descobrindo tudo sozinha, e eu não quero isso para minhas filhas, então eu converso tudo com elas.”*

14.2.4. ESCOLA

Quando questionado sobre a percepção da escola – estruturas, relação com a família, entre outras pautas, a temática bullying voltou a ser discutida, como um ponto problemático a ser considerado neste contexto.

Para além disso, duas famílias trouxeram situações em que as escolas estão em reformas e por isso as crianças estão provisoriamente em outro espaço (distante do bairro de origem das famílias) providenciado pela Sec. Educação Municipal. Porém queixam de uma má articulação entre a escola e a família e das suas dificuldades em ir até lá, por conta da distância.

- ✓ *“eu não posso reclamar da escola dos meus filhos não. Estão sempre abertos e ligam qualquer coisa.”*
- ✓ *“eu acho que a relação da escola com a gente deixa a desejar. Eu acho que a gente não é bem recebido. Talvez se fosse uma pessoa bem estudada aí seria diferente.”*

De forma geral, diante de alguns relatos, percebe-se que as participantes priorizam e enxergam como fundamental uma boa relação entre a escola com a comunidade e família. Entretanto, reconhecem e trazem suas dificuldades e limitações para se fazerem presentes, mas antes de tudo refletem criticamente a importância do vínculo da escola com a família no enfrentamento de tantos desafios atuais na educação de crianças e adolescentes.

- ✓ *“a minha mais nova me pediu para mudar de escola porque ela disse que na escola dela não acontece nada, e ela quer ver briga.”*

14.2.5. SAÚDE

Dentro da pauta da saúde, todas as participantes deram opiniões alinhadas sobre o entendimento de que há uma demora exagerada para qualquer tipo de consulta e exame. Duas mães relataram saber do direito de prioridade da criança e adolescente em uma consulta de urgência e por isso dizem que usam dos seus conhecimentos para fazer valer a lei quando precisam nos atendimentos de urgência.

Compartilharam também a percepção de que quando precisam de uma consulta de urgência para suas crianças, são sempre ‘barradas’ por uma enfermeira ou auxiliar que recomenda procedimentos caseiros impedindo-as de esperar para uma consulta com médico.

- ✓ *“isso tudo que elas sugerem tipo chazinho, a gente faz em casa, se eu fui até lá com a criança no colo é porque eu tô precisando é de um médico.”*
- ✓ *“Meu menino já perdeu exames para operar, porque os exames perderam a validade. É muita gente esperando,”*
- ✓ *“Hoje se eu precisar levar minha menina na urgência, já sei quais são meus direitos então eu bato o pé. Aciono o Conselho tutelar, a polícia, e aí eu sou atendida. Mas não é todo mundo que sabe.”*

14.2.6. PROFISSIONALIZAÇÃO E ESTUDO

Ao falar de profissionalização e trabalho, todas as participantes contam que é um tema bastante discutido em família. É nítido a manifestação de todas as participantes que entendem ser prioridade o estudo e trabalho na vida de suas filhas e filhos. Relatam também que esses manifestam o desejo de estarem vinculados a um programa de aprendizagem e recebendo o primeiro salário. Todas as participantes opinaram e se posicionaram sobre a importância de se conciliar o trabalho e estudo na vida dos adolescentes.

- ✓ *“tem que trabalhar, se não a mente fica vazia. Tem muitos adolescentes que pensam assim que já que não podem trabalhar começam a fazer coisa errada como roubar ou traficar para conseguir as coisas.”*
- ✓ *“tem muitos adolescentes que desviam pro lado errado porque não trabalham e só ficam na rua.”*

Quando perguntado se conhecem algum programa de aprendizagem profissional no município. Uma participante se manifestou dizendo conhecer a lógica dos programas, onde funcionam contraturno da escola e se baseiam na educação profissionalizante aos jovens.

Quando perguntado qual a visão sobre a exploração do trabalho infantil, apenas uma participante se manifestou dizendo que não sabe opinião sobre o assunto.

14.2.7. ESPORTE, CULTURA E LAZER

Quando perguntado sobre o que consideram importante dentro da pauta de esporte, cultura e lazer, foi generalizado a palavra lazer. É de comum entendimento que falta espaços de e serviços de lazer nos territórios em diferentes horários. Foi citado ainda a necessidade de se ofertar teatro, culturas acessíveis, atividades físicas como dança, ritmos, jogos e rodas de conversas com especialistas incluindo para famílias. *“rodas de conversas com especialistas podia ser até pra gente, pra gente se informar sobre essas coisas”*

- ✓ *“se for ofertar alguma coisa cultural no centro, tem que arrumar transporte porque tem bairros que são muito longe e tem família que tem cinco seis meninos.”*
- ✓ *“as escolas podiam fazer sessão cinema para as famílias, porque nem todo mundo consegue ir.”*
- ✓ *“É muito importante esses projetos porque tem apoio para estudo e trabalho e ao mesmo tempo tem cultura, minha menina adora.”*
- ✓ *“Uma vez na Cidade de Deus teve um projeto que foram três de cinema, foi maravilhoso, muita gente nunca tinha ido.”*
- ✓ *“Os projetos têm muita coisa boa, mas tem pais que não trazem as crianças porque não querem.”*

14.2.8. O QUE ESPERA PARA O FUTURO DE SEUS FILHOS E FILHAS?

- ✓ *“eu quero mais oportunidade para ela do que tive na vida.”*
- ✓ *“Que ele seja cada vez melhor como Ser Humano e como profissional “*
- ✓ *“A minha fala é sobre a Escola: Eu quero é que a escola que está em reforma seja liberada rápido, e depois colocar lá dentro laboratório de informática, preparar e encaminhar esses meninos para o mercado de trabalho porque a escola tem como fazer isso, e também melhorar a relação com os pais, porque se não tiver junto família e escola nada anda.”*
- ✓ *“Nós vamos ver essa mudança, se Deus quiser!”*

14.3. GRUPO FOCAL COM O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE (SGDCA)

Data: 05/10/2023

Local: Central dos Conselhos

Total de participantes: 09

14.3.1. A ORGANIZAÇÃO

As Organizações da Sociedade Civil – OSCs do município / inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA se organizaram para elencar e articular os atores do SGDCA do município que participaram do diagnóstico no formato de grupo focal.

Desta forma, o diagnóstico Grupo focal foi realizado na Central dos Conselhos de Direitos do município de Sete Lagoas.

Participaram um total de nove atores da Rede representando:

- ✓ 2 representantes do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança;
- ✓ 1 representante da SMASDH – Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos;
- ✓ 1 representante do Conselho Tutelar I;
- ✓ 1 representante do Conselho tutelar III;
- ✓ 1 representante do CAPSi (Centro Atendimento Psicossocial Infantil);
- ✓ 1 representante do NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família;
- ✓ 1 representante de OSC (Organização da Soc. Civil) - SERPAF Serviço de promoção ao menor e à família;
- ✓ 1 representante do CSE - Centro Socioeducativo de Sete Lagoas.

Os assuntos discutidos seguem a partir dos eixos a seguir:

14.3.2. PERCEPÇÃO QUANTO AO TEMA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

A percepção dos participantes, de forma geral sobre o ECA - Estatuto da Criança e Adolescente no que se refere à garantia de direitos da criança e adolescente é o olhar de *prioridade*, mas que, diante das narrativas, há o entendimento de que não se faz valer na prática. A discussão desta temática se pautou essencialmente na perspectiva do trabalho em rede, explicações sobre as ofertas de serviços formas de articulações, serviços e fluxos.

- ✓ “É um desafio pensar na garantia de direitos de adolescentes que estão em cumprimento de medidas em uma unidade de internação, pois é necessário ofertar todos os acessos e serviços que o adolescente tem direito e aí dentro disso, a gente consegue identificar que

esses adolescentes internados em algum momento da sua vida e trajetória não teve acesso a esses direitos e por isso acaba chegando na internação para cumprir medidas socioeducativas.”

- ✓ *“O Estado cria a legislação, mas a percepção da legislação pode variar de acordo com a região, cultura, condição social etc. Ou seja, na prática o cumprimento dessas leis não acontece de forma igualitária pois isso muda de acordo com as realidades sociais que as crianças e suas famílias vivem”*
- ✓ *“Para as coisas realmente acontecerem, precisamos fazer um trabalho de articulação em rede. Pois as vezes se encaminha muito e não se faz nada.”*
- ✓ *“Quando falamos de prioridade, precisamos olhar o que é de competência de cada um, de cada política, serviço.”*
- ✓ *“A gente tem que trabalhar com criatividade, com os recursos que temos à mão.”*

14.3.3. ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO E DO SGDCA

Sobre a atuação em Rede no município, fluxos e formas de organização, foi citado prontamente pelos participantes a ARCA - Atenção em Rede à Criança e Adolescente – é notório que todos tem conhecimento e propriedade para falar do trabalho em rede através da ARCA. Foi explicado que a ARCA funciona no município há 19 anos por iniciativa da política de saúde através do CAPSi. Atualmente funciona de forma territorializada tendo como referências matriciais de territórios a política municipal de assistência social e a política municipal de saúde. Tais reuniões acontecem em periodicidade mensal através de estudo de casos com diferentes técnicos e pessoas-referências das políticas e serviços de educação, saúde, assistência social, OSCs e ainda conselhos tutelares. Nestas reuniões, em cada caso, são construídos planos de ação de forma dialogal e conjunta, estabelecendo fluxos de intervenções em rede de acordo com as demandas apresentadas, faz-se também controle e acompanhamento das conduções de casos, registros e monitoramento, havendo ainda a ARCA Central onde existem as coordenações gestoras.

- ✓ *“A rede com a ARCA não se perde, porque existe uma continuidade e acompanhamento.”*
- ✓ *“No trabalho de articulação em rede com adolescentes em internação com medidas restritivas de liberdade, a gente consegue perceber que independente da organização do setor ou de quem é a referência no momento, sempre temos uma resposta, não ficamos sem uma construção do caso e acompanhamento em rede de forma integral e em conjunto.*
- ✓ *“Se a criança não tem garantia de acesso a direitos, vai sendo gerado outras demandas e o caso vai ganhando uma complexidade, o que muitas vezes em sua trajetória adolescente, acaba chegando na medida socioeducativa.”*

Quando um equipamento identifica uma situação de risco envolvendo uma criança ou adolescente, há consenso e conhecimento das participantes de que existe um protocolo estabelecendo no município tendo como porta de entrada os Conselhos Tutelares e a partir de então são realizados encaminhamentos dos casos a todo o SGDCA. Uma participante relatou ainda que o município já está em fase de construção do fluxo para a Escuta Especializada (de acordo com a lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017) envolvendo todas as políticas e serviços considerando as demandas espontâneas de crianças e adolescentes, como direciona e rege a lei em questão.

Sobre formações/capacitações sistematizadas para profissionais que atuam na Rede, o grupo deixa a entender que não há um ciclo de formações sistematizadas ou qualquer núcleo responsável por esta temática. Uma participante disse que a maioria das formações são de iniciativa da SEDESE (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social) a partir da Secretaria Estadual de Direitos Humanos, onde são disponibilizadas de forma constante cursos temáticos de forma virtual na própria plataforma. Há o consenso de que o próprio profissional é quem deve buscar de acordo com a necessidade e desejo, sendo então uma iniciativa de busca autônoma e não de iniciativa do município. Destacou-se ainda a plataforma do Governo Federal onde disponibiliza o EAD Cidadania com cursos de vários eixos temáticos.

Dois participantes destacaram que o CMDCA tem uma grande preocupação e está empenhado na capacitação dos Conselheiros Tutelares. Destacaram que para desenvolver as capacitações, envolveram diversos profissionais especializados com temáticas específicas e de aporte técnico ao fazer dos conselheiros tutelares, incluindo também as discussões administrativas da lei que rege o órgão e ainda a pauta atual sobre Escuta Especializada.

Foi destacado ainda o formato de capacitação INTERARCA uma modalidade de encontros formativos da ARCA (citado anteriormente) que acontece três vezes ao ano e que envolve profissionais e técnicos de diferentes serviços e políticas da infância e adolescência, envolvendo toda Rede do SGDCA. Nestes encontros há a junção de todos os núcleos territoriais em um formato de formação em palestras e rodas de diálogos de diferentes e atuais temáticas.

- ✓ *“na Interarca a gente convida palestrantes da SEDESE de Belo Horizonte, muitas vezes sem recursos, então eles vêm de forma voluntária. E muitos atores da Rede já foram também os próprios palestrantes porque são temas que perpassam as questões de demandas que chegam nas discussões de casos das crianças e adolescentes.”*
- ✓ *“Existem as formações nas plataformas, mas a gente não garante que as pessoas façam, porque é individual.”*
- ✓ *“O CMDCA está com a proposta de manter formações mensais para todos os conselhos tutelares do município com eixos temáticos de acordo com as demandas e necessidades atuais.”*
- ✓ *“Através do CMDCA, já está aprovado um grande encontro de discussão na Rede sobre a capacitação do SIPIA (Sistema de Informação para a Infância e Adolescência.)”*

14.3.4. A ATUAÇÃO DOS TÉCNICOS E EQUIPAMENTOS DENTRO DA POLÍTICA PÚBLICA

14.3.4.1. Convivência Familiar e Comunitária

Sobre o acompanhamento de famílias nos serviços de proteção social e especificamente dentro das dinâmicas que envolvem CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e CREAS (Centro Especializado da Assistência Social), foi destacado que existe uma formação continuada de forma quinzenal das equipes (CRAS E CREAS) onde se discute os fluxos de encaminhamentos e entre os serviços, alinhamentos de protocolos de atendimento, bem como diretrizes de atuação da Escuta Especializada. Ainda dentro destas reflexões expostas, foi destacado as urgências de casos encaminhados para a Política de assistência social e os entendimentos por vezes equivocados sobre os serviços que devem acolher inicialmente tais demandas urgentes, onde deve-se observar as peculiaridades de vínculos aos serviços de cada família. Ainda nesta lógica dos serviços de proteção, foi ressaltado ainda que existem os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que oferta pelos CRAS e pela Rede através das OSCs em todo o município de forma territorializada.

- ✓ *“Uma coisa que sinto falta no município, mas já estamos avançando no diálogo sobre isso é sobre serviços para a Primeira Infância, como convivência familiar. Para isso, teremos em 2024 um Programa de Primeira Infância de articulação Intersetorial com um novo desenho e o antigo Programa Criança Feliz que será transformado em um serviço no domicílio acredito que tudo isso é um grande ganho para o município.”*
- ✓ *“Muitos estudos vêm sendo feitos e nos mostram que a infância é prioridade e a prioridade deve ser pensada na Primeira Infância, por isso muitas das nossas políticas para Infância estão direcionadas nesse sentido.”*

Outro participante destacou sobre o Programa de Apadrinhamento (Lei nº 13.509, de 2017- consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente vínculos externos à instituição para fins de convivência familiar e comunitária e colaboração com o seu desenvolvimento nos aspectos social, moral, físico, cognitivo, educacional e financeiro) foi fomentado e articulado pelo CMDCA. Trouxe a informação de que o trabalho foi construído por toda a rede e será coordenado por todo o SGDCA.

- ✓ *“O programa de Apadrinhamento, foi discutido esse ano e foi construído com a participação de toda a Rede, isso aí eu acho um exemplo, um programa que toda a Rede foi envolvida até porque foi uma demanda da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente do ano passado – 2022. Então foi a ligação perfeita com a sociedade porque veio de um Conferência Municipal e em poucos meses nós já estávamos implementamos.”*

Ainda dentro das iniciativas findadas pelo CMDCA dentro da pauta de políticas públicas de convivência familiar e comunitária, foi destacado que o trabalho deste órgão é organizado a partir das deliberações da Conferência Municipal do ano anterior, paralelamente aos objetivos do planejamento do CMDCA.

- ✓ *“toda a discussão do CMDCA a gente sempre convida a rede toda. Não tem discussão do CMDCA sem a oitiva da Rede.”*

14.3.4.2. Liberdade, Respeito e Dignidade

Sobre as violências e violações de direitos com crianças e adolescentes e os fluxos, articulações e funcionalidades diante de casos, os conselheiros tutelares presentes afirmaram que a porta de entrada de todas as violências e violações de direitos com crianças e adolescentes se faz pelo Conselho Tutelar através de denúncias ou encaminhamentos. Nesta perspectiva destacaram que a partir destas denúncias tomam as providências necessárias de acordo com cada caso, sempre envolvendo a rede, ressaltando que *“quem dá o suporte e as tratativas dos casos é a Rede.”*

- ✓ *Neste contexto, as narrativas se fizeram a partir do lugar da família e sua implicabilidade para mudar o cenário de vulnerabilidades a que estão expostas. “Se a família não se implicar, ela não vai levar a diante um tratamento, pois é também uma questão cultural, por isso o fortalecimento de vínculos traz essa abordagem no sentido da família se responsabilizar, mas é um trabalho lento, processual.”*

Representante do Conselho Tutelar, também trouxe contribuições neste sentido onde reflete que:

- ✓ *“A família é o ponto principal, é um desafio lidar com ela, porque muitas vezes, ela não cumpre aquilo que é determinado. A violência iminente ali ... E a gente faz de tudo para contatar a família de forma positiva, os outros equipamentos tentam também, Assistência Social, Saúde, todos tentam. Porque a função principal é também da família. Ela tem que trabalhar para que as violências cessem, se deixar para que só órgãos se mobilizem, não funciona. Temos que caminhar juntos. E quando se esgotam as intervenções, aí vamos para algo maior que significa buscar instâncias de poder maior e que tem maior poder de decisão para resolver.”*
- ✓ *O conselho tutelar toma procedimentos. E tomamos procedimentos com dados concretos. Porque também não adianta eu jogar no colo de muitos e ninguém fazer nada. As leis têm que ficar muito bem detalhadas, estudadas e entendidas, precisa de muita capacitação, principalmente as escolas para que não cometemos negligência com o outro. É muita responsabilidade.*

As articulações com a família bem como a rede são feitas via ofício, onde se resguarda as tratativas articuladas, intervenções e pactos efetuados.

Dentro do contexto de violações de direitos e os serviços específicos que acolhem tais demandas, em destaque a temática da escuta especializada, uma participante representante da política de assistência social enfatizou que:

- ✓ *“Existe uma nova discussão em considera que o CREAS não é mais essa porta de entrada para os casos de violação de direitos. Há a evolução do entendimento de uma lei, onde o CREAS NÃO é um serviço de urgência. O CREAS vai sim acolher a famílias e tomar as tratativas para o atendimento, mas isso demanda vínculo e necessita tempo, e então não vamos ter uma resposta hoje ou amanhã.*

Nesta perspectiva, foi enfatizado como a *revelação espontânea* (lei 13.431/2017) se desenvolve nos contextos institucionais em que a criança/adolescente está inserida como escolas e projetos sociais, e como se dão os fluxos de encaminhamentos para que aconteça a escuta especializada.

- ✓ *“as crianças vão contar o que está acontecendo com elas, como uma violência sofrida, para as pessoas que elas têm mais vínculos, que pode ser por exemplo uma servente da escola. Aí essa servente vai relatar o que a criança disse para a direção da escola, ou especialistas. Isso já é o início da escuta especializada começa na revelação espontânea. E aí esse relatório chega no Conselho Tutelar que pode tomar várias medidas ao mesmo tempo. Que pode ser por exemplo a criança para a saúde, a família para CRAS ou CREAS e talvez para as instâncias jurídicas.”*
- ✓ *O CMDCA já tomou a coordenação desses estudos, vamos construir junto com a delegacia os fluxos, papeis de cada um encaminhamento para que tudo fique mais definido.”*

Dentro desta pauta, o grupo desenvolveu calorosas discussões sobre a temática da notificação compulsória, como acontece, quais os serviços são envolvidos e fluxos. Na política de saúde o registro da notificação compulsória acontece na atenção primária, onde acontece a partir de enfermeiros ou médicos. Existe um protocolo de registro com questionário denominado SINAN (sistema de informação de agravos de notificação). Seguindo o fluxo os serviços de saúde e outros serviços da rede são acionados.

Dentro dos fluxos que atendem e acompanham os adolescentes em conflito com lei, inicialmente foi exposto que em meio aberto as articulações são fundamentais o envolvimento das famílias nos serviços especializados e serviços de que compõem a rede. Já no meio fechado, com o mandato em aberto para o cumprimento da medida, já deve ser direcionado para o CSE.

- ✓ *“a internação sanção é quando o adolescente descumpra a medida de Liberdade Assistida ou Prestação de Serviços à Comunidade, onde o equipamento informa o judiciário e entende que o adolescente não cumpriu as regras, e então o juiz determina o cumprimento de uma internação sanção de até 90 dias.”*

Foi explicado como é feito o trabalho em articulação em rede dentro do CSE para garantir que todos os direitos do adolescente em internação sejam garantidos. Durante o cumprimento da medida tem que ser ofertados todos os eixos de proteção que estão no programa de atendimento. Dentro disso, tem vários eixos compostos a parte metodológica relacionada à família, saúde, educação, esporte e cultura.

- ✓ *“o tópico da violência e violação de direitos dentro do CSE é bem diferente. Quando a gente tem agressão ou violação ou se o adolescente faz algum relato de denúncia sobre isso, e a gente faz as apurações e temos vários canais de apurações dos fatos.”*
- ✓ *“as denúncias dentro do CSE podem acontecer a qualquer tempo pelos adolescentes ou mesmo por familiares, por telefone institucional. E nós temos o dever de iniciar o processo de apuração. Há também outros formatos de denúncias que são os dique-denúncia. A dinâmica de denúncia precisa ter transparência e precisa ser apurado, onde é instaurado a portaria e definido o rito de apuração.”*

Sobre o fluxo de articulação em rede dentro do processo de desligamento do adolescente que cumpre medidas restritivas de liberdade, foi explanado que existe o *Programa Se Liga – programa de acompanhamento de adolescentes egressos* - onde ele é acompanhado de forma integral a partir deste programa por equipes técnicas, priorizando essencialmente a autonomia do adolescente e sua família. Considerando ainda as situações de ameaça que o adolescente sofre em e seu território de origem.

14.3.4.3. Vida e Saúde

Foi destacado que na política de saúde municipal existe o calendário PSE - Programa Saúde na Escola, no qual são constituídas estratégias para a integração e a articulação entre as políticas e ações de educação e de saúde, com a participação da comunidade escolar, das equipes de atenção básica e da educação básica pública.

Dentro deste cenário, quando se fala em nutrição infantil, existe acompanhamento nutricional nas escolas. Para além disso, existem os NASFs (núcleos Ampliados de Saúde da Família) que são compostos por equipes multiprofissionais que atuam de forma integrada com as equipes de Saúde da Família, atuam assim de forma territorializada e articulada.

Sobre o atendimento pediátrico, o que existe são médicos e enfermeiros e a depender da demanda, encaminha-se para médicos especialistas.

Sobre o acompanhamento especializado de Puericultura (acompanhamento periódico visando a promoção e proteção da saúde das crianças e adolescentes, por meio dela acompanha-se integralmente o ser humano de 0 a 19 anos), não é obrigatório, entretanto acontece pelo ESF.

A partir do cartão de vacina é que se monitora e estabelece o acompanhamento integral ao desenvolvimento infantil. A obrigatoriedade da vacina mediante o Programa Bolsa Família, permite

que se estabeleça maior implicação da família nos programas de saúde destinados à criança e adolescente.

- ✓ *“Só vai para o atendimento médico especialista, o que o médico clínico encaminhar. Quem define essa necessidade, é o médico clínico.”*
- ✓ *Nas consultas com clínico geral, a criança e adolescente é analisado de forma integral em sua saúde, como desenvolvimento, peso, saúde mental etc.”*

Sobre a política de saúde mental no município, houve intensa participação, todos contribuíram trazendo suas percepções, entendimentos das políticas, serviços e fluxos que compõem o município. As narrativas foram marcadas pelos seus entendimentos sobre a importância da Saúde Mental e como é imprescindível perpassar integralmente as políticas e serviços de modo preventivo e não só curativo.

Nesta perspectiva, foi destacado que o atendimento de saúde mental no município há diretrizes em nível primário – atua somente dentro dos territórios, o nível secundário – atua nas especialidades como o CAPSi (Centro de Atenção Psicossocial Infantil) e CISMISEI (Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Sete Lagoas) e o nível terciário que atua no âmbito hospitalar.

- ✓ *“Às vezes o caso não é de CAPS e aí tem que ir para a Atenção Primária. E lá muitas vezes não tem psiquiatra infantil. Por isso que o CAPS está sempre superlotado. Então dessa forma foi compactuado a seguinte forma com a atenção primária: Se o nosso paciente está medicado e estável, ele pode renovar a receita na atenção primária com os clínicos geral. Dando lugar para outros. Isso melhorou o andamento do fluxo.”*
- ✓ *“Há uma falta geral no mercado de pediatras, e psiquiatra infantil. Porque ninguém quer saber de criança.”*
- ✓ *“os casos que constatamos onde há necessidade de acompanhamento especial, fazemos um relatório para a Junta Reguladora da Secretaria de Saúde. E a partir desse relatório, analisa-se se o caso vai para APAE ou não.”*
- ✓ *“O CRAS apoia muito no trabalho interdisciplinar com as oficinas, é um trabalho preventivo e coletivo.”*

Existe ainda um grupo de estudos de profissionais da psicologia lotado em diferentes políticas e serviços que irão trabalhar demandas da neuropsicologia e casos especiais no município.

- ✓ *“há relatos a respeito do Programa Mexa-se dizendo sobre como diminuiu a procura nos Centros de Saúde com demandas de saúde mental, porque é prevenção, convivência, liberação de stress, lazer...”*
- ✓ *Em breve haverá um Seminário da Primeira Infância, e neste seminário sairá um documento que encaminhará um comitê de trabalho para construção de um plano da primeira infância.”*

14.3.4.4. Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Dentro desta temática foi destacado o lugar protagonista das famílias e o seu entendimento sobre a importância dos serviços e projetos ofertados para que possam se organizar e envolver nessas atividades junto as suas crianças e adolescentes. Neste sentido, as Organizações da Sociedade Civil-OSC de forma geral têm um papel protagonista nestas ofertas, fazendo trabalho interdisciplinar, preventivo e protetiva nos eixos da educação, saúde, assistência social e cultura esporte e lazer. Associado a isso, destaca-se o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos -SCFV, serviço da política de assistência social que oferta oficinas socioculturais de forma territorializada em todo o município e dialogada em todas as políticas públicas municipais.

- ✓ *“à criança e adolescente é resultado da família, então precisa envolver mais família...”*
- ✓ *“Falta oficinas direcionadas para saúde mental de crianças e adolescentes.”*

Sobre a oferta de cultura, esporte e lazer, foi destacado de forma unânime a necessidade de se ofertar cultura, espaços de lazer de forma territorializada, ou seja, os bairros possuir estruturas para ofertar cultura como teatros, espetáculos, artes e esportes de boa qualidade.

14.3.4.5. Profissionalização e Proteção no Trabalho

Dentro desta temática, representante da OSC presente é qualificadora do programa de Aprendizagem, onde encaminha os jovens para o mercado de trabalho. Há a percepção de que existe uma grande demanda reprimida de adolescentes que almejam uma vaga nas oficinas ofertadas pela Osc que encaminham o jovem para o Programa.

Foi destacado ainda a ideia de que falta uma severa fiscalização e notificação às empresas sobre o papel cumpridor das empresas em empregar adolescentes no programa Jovem Aprendiz.

- ✓ *“A maioria das empresas não consegue enxergar a importância do Programa. Se as empresas enxergassem o potencial que os meninos têm, pois elas formam o jovem.”*
- ✓ *“hoje temos jovens que iniciaram com a gente, começando como jovem aprendiz e hoje são gerentes de empresas.”*
- ✓ *“e o pior que a multa não é pesada, então as empresas preferem pagar a contratar um jovem aprendiz. Então talvez precise de uma mobilização maior do poder público municipal para mediar junto às empresas.”*

15. RECOMENDAÇÕES

Para reforçar a luta contra o trabalho infantil e apoiar a inserção social de crianças e adolescentes vulneráveis, é essencial a manutenção de um grupo intersetorial composto por atores sociais do Sistema de Garantia de Direito da Criança e do Adolescente, em colaboração com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Este grupo deve discutir e promover a integração desses jovens em programas municipais de atividades culturais, esportivas e profissionalizantes, oferecidos tanto por entidades governamentais quanto não governamentais.

É crucial fortalecer o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, especialmente em relação ao Fundo da Infância e Adolescência (FIA), incentivando a captação de recursos para investir em projetos que assegurem o direito ao acesso a atividades extracurriculares que previnam o trabalho infantil.

Deve-se orientar os conselheiros municipais sobre a importância de mobilizar campanhas junto a pessoas e empresas para direcionar parte do imposto de renda ao FIA, conforme a legislação vigente permite.

A capacitação contínua dos profissionais que atuam na rede de atendimento é vital para desmistificar a aceitação cultural do trabalho infantil e disseminar conhecimentos sobre seus danos, incentivando esses profissionais a educar as famílias e a sociedade.

Campanhas em escolas, CRAS, CREAS, unidades de saúde e outros equipamentos públicos devem ser fomentadas para conscientizar sobre os prejuízos do trabalho precoce e a importância da garantia de direitos, como o acesso à educação, cultura, esportes e profissionalização.

É necessário realizar um levantamento das dificuldades enfrentadas pelas empresas na contratação de jovens aprendizes, desenvolvendo estratégias para superá-las e aumentar a oferta de vagas.

A articulação com os órgãos fiscalizadores deve ser intensificada para assegurar o cumprimento da legislação sobre vagas de aprendizagem nas empresas locais, tendo em vista o baixo índice de oferta identificado na pesquisa.

Fóruns de discussão sobre aprendizagem devem ser criados com as empresas, para expor as vantagens da contratação de aprendizes e discutir o perfil adequado para os adolescentes.

As empresas precisam ser sensibilizadas para facilitar a inserção de jovens em situação de maior vulnerabilidade nas vagas de aprendizagem.

O diálogo com o Ministério do Trabalho e Emprego é essencial para obter dados sobre as vagas de aprendizagem disponíveis e as que deveriam ser ofertadas.

A contratação de aprendizes deve ser estendida às empresas públicas e sociedades de economia mista.

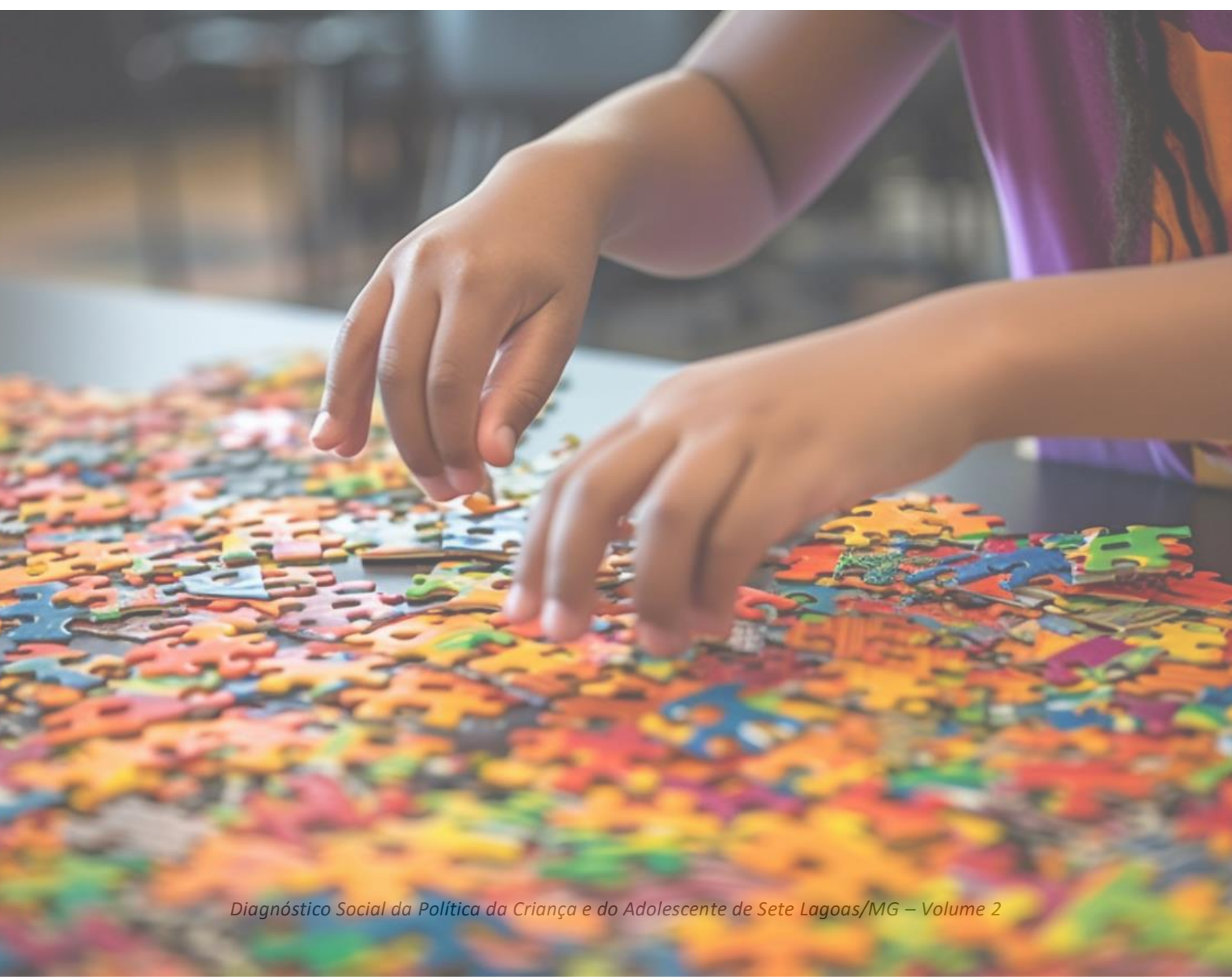
Propõe-se a criação de legislação municipal para a contratação de aprendizes, definindo critérios e prioridades.

A fiscalização do cumprimento das cotas de aprendizagem pelas empresas deve ser ampliada para beneficiar uma maior parcela da população.

O Cadastro Único deve ser utilizado como ferramenta das Secretarias de Assistência Social e de Saúde para monitorar famílias em situação de violação de direitos, incluindo o trabalho infantil.

Promover a participação ativa de crianças e adolescentes nas Conferências Municipais é fundamental para o empoderamento e o exercício de seus direitos, além de conscientizá-los sobre cidadania e participação social.

Por fim, recomenda-se que o Município utilize amplamente os dados deste diagnóstico e os atualize regularmente para planejar ações voltadas aos direitos fundamentais da infância e adolescência e ao combate ao trabalho infantil.



16. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acessado em: 15 de agosto de 2018.

Brasil. Portaria MDSA nº 318, de 12 de dezembro de 2016. **Estabelece normas gerais para o funcionamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI**. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/24655254/do1-2016-12-14-portaria-n-318-de-12-de-dezembro-de-2016-24655232.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **CNJ Serviço: O que faz um conselho tutelar?** Brasília: 2016. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83767-cnj-servico-o-que-faz-um-conselho-tutelar>. Acessado em: 30 de julho de 2018.

DANTAS, Danilo Sérgio Moreira. **A nova lei nacional de adoção e as novas diretrizes para a adoção no Brasil, à convivência familiar e garantia dos adotandos**. Disponível em C:\DocumentsandSettings\AdministradorMeusDocumentos0.mht. Acesso em 01 de novembro 2010.

DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 4. ed. rev. atual. ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acessado em: 13 de agosto de 2018.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (org.). **Família Brasileira: a base de tudo**. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 51.

Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm. Acessado em: 13 de julho de 2018.

Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8625.htm. Acessado em 07 de agosto de 2018.

LOBO, Paulo Luiz Netto. **A repersonalização das relações de família**. Abril de 2004.

LÔBO, Paulo. **Famílias**. São Paulo: Saraiva, 2008.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (org.) **Curso de direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos**. São Paulo: Saraiva, 2013.

MC/SNAS – Ministério das Cidades e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Fluxo para Identificação do Trabalho Infantil (texto para consulta pública)**. Brasília, 2018. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/consulta_publica/Fluxo%20para%

20Identifica%C3%A7%C3%A3o%20de%20Trabalho%20Infantil%20para%20Consulta%20P%C3%BAblica.pdf

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. **Caderno de Orientações Técnicas para o aperfeiçoamento da gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI**. Brasília, 2018.

MDS/CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social e CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social. RESOLUÇÃO Nº 08, DE 18 DE ABRIL DE 2013. **Dispõe sobre as ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS e o critério de elegibilidade do cofinanciamento federal para os exercícios de 2013/2014 destinado a Estados, Municípios e Distrito Federal com maior incidência de trabalho infantil e, dá outras providências**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2013/resolucoes-cnas-2013/> Acesso em 07 de agosto de 2019.

MDS/SNAS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional da Assistência Social, Departamento de Proteção Social Especial. **Orientação sobre a utilização dos recursos do cofinanciamento das ações estratégicas do PETI pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS**. Brasília, 2015. Disponível em: http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2015/10/Orienta%C3%A7%C3%B5es_recursos_AEPETI1.pdf Acesso em 09 de setembro de 2019.

MENDES, Gilmar Ferreira. COELHO, Inocêncio Mártires. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 3 ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

Polícia Rodoviária Federal. **Projeto MAPEAR**. Disponível em: <https://agencia.prf.gov.br/agencia/wp-content/uploads/2018/05/Projeto-Mapear.pdf> Acesso em 16 de abril de 2020.



painel
Pesquisas e Consultoria
Uma empresa do grupo 3 Elemento.

Idealização:



Financiamento:

FIA
Fundo para a Infância e
Adolescência